



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DANILO BORGES E SILVA DE ARAÚJO

**TA NI N'SORQ? AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS NOS  
TELEJORNAIS DA GLOBO NO MARANHÃO E NA BAHIA**

RECIFE

2021

DANILO BORGES E SILVA DE ARAÚJO

**TA NI N'SORQ? AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS NOS  
TELEJORNALIS DA GLOBO NO MARANHÃO E NA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Orientadora: Professora Doutora Giovana Borges Mesquita.

RECIFE

2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

A663t Araújo, Danilo Borges e Silva de  
*Ta ni n'soro?* As representações sociais dos quilombolas nos telejornais da Globo no Maranhão e na Bahia / Danilo Borges e Silva de Araújo. – Recife, 2021.  
168p.: il.

Orientadora: Giovana Borges Mesquita.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2021.

Inclui referências e anexo.

1. Telejornalismo. 2. Teoria das Representações Sociais. 3. Jornalismo. 4. Construção Social da Realidade. 5. Quilombolas. I. Mesquita, Giovana Borges (Orientadora). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2021-46)

DANILO BORGES E SILVA DE ARAÚJO

**TA NI N'SORQ? AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS NOS  
TELEJORNALIS DA GLOBO NO MARANHÃO E NA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 09/02/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Giovana Borges Mesquita (orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Professor Doutor Alfredo Vizeu Pereira Junior (Examinador interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Professora Doutora Márcia Guena dos Santos (Examinadora externa)  
Universidade do Estado da Bahia

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus por terem me incentivado e oferecido amor;

Aos colegas das turmas que, sempre que podiam, contribuíaam para essa pesquisa;

Aos funcionários da Universidade Federal de Pernambuco pelo auxílio e dedicação;

A minha banca de qualificação por me ajudar nos caminhos desta pesquisa;

A minha orientadora, Giovana Borges Mesquita, pelo zelo, cuidado, paciência, amizade, acolhimento e incentivo através das contribuições necessárias para a realização deste trabalho;

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento deste trabalho, pois sem ele a pesquisa não seria realizada.

## RESUMO

A presente pesquisa busca compreender como a imagem das populações quilombolas é construída por dois telejornais da TV Globo na região Nordeste. Mais especificamente pelos telejornais dos estados do Maranhão e da Bahia: o JMTV 1ª Edição e o BATV. Para isso, unimos a Teoria das Representações Sociais e as Teorias do Jornalismo para entender como os telejornais representam cotidianamente as populações quilombolas. Para analisar todos os conteúdos jornalísticos sobre quilombolas exibidos nos telejornais, utilizamos a Análise de Conteúdo, qualitativa e quantitativa. Nossa amostra compreende 19 conteúdos, entre reportagens, notas simples, notas cobertas, no período de 2012 a 2019. O nosso problema, traduzido em forma de pergunta, é: De que modo as populações quilombolas são representadas pelos telejornais da Rede Globo de Televisão nos estados do Maranhão e da Bahia? A pesquisa tem uma contribuição na medida que busca entender como os jornalistas pautam a questão quilombola, uma vez que o telejornalismo tem, dentre tantas outras funções, a de classificar, sistematizar, organizar e hierarquizar as informações, contribuindo para uma construção social da realidade. Em um grupo social carente de ações do poder público, quando as instituições falham, o telejornalismo funciona também como um espaço no qual a população recorre para que seus problemas sejam mostrados, na expectativa de que possam ser solucionados. São os telejornais que possibilitam que as diversas ações do cotidiano de homens e mulheres ganhem visibilidade e repercussão. Nesse sentido, o trabalho aposta nesse diálogo entre as representações sociais e o telejornalismo como uma contribuição para que possamos compreender o mundo em que vivemos. Evidenciamos que os telejornais possuem diferenças significativas quanto ao formato, abordagem e tempo das notícias veiculadas. Em resumo, quando comparamos os telejornais vemos que o JMTV 1ª Edição noticiou as populações quilombolas 20 vezes mais, veiculando 16 reportagens a mais do que o BATV; e apresentou o maior tempo de notícias com a temática quilombola, com 53 minutos e 58 segundos a mais do que o telejornal baiano. Mesmo com essas diferenciações entre os telejornais JMTV 1ª Edição e BATV, as populações quilombolas são representadas como negros, descendentes de escravos, pobres, subversivos, criminosos, sem lugar de pertencimento, sujeitos sem direitos, desinformados e que necessitam de informações e ajuda. Representações feitas pelos telejornais, que levam a população a um entendimento distorcido dessa população, uma vez que o telejornalismo contribui para a construção da realidade social.

**Palavras-chave:** Telejornalismo. Teoria das Representações Sociais. Jornalismo. Construção Social da Realidade. Quilombolas.

## ABSTRACT

This research seeks to understand how the image of quilombola populations is constructed by two TV Globo newscasts in the Northeast region. More specifically by the newscasts of the states of Maranhão and Bahia: JMTV 1ª Edição and BATV. For this, we have united the Theory of Social Representations and the Theories of Journalism to understand how the news represent daily quilombola populations. To analyze all journalistic content about quilombolas displayed in the newscasts, we used content analysis, qualitative and quantitative. Our corpus comprises 19 contents, including reports, simple note e covered note, between 2012 to 2019. Our problem, translated into a question form is: How are quilombola populations represented by the Rede Globo in the states of Maranhão and Bahia? The research has a contribution as it seeks to understand how journalists guide the quilombola issue, since television journalism has, among many other functions, to classify, systematize, organize and hierarchize information, contributing to a social construction of reality. In a social group lacking the actions of the public authorities, when the institutions fail, the telejournalism also functions as a space in which the population resorts to their problems to be shown, in the expectation that they can be solved. It is the newscast that enables the various actions of the daily life of men and women to gain visibility and repercussion. In this sense, the work focuses on this dialogue between social representations and the telejournalism as a contribution so that we can understand the world in which we live. We show that the newscasts significant differences in terms of format, approach and timing of the news. In short, when we compare the news, we see that JMTV 1ª Edição reports as quilombola populations 20 times more and more than 16 reports more than BATV; and they present the highest rate of news with a quilombola theme, with 53 minutes and 58 seconds more than Bahian news. As well as these differences between JMTV 1ª Edição and BATV news programs, quilombolas are represented as blacks, descendants of slaves, the poor, subversives, criminals, a place of belonging, small, semi-direct, uninformed subjects who need information and help. Representations made by the news, which raises in the population a distorted understanding of the population, since the news contributed to the construction of social reality.

**Keywords:** Telejournalism. Theory of Social Representations. Journalism. Social Construction of Reality; Quilombolas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Comunidades Remanescentes de Quilombos reconhecidas por região ....	42
Gráfico 2 – Certidões emitidas por região .....	43
Gráfico 3 – Número de Certificações por ano no período de 2004 a 2020 .....	44
Gráfico 4 – Número de titulações por ano no período de 2004 a 2020 .....	44
Gráfico 5 – Terras tituladas por região e por instituição .....	45
Gráfico 6 – Número de assassinatos por ano no período de 2008 a 2017 .....	50
Gráfico 7 – Número de assassinatos de quilombolas por região no período 2008 a 2017.....	50
Figura 1 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 03.12.2020 .....	87
Figura 2 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 27.08.2019 .....	89
Gráfico 8 – Conteúdos jornalísticos veiculados pelos telejornais nos anos de 2012 até 2019 .....	93
Gráfico 9 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola no JMTV 1ª Edição nos anos de 2012 até 2019 .....	96
Gráfico 10 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola veiculados no BATV nos anos de 2012 até 2019 .....	97
Gráfico 11 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola no BATV distribuídos por locais .....	98
Gráfico 12 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola no JMTV 1ª Edição distribuídos por locais .....	98
Gráfico 13 – Tempo das fontes nos conteúdos jornalísticos no BATV .....	101
Gráfico 14 – Número de entrevistados quilombolas e não quilombolas nos telejornais JMTV 1ª Edição e BATV .....	103
Gráfico 15 – Tempo das fontes nos conteúdos jornalísticos do JMTV 1ª Edição.....	103
Gráfico 16 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola no JMTV 1ª Edição por mês e ano nos anos de 2012 até 2019 .....	105
Gráfico 17 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola veiculadas no BATV por mês e ano nos anos de 2012 até 2019 .....	106
Gráfico 18 – Representações sociais no JMTV 1ª Edição por número .....	108
Gráfico 19 – Representações sociais no JMTV 1ª Edição por tempo .....	108
Gráfico 20 – Representações sociais no BATV por número .....	109

Gráfico 21 – Representações sociais no BATV por tempo .....	109
Figura 3 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 07.12.2020 .....	112
Figura 4 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 07.12.2020 .....	116
Figura 5 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 08.12.2020 .....	118
Figura 6 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 08.12.2020 .....	122
Figura 7 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 09.12.2020 .....	126
Figura 8 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 09.12.2020 .....	128
Figura 9 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 10.12.2020 .....	129
Figura 10 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 11.12.2020 .....	132
Figura 11 – Captura de tela do <i>Globoplay</i> . Dia 14.12.2020 .....	135

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produções com temática quilombola disponíveis no Globoplay entre os anos 2012 -2019.....	87
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADTC	Ato das Disposições Transitórias Constitucionais
ANCRQ	Articulação Nacional Provisória das Comunidades Remanescentes de Quilombos
CF	Constituição Federal
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRQ	Comunidades Remanescentes de Quilombos
DCH-III	Departamento de Ciências Humanas III
EHESS	<i>École de Hautes Études en Sciences Sociales</i>
FCD	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MERS-COV	<i>Middle East respiratory syndrome coronavirus</i>
MOM-BRASIL	<i>Media Ownership Monitor Brazil</i>
MP	Medida Provisória
OMS	Organização Mundial de Saúde
PBQ	Programa Brasil Quilombola
RS	Representação Social
SARS	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome</i>
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação
STF	Supremo Tribunal Federal
TRS	Teoria das Representações Sociais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>QUILOMBOS</b> .....	24
2.1	HIERARQUIAS RACIAIS E RACISMO: QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA O ENTENDIMENTO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS NA MÍDIA .....	24
2.2	QUILOMBO: UMA CATEGORIA EM DISPUTA .....	29
2.3	POPULAÇÃO QUILOMBOLA: QUEM FALA O QUÊ? .....	33
2.4	OS EMBATES NO MARCO LEGAL CONSTITUCIONAL .....	35
2.5	QUILOMBOS NA ATUAL CONJUNTURA .....	40
<b>3</b>	<b>O (TELE)JORNALISMO</b> .....	54
3.1	TELEJORNALISMO NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUA PRÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE .....	54
3.2	(TELE)JORNALISMO: A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE .....	59
3.3	TELEJORNALISMO COMO LUGAR DE REFERÊNCIA .....	63
3.4	TELEJORNALISMO COMO CONHECIMENTO .....	66
3.5	TELEJORNALISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	70
<b>4</b>	<b>A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	72
4.1	A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DEFINIÇÕES E REDEFINIÇÕES .....	72
4.2	ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO .....	80
4.3	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E QUILOMBOS .....	84
<b>5</b>	<b>OS QUILOMBOLAS EM DOIS TELEJORNAIS DO NORDESTE: JMTV 1ª EDIÇÃO E BATV</b> .....	86
5.1	OS CAMINHOS METODOLÓGICOS .....	86
5.2	A ANÁLISE .....	93
5.2.1	<b>Quantidade de conteúdos sobre quilombolas nos telejornais</b> .....	93
5.2.2	<b>Formato</b> .....	95
5.2.3	<b>Espaço</b> .....	97
5.2.4	<b>Fontes</b> .....	99
5.2.5	<b>Mês e ano de veiculação</b> .....	103

5.3	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS: ANCORAGENS E OBJETIVAÇÕES .....	107
5.3.1	<b>Ser quilombola .....</b>	110
5.3.2	<b>Luta por direitos .....</b>	114
5.3.3	<b>A invisibilidade .....</b>	118
5.3.4	<b>Manifestações culturais .....</b>	125
5.3.5	<b>Violência .....</b>	130
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	138
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	143
	<b>ANEXO A - NOTÍCIAS ENCONTRADAS NO TELEJORNAL JMTV 1ª EDIÇÃO E BATV ENTRE OS ANOS DE 2012 AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019.....</b>	166

## 1 INTRODUÇÃO

Antes de aprofundar-nos nas questões teórico-metodológicas da dissertação é importante pontuar os sentidos expressos no título desta pesquisa. A frase “*TA NI N’SORQ?*” É uma indagação em Iorubá que significa “quem fala?”. O idioma Iorubá era utilizado por grupos de africanos escravizados no Brasil durante a escravidão (ELTIS, 2006) e na contemporaneidade se faz presente no candomblé e umbanda, sendo reconhecido enquanto uma linguagem viva que acende, organiza e mantém a comunicação dos sujeitos dessas comunidades (CAPUTO, 2015). Iniciamos esse estudo, a partir deste título, por acreditar que as discussões e disputas sobre as populações quilombolas contemporaneamente não podem ser olhadas sem trazer para as discussões atuais, o passado desse grupo social.

O meu desejo de querer saber mais e conhecer sobre as populações quilombolas iniciou-se um pouco antes da entrada na universidade. A minha infância, adolescência e início da fase adulta deu-se em Antônio Gonçalves, uma cidade localizada no Norte da Bahia, que possui quatro comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) - Jiboia, Macaco de Cima, Conceição e Bananeira dos Pretos -. Senti a necessidade de entender o que seria pertencer a uma comunidade quilombola. E mais, procurava entender o porquê da Comunidade de Jiboia ser considerada quilombola. Aquela curiosidade da época passou, mas creio fielmente que germinou a semente que resultou no interesse pela temática.

Como assertam Lakatos e Marconi (2010), a escolha do que vem a ser pesquisado pode surgir da experiência profissional ou pessoal, da leitura, dos estudos e das observações, bem como das semelhanças e discrepâncias entre trabalhos com o mesmo tema de estudo ou até mesmo de outras áreas científicas ou disciplinas (LAKATOS; MARCONI, 2010). Pois bem, no meu caso, surgiu como um aprofundamento das reflexões sobre comunidades quilombolas que surgiram e foram sistematizadas durante o percurso acadêmico no projeto de pesquisa “Perfil Fotoetnográfico das Populações Quilombolas do Submédio São Francisco: Identidades em Movimento”, projeto coordenado, desde 2011, pela professora Dra. Márcia Guena dos Santos, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas (DCH-III), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Juazeiro-BA.

A minha participação se deu no período de 2013 a 2016 e resultou, dentre outros, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Comunicação Social, com habilitação em

Jornalismo em Multimeios, pela Universidade do Estado da Bahia. O TCC intitulado “Vozes negras: o (dis)curso quilombola do Alagadiço” foi concluído no ano de 2017. Cabe ressaltar que os elementos abordados naquela investigação centraram-se no estudo do discurso quilombola da comunidade do Alagadiço (pertencente à cidade de Juazeiro-BA). Ainda assim, percebemos<sup>1</sup> que analisar o discurso sobre os quilombolas da comunidade possibilitou entender algumas construções que estão dentro da comunidade e fora dela. Depois do TCC, entendemos que era necessário pensar sobre o que é “ser quilombola” e quais suas representações midiáticas.

Em 2019, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a intenção de pesquisar e entender como as populações quilombolas são representadas pela mídia. Nos relatos presentes no Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação, como descrevemos acima, ficou evidente que o discurso televisivo colaborou na conformação do que vem a “ser quilombola” para os membros da comunidade investigada. A partir daí, surgiu um questionamento que aqui se apresenta como questão-problema desta pesquisa: De que modo as populações quilombolas são representadas pelos telejornais da Rede Globo de Televisão nos estados de Maranhão e da Bahia?

A partir dessa questão-problema, a pesquisa apresenta como objetivo-geral: compreender como a imagem das populações quilombolas é construída por dois telejornais da TV Globo na região Nordeste. Mais especificamente pelos telejornais dos estados do Maranhão e da Bahia: o JMTV 1ª Edição e o BATV.

Escolher analisar os telejornais presentes na região Nordeste se deu por esta região apresentar um quantitativo expressivo de populações quilombolas. Em relação às outras regiões do país, o Nordeste possui o maior número de Comunidades Remanescentes de Quilombos, 2169. Possui também o maior número de Certidões de Comunidades Remanescentes de Quilombos com 61% do total sistematizado (FCP, 2021). A partir dessa classificação escolhemos os telejornais de maior audiência das emissoras presentes no estado do Maranhão e Bahia, a TV Mirante e a Rede Bahia (REGO, *et al*, 2019; NEGÓCIOS GLOBO, 2020).

Especificamente o que se quer compreender nesta pesquisa é o modo como esses telejornais veiculam as temáticas sobre populações quilombolas em suas produções.

---

<sup>1</sup> Acredito que as construções de um saber são realizadas em um processo coletivo. As escolhas feitas por mim, autor deste trabalho, são orientadas e construídas a partir de um processo conjunto com outros sujeitos, portanto, não faz sentido falar da minha trajetória por uma moldagem solo.

Queremos observar se as reportagens veiculadas nos telejornais analisados sobre a população quilombola reforçam inclusões ou exclusões sociais desse grupo social. Também pretendemos analisar as “ancoragens” e as “objetivações”, mecanismos geradores das representações sociais (MOSCOVICI, 2009) sobre os quilombolas nas notícias veiculadas nos telejornais citados.

Entendemos que o cenário da comunicação brasileira tem se apresentado como um rico espaço de análise, que possibilita o entendimento de como midiaticamente há uma construção social da realidade, que inclui ou exclui diferentes coletivos, a exemplo das populações quilombolas.

As políticas de colonização nos anos iniciais da formação do Brasil, a dominação dos grupos não brancos, a institucionalização da escravidão, os modelos de desenvolvimentos refletem no entendimento do que sejam as populações quilombolas na contemporaneidade (CARVALHO, 2015). Nem as populações originárias, nem as populações negras desejaram e procuraram rejeitar suas cosmovisões para se tornarem eurocêntricas. A construção de um mundo possível foi forjada mediante uma organização hierárquica por cor/raça (CARVALHO, 2020).

Acreditamos que a mídia brasileira, em sua gênese, constituída por pequenos grupos econômicos (re)produzem, em boa medida, a discriminação racial, o imaginário racista e a ideologia da mestiçagem, construções estas que estão na centralidade da formação social, política e econômica do país<sup>2</sup>.

Pesquisar o Jornalismo é refletir também sobre o seu papel na construção de uma realidade social e como forma de conhecimento (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2008). É compreender a influência que os mecanismos do campo jornalístico exercem sobre os campos de produção cultural (BOURDIEU, 1997).

---

<sup>2</sup> Antônio de Bispo ou Nego Bispo é um líder quilombola pertencente a uma comunidade rural do Piauí. Em sua obra, “Colonizações, Quilombos: modos e significados” resultante das suas intervenções com grupos de interesse, comunidades, frentes de luta e também o movimento negro, o autor apresenta a narrativa dos oprimidos ao longo da nossa história: Palmares, Canudos, Caldeirões, Pau de Colher, todas elas comunidades submetidas a genocídios por parte do Estado. Em um dos trechos de sua obra, o ator escreve a seguinte afirmação: “**O discurso midiático** do atual governo diz ter atraído para o Piauí grandes grupos de investidores que aqui farão seus megaprojetos, os chamados “empreendimentos” [...] Observando os Estudos de Impacto Ambiental desses projetos, os chamados EIA/RIMAS, é possível compará-los à Carta de Pero Vaz de Caminha. Os EIA/RIMAS, ao invés de analisarem os reais impactos socioculturais e ambientais que esses projetos causarão ao meio ambiente e às populações locais, são utilizados como instrumentos ideológicos de promoção da recolonização e é exatamente por isso que prefiro chamá-los de projetos de expropriação (SANTOS, 2015, p.71-72, **grifo nosso**). O exemplo exposto reflete a contribuição dos meios midiáticos na construção social da pauta quilombola naquela região.

Acreditamos que os espaços de comunicação, sejam nos fóruns organizados dos movimentos sociais quilombolas ou nas convenções ordinárias, têm contribuído para a conformação dos sujeitos destes coletivos. Na nossa trajetória de pesquisador em conjunção com outros investigadores que produzem conhecimento acerca da temática estudada, observamos que as notícias veiculadas pela mídia, sobretudo pela televisão, contribuem para formar um entendimento na população sobre o que são esses coletivos.

Castells (1999, p.421) afirma que estamos imersos em um ambiente de mídia e a maior parte de nossos estímulos simbólicos vem dos meios de comunicação, sendo a televisão um dos mais poderosos. Dessa forma, para o autor, a televisão amolda “a linguagem de comunicação societal”. Traquina (1993) chama atenção para o fato de que o Jornalismo tem uma importante influência na construção social da realidade. Visão corroborada por autores como Vizeu e Correia (2008, p. 16), para quem “a referência do jornalismo é a realidade, o mundo da vida, o cotidiano de fatos, acontecimentos de homens, de mulheres, de alegrias, de tristezas, de afetos, de tensões de conflito e de paz”.

Reforçando o que afirmam os pesquisadores sobre essa presença da televisão no cotidiano das pessoas, o relatório final<sup>3</sup> da Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), da Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) aponta que a televisão aberta se apresenta como a primeira opção entre os brasileiros na busca por informação.

Dentre tantos outros meios, os jornais também possibilitaram as (re)produções e a circulação das informações e das formas simbólicas (THOMPSON, 1995), mas é na televisão, utilizada como espaço de propagação maciça, onde se fortalece a comunicação para a sociedade em geral (CASTELLS, 1999). De tal forma, consolidamos a importância de ampliarmos o nosso olhar, visualizando os noticiários dos telejornais para analisar como pautam a temática “comunidades quilombolas”.

Segundo a Fundação Cultural Palmares, até janeiro de 2021, 2.793 comunidades receberam a certidão de Comunidades Remanescentes de Quilombos<sup>4</sup>. A portaria nº 118/2020, publicada no Diário Oficial da União em 20 de julho de 2020, registra que mais de 3000<sup>5</sup> comunidades estão agrupadas em todas as regiões brasileiras: 2182

---

<sup>3</sup> O relatório pode ser acessado através do endereço eletrônico: <https://bit.ly/2AlcOgL&gt>.

<sup>4</sup> Existe um processo de certificação para as comunidades quilombolas. Além disso, há uma diferenciação conceitual-pragmática da definição do que são comunidades quilombolas. Essa discussão será apresentada ao longo deste trabalho.

<sup>5</sup>As informações atualizadas pela Fundação Cultural Palmares apresentam que até 15/09/2020, 3.451 são reconhecidas como quilombolas.

comunidades estão presentes na região Nordeste; 539 no Sudeste; 369 no Norte; 192 na região Sul e 169 no Centro-Oeste.

Vale destacar que ao longo dos anos, os dados sinalizam para um declínio no número de certificações: 92 em 2004; 330 em 2005; 394 no ano de 2006; 150 em 2007; 125 no ano de 2008; 210 em 2009; 227 no ano 2010; 200 em 2011; 122 no ano de 2012; 264 em 2013; 143 no ano de 2014; 75 em 2015; 177 no ano de 2016; 133 em 2017; 166 no ano de 2018; 70 em 2019 e 18 no ano de 2020.

Como se pode observar, o ano de 2020 é o que teve um menor número de certificações. Segundo Resende (2020), esses dados são um reflexo dos atuais direcionamentos governamentais, mais especificamente das políticas adotadas pelo presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo. Ainda segundo Resende (2020), o primeiro presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Moura, interpreta que além dos entraves na atual gestão da FCP, as comunidades quilombolas se sentem inibidas a solicitar a declaração desde que o presidente Jair Messias Bolsonaro assumiu o governo (RESENDE, 2020).

Os processos jurídicos devem estar direcionados aos povos, relacionando o espaço e tempo concernente à preservação da memória, identidade e cultura dos quilombos, mas não é o que acontece. Uma ínfima quantidade dos territórios quilombolas possuem o título da área, em sua grande maioria, pequenas partes dos territórios foram titulados. O processo de certificação das comunidades, as políticas públicas, os repasses dos governos e a presunção da obtenção de títulos estão em direções contrárias (SANTOS, et al,2019).

Vale ainda pontuar que algumas comunidades quilombolas não certificadas pela Fundação Cultural Palmares estão em processo de discussão e desenvolvimento no qual se percebem e são percebidas como formações distintas de outros grupos por possuírem um patrimônio social, cultural e linguístico que os distinguem. Em processo de etnogênese estão reconhecendo as suas identidades quilombolas (ARAÚJO, 2015).

Justificamos a escolha de apresentar o contingente populacional das populações quilombolas, a partir de dados da Fundação Cultural Palmares por ser desta instituição a competência para a emissão de Certidões, como descrito no § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento”.

Embora tenha sido lançada em 01 de julho de 2019, a Base de Informações sobre os Indígenas e Quilombolas, proposta antecipada do Censo Demográfico 2021<sup>6</sup>, que pela primeira vez, deve reunir um conjunto de informações cadastrais, levantadas por municípios, sobre as localidades quilombolas e indígenas estimadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não optamos por esta base por entender que estes dados encontram-se em processo de consolidação e ainda serão expostos a estágios de validação interna e em campo com o Censo Demográfico 2021 (IBGE, 2020).

Dessa forma, é possível observar que o conceito de população quilombola é construído por diferentes instituições e agentes políticos, educacionais, comunicacionais, sociais e econômicos, públicos e privados e mediante os diferentes processos que são usados para se definir um grupo (ARAÚJO, 2017). Por outro lado, indo por vezes contra, por vezes a favor das construções feitas pelas instituições sociais, às populações quilombolas constroem as suas definições, narrativas, conhecimentos, as suas formas de saberes, através de diferentes processos, na conformação das suas identidades.

De tal maneira, o processo de pertencimento ao grupo vai sendo tecido mediante o jogo de disputas simbólicas-discursivas. Nas definições sobre a categoria “quilombolas” essas disputas foram modificadas, estruturadas e estabelecidas nos marcos legais ao longo do tempo. Na contemporaneidade, partindo do recorte temporal dos anos de 1988 a 2020, as populações quilombolas são intituladas e categorizadas pela Constituição Federal de 1988 como “remanescentes das comunidades de quilombo”. Vale destacar que essa denominação e categoria não é homogênea e não é reconhecida por todos os grupos, como veremos com maior profundidade adiante.

Conforme apontamos acima, o noticiário televisivo possui uma forte influência no dia a dia da população brasileira, uma vez que “a notícia, de alguma forma, constrói o presente social” (MARTINS, 2017, p.14). Cremos ainda que os jornalistas contribuem para a construção social da realidade, na medida que, “como sujeitos da enunciação, se convertem em mediadores creditados, autorizados, entre a cidadania e o poder, construindo assim uma parte da realidade social” (VIZEU, 2008, p.224). Em consonância a estas afirmações, entendemos também que a sociedade em interação com os telejornais constrói explicações sobre os fenômenos e objetos sociais.

Cremos que a análise das imagens e reportagens que vemos constantemente nos telejornais pode nos ajudar a entender como a mídia tenta mostrar como funciona o

---

<sup>6</sup>O censo demográfico 2020 foi adiado para o ano de 2021 devido a pandemia do coronavírus.

mundo em que vivemos. É a partir deste espaço que refletimos sobre o telejornalismo construindo laços entre as Teorias do Jornalismo e a Teoria das Representações Sociais.

Nosso interesse em analisar as Representações Sociais das populações quilombolas presentes nos telejornais locais da região Nordeste se dá porque algumas dessas produções alimentam as redes nacionais com as informações locais, no caso entram no “Jornal Nacional”, que é o telejornal<sup>7</sup> da televisão aberta de maior audiência do país (KATAR IBOPE MEDIA, 2021).

Nossa opção de não ir pesquisar logo o Jornal Nacional se deu porque corrobora com o entendimento de Emerim; Coutinho (2019) para quem o Telejornalismo Local é o “espaço para a prática e a experiência televisiva do que é próximo, para a vivência da cidade e da região na tela de TV” (EMERIM; COUTINHO, 2019, p.34).

Destacamos a relevância deste estudo por contribuir com um olhar para o campo da Comunicação, entendendo como os seus agentes pautam a questão quilombola no cotidiano das redações. Grijó (2016) expôs a questão quilombola a partir do cenário midiático e socioeconômico, versando como essa problemática refletiu nas pesquisas ligadas à área da Comunicação. É importante salientar que as pesquisas demonstram diversidades dos objetos estudados, desde grupos focais, evidenciando os processos comunicacionais, até análise dos objetos de mídia, como rádio e tevê.

Adicionado a isso, sinalizamos serem relevantes os estudos sobre os telejornais locais, uma vez que o imaginário brasileiro é ocupado por uma ideia de redes que se constitui como marcas editoriais, comerciais e políticas, as particularidades dos municípios, estados e regiões experimentadas por meio do telejornalismo local (EMERIM; COUTINHO, 2019). De tal modo, a experiência televisiva do local, embora orientada pelas emissoras cabeças-de-rede ou geradoras, reúne características locais e regionais. Assim, são reforçadas as relações de identidade cultural, social e de pertencimento, fundamentando vínculos e identidade social (EMERIM; COUTINHO, 2019).

É importante pontuar que os telejornais locais contribuem para o sentimento de pertença à comunidade, como também para o compartilhamento de uma mesma cotidianidade, a partir dos fatos apresentados, como por exemplo, a violência. Nesse

---

<sup>7</sup>Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 04/01 a 10/01/2020. A pesquisa é encontrada no sítio: <<https://bit.ly/2ZqIWZY>>.

mesmo sentido, o telejornalismo local contribui ainda para os processos contínuos de renovação da credibilidade e da autoridade do repórter de narrar o presente (EMERIM; COUTINHO, 2019).

Além das Teorias do Jornalismo, buscamos, à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS) responder o nosso problema de pesquisa. A Teoria das Representações Sociais dá ênfase a uma abordagem cultural e societal dos processos sócio-psicológicos, bem como nos esboços das relações intergrupais (FARR, 1995).

Nesse sentido, diferentes teóricos, se destacam por desenvolver os seus trabalhos pensando os processos sociais, a partir do entendimento de que a TRS é “uma teoria científica sobre os processos através dos quais os indivíduos em interação social constroem explicação sobre objetos sociais” (VALA, 2004, p.379). De tal forma, a teoria passa a olhar para o senso comum, para a partilha dos saberes, que em determinados momentos históricos e sociais não foram estruturados pelo conhecimento institucional. Assim, a compreensão de mundo, a partir das relações sociais são estabelecidas e estruturadas mediante o exercício deste conhecimento comum. É o senso comum que orienta o conhecimento prático (WACHELKE, 2007).

O conjunto de explicações, ideias e coerências são resultados da interação social, que Moscovici (2009) denomina de “Representações Sociais”. Vale destacar que as TRS participam de um conjunto de construtos do senso comum, assim como atitudes, nexus, ideologia, imagens sociais (WACHELKE, 2007).

Sinalizamos ainda que a construção do conhecimento que circula no senso comum e o conhecimento institucional foram condicionados às hierarquias raciais, formulações basilares na construção do Brasil, e que em decorrência destas continuam gerando preconceitos raciais e desigualdades sociais (MOORE, 2007; SANTOS, 2015; SILVÉRIO, 2020). De tal modo, ao refletirmos sobre os conhecimentos construídos e partilhados pelos jornalistas, julgamos ser necessário também olharmos as representações a partir dessa leitura racial.

Em nosso entendimento, a TRS está em constante comunicação com o Jornalismo. Acreditamos que a notícia contribui para construir o presente social. Em outras palavras, a notícia contribui para a construção social do que entendemos e definimos. É no fazer notícia, na filtragem, na escolha dos fatos, na produção, apresentação, edição e compartilhamento que construímos o mundo simbólico. As notícias contribuem para construir as realidades sociais. Assim como o Jornalismo, as TRS nos ajudam a entender os sentidos circulados no senso comum. É mediante esta formação que tentaremos

construir diálogos entre as teorias do Jornalismo, articulando com as Representações Sociais.

Para realizar a pesquisa, utilizamos o método de pesquisa bibliográfica, a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006; BAUER, 2002), que se caracteriza por quantitativa e qualitativa. Para a coleta de dados utilizamos a plataforma digital com *streaming* de vídeos sob demanda, criada e desenvolvida pela Globo, a *Globoplay*. Reunimos uma amostra com 20 conteúdos, entre reportagens, notas simples e notas cobertas, no período de 2012 a 2019. Todas veiculadas pelos telejornais citados acima.

A seguir, vamos apresentar como dividimos a dissertação. Além da introdução acima, que integra o primeiro capítulo, onde foram apresentados **o problema de pesquisa, os objetivos, a metodologia e as justificativas** para a realização da pesquisa; o segundo capítulo, intitulado **“Quilombos”** ressalta as construções do conceito de “populações quilombolas” e como este foi sendo emoldurado e compartilhado nos últimos 20 anos.

O terceiro capítulo, **“o (tele)jornalismo”** tem como intuito fazer uma discussão teórica de como o Jornalismo, no caso do trabalho, o telejornalismo em conjunto com as representações sociais contribuem para a construção social da realidade e para que homens e mulheres entendam o mundo que vivemos.

No quarto capítulo, denominado, **“A Teorias das Representações Sociais”** apresentamos um dos referenciais teóricos que norteia a nossa investigação, na busca de pontos entre essa teoria e os estudos do Jornalismo, que são esmiuçados no capítulo anterior. Trazemos os conceitos de representação, as definições de estereótipos sociais, “ancoragens” e “objetivações”.

No quinto capítulo, **“Os quilombolas em dois telejornais do Nordeste: JMTV 1ª Edição e BATV”** apresentamos a metodologia utilizada para obtenção de dados desta pesquisa, a descrição das variáveis e as categorias usadas para a análise da representação das “populações quilombolas” nos telejornais locais e a apresentação de cada um deles. Além da análise e dos resultados obtidos. Estarão explicitados os gêneros jornalísticos mais presentes em cada um dos telejornais, a duração das matérias, abordagens das narrativas, existência de estereótipos e se há espaço para visibilidade e representatividade das “populações quilombolas” nos telejornais.

As **“Considerações finais”** tem como intuito apresentar as principais contribuições da pesquisa para o campo da comunicação, especialmente para o (tele)jornalismo, e para os estudos sobre populações quilombolas a partir de um recorte

comunicacional, além de apontar possíveis questionamentos que resultem em futuras pesquisas.

## 2 QUILOMBOS

### 2.1 HIERARQUIAS RACIAIS E RACISMO: QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA O ENTENDIMENTO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS NA MÍDIA

Falar de populações quilombolas é persistir em caminhos possíveis para a construção de novas narrativas de um grupo social. É pensar nos espaços que os sujeitos ocupam que podem servir para questionar as relações sociais. Sobretudo, é refletir sobre os lugares a partir de uma perspectiva histórica, seja apontando para os reducionismos conceituais entrelaçados nos mitos da democracia racial, ou até mesmo, construindo pontes através das narrativas em prol da superação das tradicionais assimetrias que os atingem. A vivência quilombola, pode ser refletida como espaço de autonomia, de alteridade, modo de resolução de conflito, produção de conhecimento e espaços de resistências e existências e também de esperança.

As Representações Sociais de “populações quilombolas” são marcadas em algumas situações pela polêmica que se cria em volta da temática, ou seja, ao longo do tempo, diferentes significados e sentidos foram atribuídos a esse grupo, devido às mudanças na maneira de se organizar e resistir aos diferentes sistemas político-sociais-culturais vigentes (ARAÚJO, 2017).

É preciso dissecar o tecido que encobre este grupo. É necessário racializar a história que é configurada e perpassada pelas formações das Américas, assim como de todo território brasileiro (GUIMARÃES, 1996). Todas as discussões e disputas sobre as populações quilombolas contemporaneamente não podem ser olhadas sem trazer para as discussões atuais, o passado desse grupo social. É importante que se perceba que a experiência das populações quilombolas é secular no mundo inteiro, a partir de organizações afrodiáspóricas, que aqui no Brasil tomou grandes considerações na formação dos quilombos (REIS, GOMES, 1996).

Embora se tenha muitas dúvidas quanto aos números de africanos escravizados trazidos durante a diáspora forçada pelo tráfico transoceânico, o Brasil amarga o título de ser o país que mais recebeu pessoas escravizadas, além de ser último a abolir a escravidão. Aproximadamente cinco milhões de africanos foram trazidos para o país como escravos - quantitativo que representa 49% de todo o tráfico das Américas (ELTIS, 2010). Em um

contingente comparativo, essa quantidade representa a população do estado da Paraíba<sup>8</sup> (IBGE, 2010).

Esses números traduzem não um mero detalhe, mas atentam para a formação do país que condiciona a estrutura da nossa sociedade atual. A instauração da escravidão no Brasil direcionou à ocultação e à transfiguração da história dos africanos escravizados nesse território, como por exemplo, das populações quilombolas (MOORE, 2007). “A noção de que os povos da raça negra desempenharam um papel irrisório na longa e complexa trama da humanidade foi forjada durante o recente período sombrio da História humana, constituída pela conquista das Américas e pela escravização dos africanos nestas terras” (MOORE, 2007, p.38).

Para essa leitura entendemos que os processos de colonização no país são uma questão racial (CARVALHO, 2020). As populações negras contribuíram para a manutenção e construção do território brasileiro. Nessa discussão é necessário elucidarmos um ponto crucial para o nosso entendimento: a sociedade brasileira foi construída a partir de hierarquias raciais.

Carlos Moore (2007) assera que a América “Latina” funciona por um modelo de ordem socio-racial pigmentocrática. Isso significa dizer que as diferenças entre características como a cor da pele, textura do cabelo, modelos dos lábios e do nariz determinam o status coletivo e individual das pessoas.

A ordem hierárquica neste tipo de sociedade gira em torno de dois pólos excludentes; entre estes, existe um enorme terreno movediço feito de “identidades” nebulosas, inconclusas, flutuantes e desconexas, cujo único referente é o segmento julgado racialmente “superior” (MOORE, 2007, p.277).

A categorização racial, a hierarquia racial é também um critério hierarquizador na sociedade. Há um reforço na naturalização de tais disparidades grupais em um contexto repleto de classificações raciais (MOORE, 2007).

Carlos Moore (2007) apresenta que na modernidade, a partir do século XIX, surgiram modelos sociorraciais fundamentados na biologia e na genética. O autor define que o conceito de “raça”, a partir de perspectiva biológica traduz a compreensão sobre uma realidade concreta visualmente apreendida: o fenótipo. Para o autor, o fenótipo permitiu situar os indivíduos a partir de relações sociogeográficas contribuindo para a diferenciação uns dos outros. O olhar sócio-histórico é construído pelo fenótipo.

---

<sup>8</sup>De acordo com os dados do IBGE a população de Alagoas corresponde a 3.120.494 e Sergipe 2.068.017 habitantes. A pesquisa é encontrada no sítio:<encurtador.com.br/iksOW>.

Em outras palavras, o conceito de raça não deve ser considerado a partir do ponto de vista biológico, pois é inexistente. Este termo abarca as diferenças entre características fenotípicas dos sujeitos, por estas serem determinantes, ao longo da história, garantindo vantagens sociopolíticas culturais às populações brancas e desvantagens sociopolíticas culturais às populações negras e indígenas (MOORE, 2007).

A partir dessa construção, determinado fenótipo passa a ter atribuições estéticas, morais, intelectuais e estruturais que constrói e traz uma ideia de civilização. Esse conceito foi construído a partir de ideias de dominação pelo grupo que inventou, brancos europeus, hierarquizando e atribuindo superioridade ao seu grupo e inferioridade aos outros grupos, negros e indígenas (MOORE, 2007).

Moore (2007) também aponta que o racismo (surgido em torno da luta pela posse e pela preservação monopolista dos recursos vitais da sociedade<sup>9</sup>) foi construído historicamente e que as desigualdades entre os indivíduos estão vinculadas ao modo pelo qual o racismo se introduziu e se desenvolveu na sociedade. O racismo é um fator permanente na sociedade. Ele é um produto histórico e não intelectual. O racismo corresponde a uma forma específica de ódio identificada a partir do fenótipo dos povos negros, “o ódio racista deixa de ser uma mera questão de sentimento ou de interação puramente afetiva entre os indivíduos para se converter em um sistema normativo da realidade social” (MOORE, 2007, p.283). Assim, o racismo torna-se uma estruturação sistêmica que direciona o destino da sociedade garantindo os custos e benefícios para todos os segmentos e atores sociais (MOORE, 2007):

O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, juntos com as identidades e subjetividades de tal

---

<sup>9</sup>Carlos Moore (2007) apresenta que é comum confundirmos o racismo com os diferentes preconceitos. Aponta que os preconceitos não são uma manifestação do racismo. É o racismo que gera os preconceitos, dentre eles, a noção da inferioridade e superioridade racial inata entre os seres humanos. Para que possamos diferenciá-los, o autor apresenta que o racismo e o sexismo são construções universais e os preconceitos não são, podendo variar de uma cultura para outra, “tanto o sexismo quanto o racismo compartilham a singularidade de serem dinâmicas determinadas e construídas historicamente e não ideologicamente” (MOORE, 2007, p.280). A diferença entre o racismo e sexismo é a possibilidade de “relações socialmente simbióticas, biologicamente fusionais e psicologicamente complementares” (MOORE, 2007, p.280) entre os atores envolvidos. Em outras palavras, o autor apresenta que é possível que o misógino e sexista tenha uma relação com o objeto de seu ódio. Já o racista não. “O homem sexista se relaciona afetivamente com mulheres (filhas, irmãs, tias, avôs) e procria com mulheres (esposas). O racista, seja homem ou mulher, compartilha seus sentimentos antinegros no interior de sua família sem necessariamente gerar conflito algum no seu lar. Ou seja, a solidariedade intragênero, realidade historicamente fundada é pulverizada pela dinâmica racial” (MOORE, 2007, p.281-282).

maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano (GROSFOGUEL, 2020, p.59).

Na contemporaneidade, o racismo desenvolve-se nas estruturas da sociedade: econômica, na área militar, cultura e política em termos de acesso aos serviços públicos, à educação, ao poder público, ao capital financeiro, às estruturas de lazer, às oportunidades de renda e até mesmo ao exercício dos direitos. Sua função é proteger os privilégios da hegemonia cuja dominação se expressa por meio de uma continuidade, “*continuum* de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado”<sup>10</sup> (MOORE, 2007, p.283).

O racismo deve ser entendido como um agrupamento de comportamentos cuja finalidade é “a estruturação e sustentação do sistema de gestão dos recursos em termos racialmente monopolistas” (MOORE, 2007, p.285). Na nossa sociedade é por meio do fenótipo que se organiza os recursos, “o racismo passa a ser nada menos que uma visão coletiva totalizante, que garante a gestão monopolista e racializada dos recursos, sendo a população-alvo considerada como parte integrante destes recursos” (MOORE, 2007, p.285).

Em outras palavras, a hierarquia racial organiza a sociedade. Nesse sentido, as populações quilombolas estão inseridas em uma estrutura que condiciona a sua exclusão e violência. O racismo passa a prejudicar os interesses da raça subalternizada, aqui entendido como populações quilombolas, e beneficiar e privilegiar os interesses exclusivos da “raça dominante”, as populações brancas.

É a partir dessa leitura que afirmamos que o problema não está somente no sentir a superioridade por parte de um grupo social, mas na vivência de uma superioridade em relação àqueles que são oprimidos. Há o usufruto de privilégios sociais e econômicos que são negados à população-alvo (MOORE, 2007) “A linha de usufruto do racismo é vertical-ascendente e concatenada. Trata-se de um poder total” (MOORE, 2007, p.286).

Quando nos referimos ao contexto midiático, há ainda um reforço desta estrutura. Não existe uma cobertura diária sobre a interferência do racismo na vida das populações

---

<sup>10</sup>Na Antiguidade esses recursos eram a luta pelo território, bens, força de trabalho e produção alheio e riquezas do meio ambiente (MOORE, 2007).

negras, como por exemplo, os índices de desemprego, os piores salários, etc. São barreiras sentidas, mas invisibilizadas por parte deste grupo (SILVA, 2007)<sup>11</sup>.

É nesse olhar que a luta pela afirmação da diferença, pluralismo racial e contra o racismo deve também ser um fator permanente da sociedade, tomando como base as estruturas sociais. A luta contra o racismo deve ser permanente e em todos os níveis, seja quais formas, contextos ou a instância na qual se apresenta (MOORE, 2007).

Alguns autores já (re)fizeram o caminho histórico-analítico que dá norte e entendimento sobre as formações da construção do ser quilombola no período entre os anos 1500 a 1888. Essa discussão não é o objeto central das nossas reflexões, mas utilizaremos esses textos referenciais para dar base aos nossos escritos, sem pretender com isso, esvaziar ou até mesmo esgotar a complexidade que existe acerca das ideias, reflexões, discussões dos intelectuais que refletiram sobre o período. Afinal, os quilombos são um contínuo de resistência (MOURA, 1987) e estamos também nesta busca de novas formas a partir do campo epistemológico.

O historiador David Eltis (2007) sistematizou os diferentes fluxos de rotas marítimas identificadas em seus estudos como “rodas gigantes”, apresentando como o tráfico transatlântico dos africanos escravizados foi inserido nas Américas. Moura (1987); Reis (1996) e Arruti (2008) apontam, de modo geral, uma leitura das diferentes formas de construção dos quilombos em território brasileiro em diferentes sistemas políticos. Ainda assim, consideramos importante refletir sobre a amplitude e a grandiosidade dos quilombos, destacando os particularismos e os regionalismos.

Há uma amostra das diferentes formas de como o tema é tratado: a leitura do quilombo de Palmares é revisada sob as perspectivas de Funari (1996); Price (1996); Vainfas (1996); Lara (1996); Guimarães (1996) e Gomes (2011). Análises detalhadas de quilombos menos conhecidos, localizados na região do Sudeste, como os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro são apontados por Ramos (1996); Guimarães (1996); Souza (1996). As regiões Norte e Sul estão descritas nos trabalhos de Funes (1996) e Maestri (1996). A região Nordeste, com destaque para os estados da Bahia, Maranhão e

---

<sup>11</sup> Diferentes autores trabalham a questão do racismo e mídia: Conceição (2007); Medeiros (2007); Ferro (2012); Alakija (2012); Carrança (2012), etc. Alguns autores sistematizam os seus trabalhos em diferentes plataformas e repositórios, como por exemplo, o grupo de pesquisa Etnomídia do Departamento de Comunicação, da Faculdade de Comunicação da UFBA. Este grupo reúne estudos, reflexão e ampliação do debate sobre mídia e relações étnico-raciais, contribuindo para a construção de ações que fortalecem a luta contra a discriminação racial na mídia.

Pernambuco são relatados por Reis (1996); Schwartz (1996); Assunção (1996) e Carvalho (1996).

## 2.2 QUILOMBO: UMA CATEGORIA EM DISPUTA

Para tentar refletir sobre o que são populações quilombolas e como os objetos de mídia<sup>12</sup> representam essas populações é preciso olhar para o tema, a partir de várias perspectivas (histórica, sociológica, política, dentre outras). O conceito de “populações quilombolas” é construído a partir de diferentes instituições e agentes políticos, educacionais, sociais, econômicos, públicos, privados e mediante os diferentes processos que usam para se definir um grupo (ARAÚJO, 2017).

Partimos dos escritos de Arruti (2008), que interpreta as diferentes significações do termo “quilombo” durante o século XX, e que contribui para a leitura das atuais nomenclaturas para a definição das populações quilombolas. Arruti (2008) ressalta que a terminologia “quilombos” passou por três ressamantizações: cultural, política e resistência negra.

A resistência cultural, a primeira ressemantização, lê o quilombo a partir da persistência ou da produção de uma cultura negra no Brasil. As leituras sobre os quilombos tinham centralidade em torno da compreensão do mundo africano em solo brasileiro (ARRUTI, 2008). “Os poucos trabalhos sobre quilombos produzidos neste período correriam, portanto, sobre o leito culturalista, acompanhando a tendência dominante nas etnografias sobre cultos religiosos afrobrasileiros e tomando de empréstimo a pauta” (ARRUTI, 2008, p.319). Este tema estava em destaque desde os anos de 1905 e perdurou até a década de 1960 com a colaboração de diferentes autores para essa construção: Nina Rodrigues, Edson Carneiro, Arthur Ramos, Melville Herskovits e Roger Bastide são alguns exemplos na historiografia (ARRUTI, 2008).

A segunda ressemantização interpreta o quilombo como espaço de resistência política, no qual a referência à África é substituída pela referência ao Estado buscando refletir a relação entre classes populares e ordem dominante. Este modelo servia para pensar os modos potencialmente revolucionários de resistência popular. Esta interpretação é iniciada nos fins dos anos de 1950 com a difusão do arcabouço marxista

---

<sup>12</sup> Duarte (2003) distingue os objetos de mídia e os objetos da comunicação. Para ele, a televisão é entendida como um objeto de mídia. Utilizamos esta concepção, pois corroboramos com a construção discursiva do autor.

na historiografia e ciências sociais brasileiras e a ascensão dos movimentos de esquerda. Teóricos como Clóvis Moura e Décio Freitas foram essenciais nessa reflexão (ARRUTI, 2008).

O terceiro ciclo de ressementização lê o quilombo como símbolo de resistência negra. O Movimento Negro passa a ser interpretado a partir da fusão das significações anteriores do termo quilombo. Essa interpretação se tornaria sistemática ao longo dos anos de 1970 (ARRUTI, 2008).

Alguns fenômenos contribuíram para este resultado. No ano de 1978 surge o “Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial”, em São Paulo, uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Neste mesmo tempo propõe-se a criação do Dia Nacional da Consciência Negra, uma data alusiva ao assassinato do líder quilombola Zumbi dos Palmares e apontada pelo Movimento Negro como símbolo de resistência (LEITE, 1999). Nessa leitura, o Quilombo não quer dizer lugar de escravo fugido, mas “reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (ARRUTI, 2006, p.320).

Nos fins da década de 1980, a população vivenciava um período de pós-regime de repressão política, ocasião que se aspiravam por mudanças estruturais das sociedades. De tal modo, o ano de 1988 simbolizava um ano histórico para as populações negras, pois significava 100 anos da abolição da escravatura. Ainda assim, estavam sendo construídas nesse contexto, narrativas críticas sobre a “democracia racial”, na qual eram evidenciadas a reprodução sistemática do racismo e das formas de desqualificação social das populações negras (LEITE, 1999)<sup>13</sup>.

As disputas políticas entre os diferentes grupos, o movimento negro e as elites políticas e econômicas continuaram ao longo desta década. De um lado, o Movimento Negro reivindicava o reconhecimento das suas culturas e dos seus territórios e do outro, as elites que usufruíam da posse de terra adquiridos pelos seguidos movimentos de ações legais, coercitivas e violentas, a exemplo da Lei 601, de 18 de setembro de 1850 que estabeleceu a compra como a única forma de posse da terra, eliminando o regime de sesmarias (GUENA, 2016). “Assim, toda a população que vivia em terras que não fosse

---

<sup>13</sup> Em 1985 é realizado o “Encontro de Raízes Negras”. Esta foi considerada a primeira articulação negra no Estado do Pará. Em 1987 aconteceu o “I Encontro das Comunidades Negras do Maranhão”. Este encontro funcionou como destaque nas organizações políticas em âmbito regional e estadual (ARRUTI, 2008).

fruto dessa transação estaria alijada da possibilidade de título de propriedade” (GUENA, 2016, p.33).

O desgaste do sistema agrícola nacional também ganhava destaque nas discussões sociais neste período. Existiam duas categorias para pensar o território, uma categoria censitária, amparada pelo Censo Agropecuário do IBGE, que indicava a propriedade e outra categoria cadastral, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com finalidade de tributar o imóvel rural (ALMEIDA, 2002). Modalidade denunciada pelos camponeses, pois era vista como insuficiente para a identificação dos territórios (MDH, 2018).

Esse contexto proporciona a construção do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais (ADTC) da Constituição Federal do Brasil, de 1988, que estabelece: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CF, 1998).

A partir da estruturação deste texto de lei, os diferentes grupos sociais, os negros, militantes, cientistas sociais, políticos de vários partidos e tendências, juristas demandaram por reflexões sobre os “remanescentes de quilombo”, provocando uma nova leitura historiográfica do termo (LEITE, 2000). Diferentes sujeitos destes grupos consideravam que esta categoria “remanescente de quilombos” se alinhava com o conceito colonial de quilombos, que resultaria em uma leitura das populações quilombolas a um passado fixado. Ainda assim, previa que esta definição geraria uma visão unitária, coesa e harmônica para com os diferentes agrupamentos de quilombos que se contrapunham com a realidade apresentada (LEITE, 2000).

Apesar de encontrar variados posicionamentos, pouco consenso em sua formulação e impasses conceituais, Leite (1999) apresenta que o artigo constitucional é proposto pela primeira vez, para esses grupos, como um dispositivo capaz de reacender a possibilidade de reparação histórica dos prejuízos gerados pelos processos de escravidão e por uma abolição que não assegurou medidas de inclusão (LEITE, 1999).

Fazer parte deste construto significaria dizer que os sujeitos estariam dentro de uma categoria na qual se estabelece uma possibilidade de direitos. A disputa pelo direito à terra passa a ter novas configurações. De tal forma, o acesso à reparação histórica, dentro de um entendimento de que os grupos quilombolas sejam inseridos nas políticas públicas e formas societárias de participação, como o acesso aos direitos estabelecidos na

Constituição, destacado aqui, pelo direito às terras<sup>1415</sup> são intensificados pelos grupos, indígenas e afro-brasileiros.

É importante destacar que as políticas adotadas, no que se refere à questão fundiária ainda são baseadas na distribuição da posse da terra para com os sujeitos não negros, em especial outros grupos com maior poder e legitimidade junto ao Estado, as populações brancas. Essa herança provém do próprio dinamismo do sistema colonial<sup>16</sup> e das leis vigentes nesse período, as quais introduziram as desigualdades na distribuição das terras e posteriormente, na construção mercadológica da terra (FURTADO, 2009).

O direito, estruturado a partir da herança colonial, tende a visualizar os territórios quilombolas a partir de uma leitura individualista. Em um outro sentido, quando nos referimos as territorialidades destas populações, os sujeitos desta categoria vivenciam o direito de uma forma coletiva. A dimensão de ser população quilombola está atrelada há várias questões, fundamentalmente na noção da coletividade como um valor civilizatório que organiza e estrutura as comunidades, “para nós o que valia eram os perímetros que chamávamos de extrema, demarcados pela nossa capacidade de cultivar e de compartilhar (SANTOS, 2015, p. 81). As populações quilombolas não se limitam as pessoas que compõem as comunidades, mas também aos rios, matas, roçados e todos elementos que são indispensáveis para as suas vivências e organizações sociais.

Muitos agrupamentos dos quilombos no Brasil foram resultados de ocupações por populações de origem africana, sem documentos que registrassem essas ações em processos de luta. Nesse quesito, as famílias continuaram habitando esses espaços, perdendo, na maioria das vezes, o território para outros grupos distintos, como latifundiários ou empresas agrícolas (GUENA, 2014).

Ainda assim, destacamos que o deslocamento, realocamento, as reocupações dos espaços pelos grupos partem de um entendimento de que a terra é um elemento para

---

<sup>14</sup>Salientamos que há uma vasta bibliografia que discute a temática quilombola e a questão da posse das terras que não será explorada neste trabalho.

<sup>15</sup>Através das doações de terras por testamento, alguns processos de apropriação foram exercidos pelos africanos escravizados. Ainda assim, em sua maioria os registros não eram respeitados, pois foram contestados pelos familiares dos senhores. Uma pequena parte destas terras se encontra em mãos dos descendentes dos africanos escravizados (LEITE, 1999).

<sup>16</sup>Diferentes autores apontam para os processos do domínio das terras do Brasil. A primeira Lei de Terras, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, deslocando-os e situando-os em outra, intitulada de “libertos”. Assim, os negros foram sistematicamente expulsos dos seus lugares de origem, mesmo quando obtinham a posse da terra, através da compra ou da herança dos antigos senhores, com testamentos lavrados em cartório, ainda assim precisavam lutar pelo domínio da terra (LEITE, 1999).

pensar sobre os quilombolas e não o processo inverso. Compartilhamos com a assertiva de que “a terra não é o que identifica os sujeitos do direito e sim sua condição de membros de um grupo” (LEITE, 1999, p.137). Assim, a terra surge como condição de estabelecimento. É categórico para o agrupamento, mas não é um elemento de identificação principal (LEITE, 1999).

Nas mais variadas formas de organização, as populações quilombolas tiveram seus lugares desqualificados e abandonados pelo poder público e ainda tiveram negados seus direitos à propriedade por outros grupos sociais. Como sujeitos a-históricos tiveram negado sua condição de humanidade (LEITE, 1999).

Outro viés que atentamos é que a descrição do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da CF refere-se aos quilombolas como “remanescentes das comunidades de quilombos”. Isso atravessa o próprio conceito de “quilombo, quilombos, quilombolas ou até mesmo remanescentes”. Pois a possibilidade do exercício do direito será mediante a identificação dos sujeitos do direito (RIOS, 2007).

Para Rios (2007), o artigo 68 traz uma concepção coletiva do direito, ao priorizar “comunidade” remanescente de quilombo, ao invés de “quilombola”. A interpretação instrui que este direito deva ser atribuído ao agrupamento e não ao indivíduo. O próprio termo “comunidade remanescente de quilombo” representa um conjunto de atos discursivos de ordem conceitual que ainda se faz necessário ser discutido (RIOS, 2007). É a partir do reconhecimento do indivíduo como sujeito (pertencente ao grupo) que passa a exercer o direito conquistado. Portanto, é a participação na vida coletiva e o esforço de construção do grupo que o direito visa considerar.

### 2.3 POPULAÇÃO QUILOMBOLA: QUEM FALA O QUÊ?

A construção de uma história é perpassada por disputas. Spivak (2010) sinaliza que não existe uma história única e verdadeira dos acontecimentos. Ou seja, considerar que só existe uma versão dos vencedores é um equívoco e uma violência epistêmica. É eliminar quaisquer outras trajetórias que existiram e que existem concomitantes com essa história singular. Ainda assim, atentamos que não existe um sujeito único. Todos os sujeitos continuam sendo atravessados por realidades sociais de outros indivíduos.

Ribeiro (2017) ressalta que se faz necessário nomearmos os sujeitos a partir das suas localizações. É imprescindível pensar o mundo a partir dos seus lugares. Em outras palavras, é necessário evidenciarmos as pessoas a partir dos grupos das quais pertencem

por meio de uma leitura étnica, social, econômica, política e antropológica. Essas diferenças, tais como as categorias de raça, gênero, sexualidade e classe são elementos da estrutura social (RIBEIRO, 2017). Nesse sentido, ao reconhecermos nossas diferenças, devemos não mais vê-las como algo negativo e nem tampouco cair na falsa ideia de que são essas diferenças que constroem as desigualdades, mas é preciso entender que as diferenças são utilizadas como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades.

Ao nomearmos os sujeitos, evidenciaremos as diferenças que levam a um status de poder ou privilégio de alguns grupos em detrimento de outros, “se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, 2017, p.24). “O não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente[...]” (RIBEIRO, 2017, p.24). Ainda segundo a autora, as populações negras reivindicam o direito a ter voz, o direito à própria vida (RIBEIRO, 2017).

Ao olharmos para as populações quilombolas destacaremos as localidades, as temporalidades e as sociabilidades que são determinantes para a sua classificação. As discussões e disputas sobre as populações quilombolas contemporaneamente não podem ser olhadas sem trazer para as discussões atuais, o passado desse grupo social. Os tráficos transoceânicos dos regimes escravistas para as Américas; a implementação do regime escravocrata e pós-emancipação em território brasileiro (espaço temporal que inúmeros grupos de fugitivos do sistema escravocrata, desertores militares, índios e logo em seguida migrantes libertos consolidaram agrupamentos) até as primeiras políticas que sinalizam um direito (a exemplo do direito à terra) contribuíram para o *modus operandi* da atual sociedade brasileira e para a formação dos grupos que denominamos populações quilombolas.

As populações quilombolas dentro de cada particularidade e complexidade formaram as suas histórias. Fazem parte de diferentes modos de organização em ocupações agrárias, urbanas e periurbanas, em caatingas e florestas; nas mais variadas formas de existências e resistências: criando e (re)estruturando os territórios; penetrando em cidades, garimpos, vilas, engenhos e fazendas; no combate ou na formação de alianças; construindo economias próprias; e no desenvolvimento da cultura material e imaterial; baseadas no manejo e uso das terras em laços de consanguinidade e familiaridade (GOMES, 2015).

O desenvolvimento das comunidades quilombolas contemporâneas acontece dentro de um processo que envolve a necessidade de ações e políticas de reconhecimento, além de disputas discursivas e territoriais. As narrativas sobre os quilombolas esboçam as suas formas de ser e de se apresentar no mundo, com construções que destacam ao mesmo tempo cidadania, folclorização, marginalização e violência.

Para Arruti (2008) as disputas giram em torno dos processos de exclusão ou inclusão das demandas desta categoria e dos que pertencem às formações sociais. Nesta disputa está em centralidade “o quanto de realidade social o conceito será capaz de fazer reconhecer. Qual parcela da realidade ganhará, por meio deste reconhecimento, uma nova realidade, jurídica, política, administrativa e mesmo social” (ARRUTI, 2008, p.315).

É nesse sentido que cremos a partir das experiências do próprio grupo – as populações quilombolas, que as suas vozes são tratadas de modo igualmente subalternizado e ainda permanecem num lugar de silenciamento e invisibilidade. Isso não significa que estas populações não criam mecanismos de enfrentamento aos silêncios institucionais, ao contrário, as comunidades quilombolas possuem diferentes formas de enfrentamento pautadas nas organizações políticas, intelectuais e culturais dos próprios sujeitos que pertencem a esses coletivos. É importante salientar que as condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas formas. Por exemplo, nas instituições educacionais não vemos o professorado ser composto por sujeitos quilombolas. Esse não-acesso pode contribuir para não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços, pois não vemos materiais paradidáticos produzidos pelas populações quilombolas e conseqüentemente não há uma justa participação nos meios sociais.

Portanto, as populações quilombolas não tem espaço para que suas vozes sejam ouvidas. O falar não se limita ao ato de emitir palavras, mas de poder existir (RIBEIRO, 2007). “Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência” (RIBEIRO, 2007, p.36). Nesse viés, estamos destacando que as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade (RIBEIRO, 2007).

#### 2.4 OS EMBATES NO MARCO LEGAL CONSTITUCIONAL

No início dos anos 1990, logo após o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da CF, os setores conservadores, como a União dos Ruralistas (UDR), a

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Sociedade Rural Brasileira, que votaram pela aprovação do artigo, naquele momento ainda não percebiam e nem avaliavam o que ele representava. Acreditavam tratar-se de alguns casos de grupos isolados em áreas inóspitas do país, que discursivamente eram utilizados pelos atos de governo para dar um fim ao assunto da reorganização fundiária do país (LEITE, 1999; MACIEL; FIDELIS, 2018).

As mobilizações e (re)organizações dos grupos, motivadas pelo artigo começaram a acontecer. De tal forma, inúmeros impasses foram criados para a aplicação do texto. Perceberam que existiam grandes quantidades de áreas a serem tituladas. Somado a isso se construiu a redefinição de uma nova identidade, “ser quilombola” que garantiria finalmente uma possibilidade de cidadania, em posto, ao processo de inclusão e visibilidade (LEITE, 1999).

Em 1990, a imprensa reverbera o que algumas instituições definiram como o que vinha a ser quilombos. A revista *IstoÉ* publica textos da Fundação Cultural Palmares, em parceria com o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), categorizando os quilombos. Apresentando à seguinte definição: “sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais” (ARRUTI, 2008, p. 325).

Nos anos seguintes, em 1994, o “Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais”, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) atualmente extinto, elaborou uma crítica apresentando uma formulação que contemplasse o grupo. A ideia é que as práticas sociais de vivência e resistência são construtoras de uma trajetória em comum. Dessa forma, não há necessidade da construção de um espaço demarcado, como eles destaca no texto:

[...] não se refere a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construídas a partir de vivências e valores partilhados (ABA, 2018, p.1).

O ano de 1995 foi um ano importante para as discussões quilombolas. Durante o I Encontro Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos, realizado em Brasília, como parte da Marcha Zumbi dos Palmares, foi formada a Articulação Nacional Provisória das Comunidades Remanescentes de Quilombos (Ancrq). Ainda neste ínterim, as manifestações sociais e oficiais em comemoração ao reconhecimento da morte de

Zumbi dos Palmares contribuíram para a entrada da temática quilombola na pauta da imprensa nacional e da institucionalização do tema (ARRUTI, 2008).

Neste mesmo ano foi realizado um seminário público na Câmara dos Deputados, cujo debate centralizava-se em dois projetos de lei: o projeto de lei de nº 129, de 27 de abril de 1995 apresentado pela Senadora pelo PT do Rio de Janeiro, Benedita da Silva<sup>17</sup>, membro do Movimento Negro Urbano e o projeto de lei de nº 627, de 13 de junho de 1995 exposto pelo deputado Alcides Modesto<sup>18</sup> (PT/BA), ligado à militância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e advogado da comunidade quilombola baiana, Rio das Rãs<sup>19</sup>.

Ambos os projetos estavam destinados a regulamentar o artigo 68 da Constituição Federal (ARRUTI, 2008). Arruti (2008) considera que Benedita da Silva construiu o projeto, “basicamente do mesmo ideário que já orientara a introdução do tema na Constituição” (ARRUTI, 2008, p.322). Para o autor, durante o debate, a senadora usava, “argumentos baseados nas noções de raça, cultura negra e descendência genealógica (falando até mesmo na possibilidade de se realizarem exames de sangue)” (ARRUTI, 2008, p.322).

Já Alcides Modesto (PT/BA) obteve referências empíricas<sup>20</sup> para a formulação do projeto de lei (ARRUTI, 2008). Durante o debate, o parlamentar, “lançava mão da sua experiência junto à Rio das Rãs e de uma concepção ressemantizada do conceito constitucional, fazendo referência até mesmo à experiência recente das comunidades indígenas, cuja identificação e regularização fundiária, como ele lembrava, ultrapassava o uso substantivo de etnia” (ARRUTI, 2008, p.322).

Apesar destas diferenças, “o seminário resultaria na proposta de unificação dos textos inicialmente propostos” (ARRUTI, 2008, p.322). O desafio seguinte dessa unificação foi a escolha da instituição que ficaria responsável por assumir “a

---

<sup>17</sup> O texto inicial do projeto apresentava o seguinte parágrafo: “regulamenta o procedimento de titulação de propriedade imobiliária aos remanescentes das comunidades dos quilombos, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais –Transitórias” (PROJETO DE LEI, Nº 129, 1995).

<sup>18</sup> O texto inicial do projeto apresentava o seguinte parágrafo: “regulamenta o procedimento de titulação de propriedade imobiliária aos remanescentes de quilombos, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelece normas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro e dá outras providências” (PROJETO DE LEI, Nº 627, 1995).

<sup>19</sup>Nota do autor: Esta comunidade enfrentava há décadas graves problemas fundiários, sendo assediada por fazendeiros vizinhos que reivindicavam a propriedade sobre as terras que ocupavam há mais de um século. A partir de 1990, a CPT que acompanhava a situação, solicitou, com o apoio do Ministério Público Federal, a aplicação do artigo 68 à situação, porém sem sucesso (STEIL, 1998). O argumento do juiz responsável pela ação era, justamente, não saber como aplicar o artigo por falta de uma regulamentação por lei.

<sup>20</sup> Nota do autor: Na elaboração desta proposta participaram também Domingos Dutra, advogado especializado em conflitos de terra no Maranhão há 12 anos, e Dimas da Silva, assessor jurídico do Projeto Vida de Negro, que já havia atuado na regularização das terras de Frechal.

responsabilidade deste novo objeto político-administrativo, polarizada entre a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)” (ARRUTI, 2008, p.332).

De um lado, a FCP limitou-se à atividade de promover o reconhecimento oficial das comunidades, contratando memoriais descritivos das áreas quilombolas e laudos antropológicos, mas sem realizar e determinar as etapas seguintes para a regularização fundiária. Do outro, o Incra já tinha realizado processos de regularização de domínios tradicionais e programas dedicados ao desenvolvimento agrícola e extrativista em algumas dessas comunidades no Nordeste e no Norte, sem mesmo depender e ter o reconhecimento oficial delas como remanescentes de quilombos (ARRUTI, 2008). Para Arruti (2008), a atuação desses órgãos poderia ser pensada de forma integrada.

O início dos anos 2000 já assinalava para a aprovação do projeto de lei nº 3207, de 1997 que propunha a regulamentação do procedimento de titulação de propriedade imobiliária aos remanescentes das comunidades dos quilombos, na forma do art. 68 do ADCT. O governo Federal lançou uma Medida Provisória (MP) instituindo a FCP como executora exclusiva dos projetos de reconhecimento e titulação dos territórios das populações quilombolas (ARRUTI, 2008). Contudo, esta medida não solucionou dois entraves na atuação da instituição: o primeiro corresponde à inexistência de mecanismos para indenização de propriedades privadas nos territórios demarcados como quilombolas. O segundo corresponde a falta de “previsão do registro cartorial do título emitido, o que o tornava um diploma sem qualquer eficácia” (ARRUTI, 2008, p.333).

Em resultado, o governo federal não solucionou as disputas internas e a própria burocracia estatal. Assim, “o confronto entre as duas genealogias, uma referida ao movimento responsável pela formulação do artigo constitucional e a outra, referida ao movimento responsável por sua apropriação social era, enfim, internalizado pelo Estado” (ARRUTI, 2008, p.333).

No ano seguinte, em 26 de janeiro de 2001, a Medida Provisória nº 2.123/28 seria transformada no decreto presidencial nº 3.912 de 10 de setembro de 2001, que regulamenta as disposições relativas à identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos para o reconhecimento, a demarcação, a delimitação, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos quilombolas (ARRUTI, 2008). Segundo Arruti (2008), esta medida em conjunto com o parecer da Casa Civil nº 1490, de 10 de setembro de 2001, estabeleceria três barreiras à aplicação do artigo 68 da Constituição (ARRUTI, 2008).

A primeira estabelecia aquele mesmo ano como prazo máximo para o encaminhamento das demandas por regularização fundiária quilombola. A segunda restringiria os critérios de reconhecimento, atribuindo para as comunidades a comprovação histórica de cem anos de “posse pacífica” da terra, desde 13 de maio de 1888, até a data da promulgação da Constituição de 1988, que garantia a posse da terra. A terceira implicava que em decorrência da restrição de critérios de reconhecimento “considerava-se que as terras de remanescentes de quilombos não podem ser desapropriadas” (ARRUTI, 2008, p.333).

Em 2002, com as alterações no campo político no cenário nacional e com a crescente pressão do movimento quilombola, foram realizadas algumas mudanças na atuação estatal frente às comunidades (STADLER; PERES, 2010). Em 2003 é publicado o Decreto n.4.887/2003, que:

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DECRETO Nº 4887, 2003).

Datado de 20 de novembro de 2003, o decreto é considerado um marco constitutivo de resistência, pois revogou o Decreto nº 3.912, publicado em 10 de setembro de 2001 que previa que as comunidades quilombolas tinham a necessidade de comprovar a descendência direta com africanos escravizados (DUPRAT, 2003). Consta no Decreto 3.912:

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, **somente pode ser reconhecida a propriedade sobre terras que: I - eram ocupadas por quilombos em 1888; e II - estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988** (DECRETO Nº 3.912, 2001, grifo do autor).

A partir dessa mudança textual há uma inversão de atribuições. Cabem às instituições ou atores que discordavam dos quilombolas apresentarem evidências que o território em pauta não era de descendência quilombola (ARRUDA, 1989 *apud* OLIVEIRA, 2009). É também nesse momento que se estabelecem instrumentos políticos, como Programa Brasil Quilombola (PBQ), em 2004, e a Agenda Social Quilombola em 2007, que previam a amplitude das conquistas dos direitos quilombolas.

Em fevereiro de 2007 surge mais um instrumento jurídico de garantia e reconhecimento de comunidades tradicionais, para além de comunidades quilombolas ou grupos indígenas: o decreto nº 6.040, que institui a “Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” (DECRETO Nº 6.040, 2007).

Três anos depois é promulgada a Lei n.12.288/10 que expressa o Estatuto da Igualdade Racial, objetivando garantir os direitos das populações quilombolas em áreas como educação, cultura, saúde e acesso à terra (BRASIL, 2010).

## 2.5 QUILOMBOS NA ATUAL CONJUNTURA

Com as mudanças das leis são produzidas revisões dos critérios de identificação e classificação dos grupos quilombolas. Se antes as discussões identitárias versavam prioritariamente pela cor da pele dos indivíduos, atualmente centraliza-se no processo do qual emerge o próprio grupo. Os laços de consanguinidade, religiosidade e familiaridade, as relações de alianças entre diferentes sujeitos, mas que estão identificados com as lutas, são elementos importantes para pensar as populações quilombolas (ARAÚJO, 2017). Desse modo, o processo é realizado dentro do endogrupo e exogrupo, envolto nas estratégias de resolução de conflitos, negociações e manutenção dos laços de solidariedade (AMORIM; GERMANI, 2005).

As populações quilombolas vivem um dinamismo. As comunidades se organizam politicamente e afetivamente pela busca de mudanças estruturais, como por exemplo, o combate ao racismo e a superação da desumanização, impostos ao povo negro no país. A ausência de um conceito advindo do Estado que abarque o dinamismo das populações nos faz repensar nas experiências de existência das populações quilombolas, pois o quilombo é esse espaço de resistência. É a busca ativa de outra possibilidade de existência. Nesse sentido os escritos que utilizamos para o nosso entendimento sobre o que são populações quilombolas parte desse conceito:

Ser quilombola é ser uma civilização contra colonialista<sup>21</sup> [...]. O título do nosso livro é colonização quilombos: modos e significações. Então, quando eu falo a palavra civilização eu estou falando de modos, estou falando de jeitos, estou de cultura, estou falando de matriz, estou falando de modo de vida, de

---

<sup>21</sup>Santos (2015) compreende por colonização todos os processos etnocêntricos de expropriação, invasão, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura por outra. Esses processos não dependem do físico-geográfico em que essa cultura se encontra. Contra colonização é entendido como todos os processos de luta e resistência em defesa dos territórios, as significações, os símbolos e os modos de vida praticados nesses espaços. O autor, mesmo apontando as singularidades e particularidades, trata povos africanos e originários como contra-colonizadores e, do outro lado, os povos advindos da Europa como colonizadores, independentes de serem senhores ou colonos (SANTOS, 2015).

jeitos de vida. Então, já que os colonialistas diz que eles são uma colonização. Nós estamos dizendo que somos outra civilização. Somos o contraponto. Aliás, nós somos a primeira civilização. Os colonialistas têm dois mil anos e nós nem sabemos quantos anos nós temos, mas temos muitos mais de dois mil anos (AMARANTE, 2020).

Também nos apropriamos das definições da ABA frutos das discussões deflagrada no país pós Constituição de 1988, que define contemporaneamente quilombolas como: “comunidades negras rurais”, territórios onde vivem as populações quilombolas de origem africana, conceito que incorpora as “terras de santo”, “terras de preto”, “mucambos” e quilombos (O’DWYER, 2002 *apud* SANTOS, 2016, p. 34). Mas se no passado colonial a resistência quilombola se dava ao sistema escravista, interessa-nos perguntar: Qual é a principal resistência dos dias atuais?

É o quilombo capaz de expressar a dimensão política da identidade negra no Brasil? Ou ela é uma nova redução brutal da alteridade dos diferentes grupos que sob este prisma teriam que se adequar a um conceito genérico para propósito de intervenção e controle social? (LEITE, 1999, p.130).

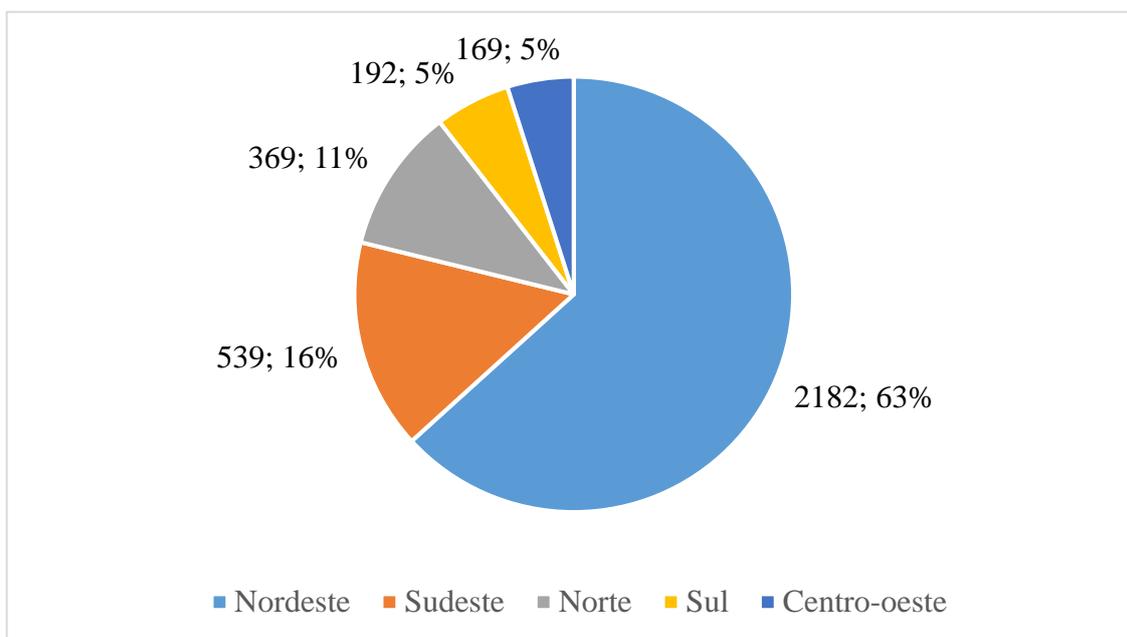
Embora a população quilombola tenha avançado nas conquistas de direitos, como a sistematização no texto do artigo 68 da CF, ainda hoje permanece na disputa para a autoafirmação, certificação e concretização desses direitos. Além disso, mais de 30 anos depois da consolidação do artigo, o direito previsto neste texto só se tornou possível em uma pequena parcela dos territórios quilombolas reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares (FREITAS, 2019).

Na atual conjuntura, as relações de disputa estão inter cruzadas e são evidenciadas nas mudanças estruturais de governos e nas funcionalidades das instituições. A portaria nº 118/2020, publicada no Diário Oficial da União em 20 de julho de 2020 registra que mais de 3000<sup>22</sup> Comunidades Remanescentes de Quilombos agrupam as regiões brasileiras: 2182 comunidades estão presentes na região Nordeste; 539 no Sudeste; 369 no Norte; 192 na região Sul e 169 no Centro-Oeste (FCP, 2021) (ver gráfico 1).

---

<sup>22</sup>As informações atualizadas pela Fundação Cultural Palmares apresentam que até 15/09/2020, 3.451 comunidades são reconhecidas como quilombolas.

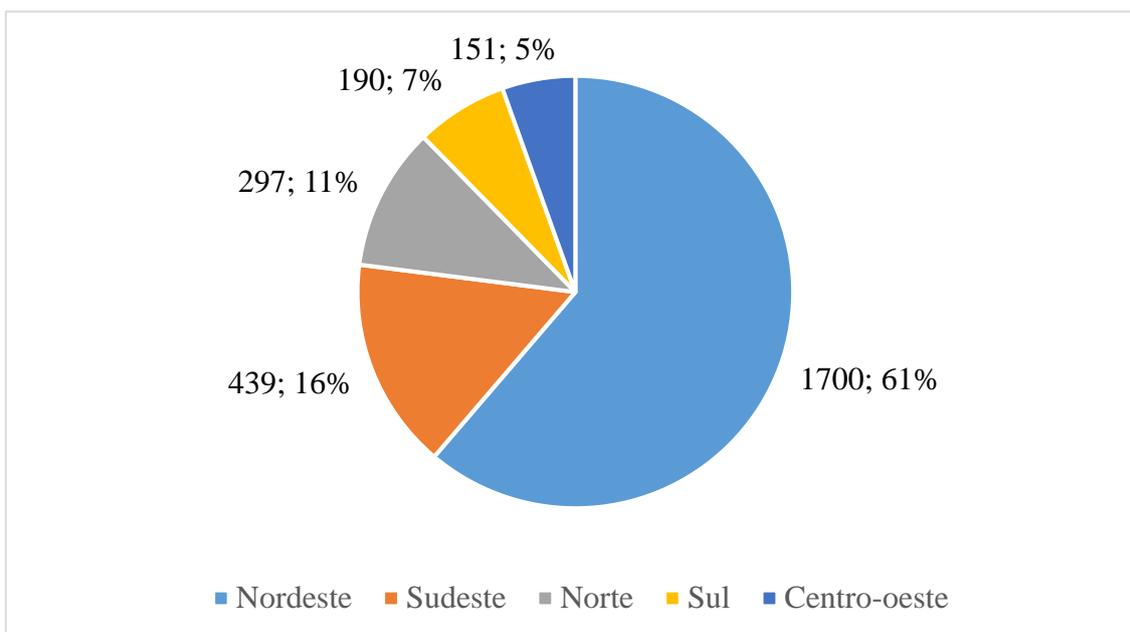
Gráfico 1 – Comunidades Remanescentes de Quilombos reconhecidas por região



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Os últimos dados apontam que no país apenas 2.793 Comunidade Remanescente de Quilombos são certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2021) apresentando a seguinte proporção por região: 1700 (61%) na região Nordeste; 439 (16%) no Sudeste; 297 (11%) no Norte; 190 (7%) na região Sul e (5%) 151 no Centro-Oeste (FCP, 2020) (ver gráfico 2).

Gráfico 2 – Certidões emitidas por região



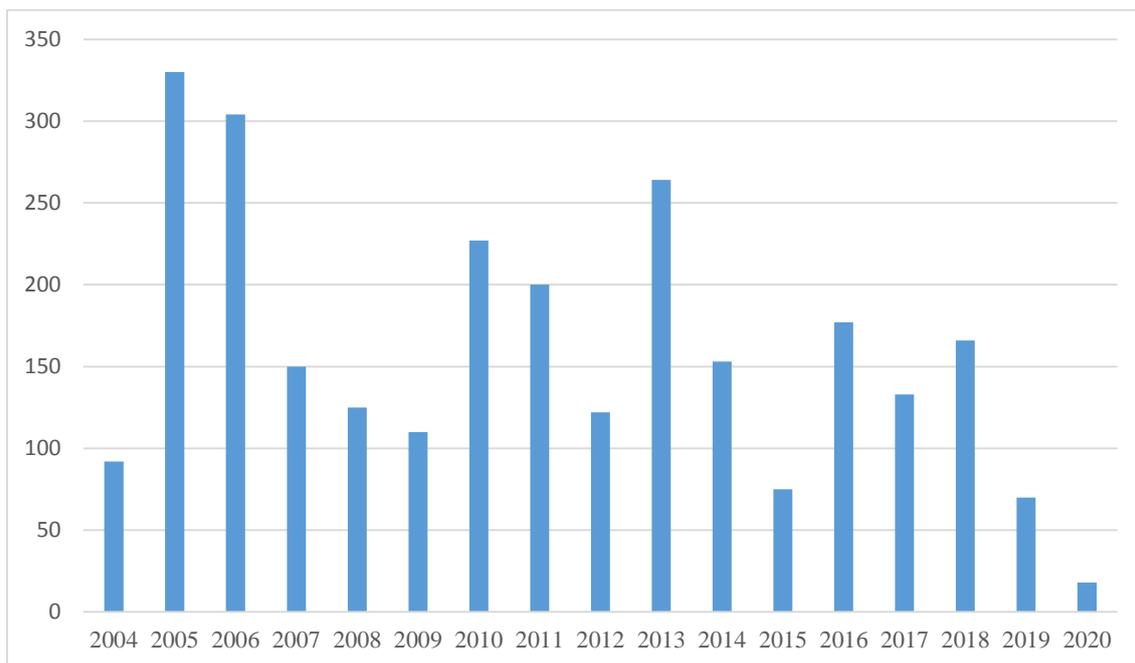
Fonte: elaboração feita pelo autor.

Ao longo dos anos, os dados sinalizam para um declínio no número de certificações: 92 em 2004; 330 - 2005; 394 -2006; 150 - 2007; 125 - 2008; 210 - 2009; 227 - 2010; 200 - 2011; 122 - 2012; 264 -2013; 143 - 2014; 75 - 2015; 177 - 2016; 133 - 2017; 166 - 2018; 70 - 2019 e 18 em 2020<sup>23</sup>. Ainda destacamos que em todos os anos contabilizados pela FCP, 2020 corresponde ao que teve um menor número de certificações (ver gráfico 3). Desse quantitativo, 2793 territórios, somente 107 (3.83%) são titulados (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2021). Atentamos também que há um declínio no número de terras tituladas<sup>24</sup>. Nos últimos dois anos não foi titulado nenhum território quilombola (ver gráfico 4; gráfico 5).

<sup>23</sup> Os dados apresentados pela Fundação são contabilizados a partir do ano de 2004.

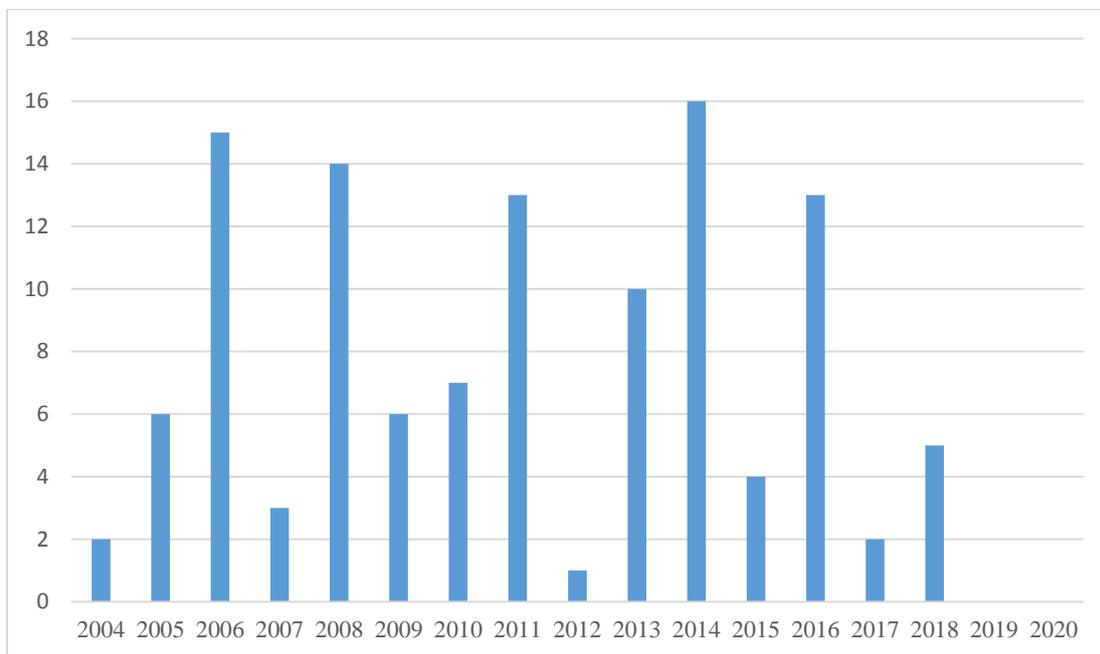
<sup>24</sup> A Comissão Pró-índio disponibiliza um Observatório de Terras Quilombolas. Nele é possível encontrar terras tituladas entre os anos de 1994 até 2020. Procuramos no repositório os dados entre o período de 2004 a 2020 para igualar com o período apresentado pela Fundação Cultural Palmares. A Comissão Pró-índio sistematizou os títulos outorgados pelas seguintes instituições: Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA - BA); Fundação Cultural Palmares (FCP); Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Idaterra - MS); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Instituto de Terras da Bahia (Interba); Instituto de Terras do Piauí (Interpi); Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj); Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma); Instituto de Terras do Pará (Iterpa); Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp); Secretaria de Estado de Habitação e Assuntos Fundiários (SEHAF - RJ); Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Para o gráfico usamos as siglas das instituições e inserimos apenas as que outorgaram títulos no tempo em recorte.

Gráfico 3 – Número de certificações por ano no período de 2004 a 2020



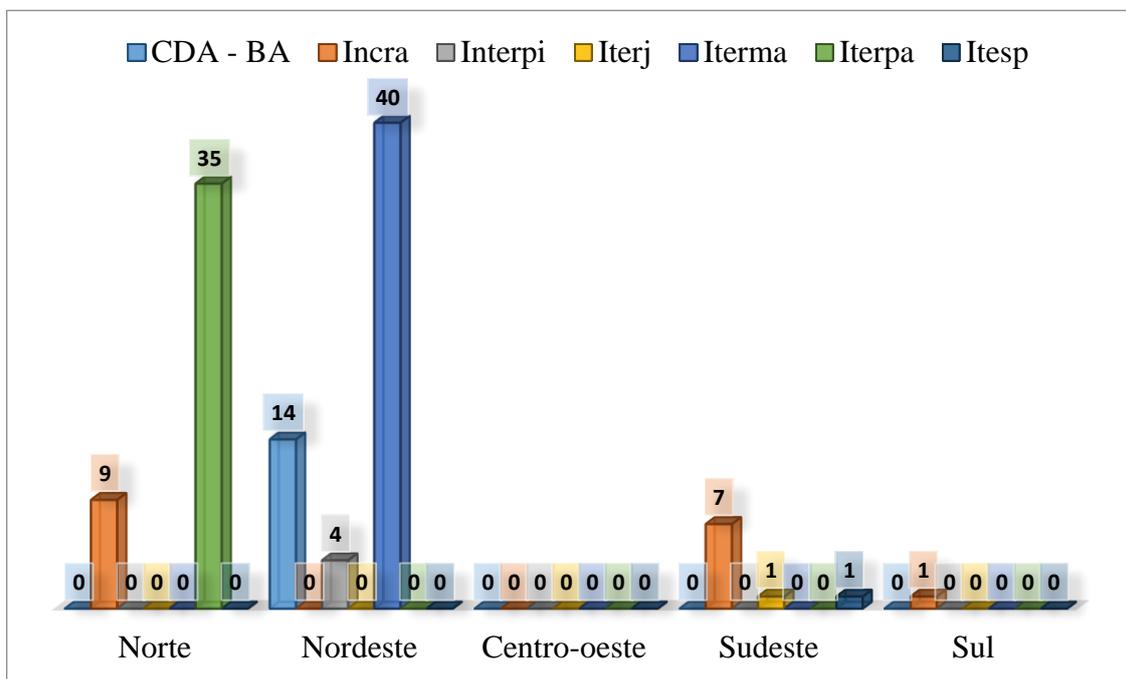
Fonte: elaboração feita pelo autor.

Gráfico 4 – Número de titulações por ano no período de 2004 a 2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Gráfico 5 – Terras tituladas por região e por instituição



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Algumas comunidades quilombolas não certificadas pela Fundação Cultural Palmares estão em processo de discussão e desenvolvimento na qual se percebem e são percebidas como formações distintas de outros grupos por possuírem um patrimônio social, cultural e linguístico que os distinguem. Em processo de etnogênese estão reconhecendo as suas identidades quilombolas (ARAÚJO, 2015).

Ainda assim, pontuamos que cada território quilombola não se limita aos processos de titularização. “O espaço quilombola é muito mais que um espaço físico, de fato, apresenta-se como um espaço de identidade do grupo ou de pertencimento a este” (SANTOS, et al, 2019, p.4). Isso nos leva a afirmar que o quantitativo de comunidades quilombolas é bem maior do que as comunidades que têm seus certificados.

Os processos de luta em busca dos direitos, muitas vezes, são suprimidos pela própria legitimidade do Estado. As políticas públicas voltadas para as populações quilombolas são destinadas para as comunidades certificadas. “Sem os certificados, as políticas públicas específicas para os quilombolas, conquistadas ao longo de uma história marcada por lutas, não chegam a estas comunidades” (SANTOS; et al, 2019, p.1). Essa é também uma relevância das certidões que acabam influenciando a vida econômica, política e social dessas populações (SANTOS; et al, 2019).

Além disso, os dados apontam para a morosidade do processo por parte do poder público. Se de um lado, as populações quilombolas apresentam um crescimento na sua autoidentificação e autoreconhecimento do outro, há um aumento da deslegitimação desses povos através dos processos de certidões e titularização por parte do Estado.

Os processos jurídicos devem estar direcionados aos povos, relacionando o espaço e tempo concernente à preservação da memória, identidade e cultura dos quilombos, mas não é o que acontece. Uma ínfima quantidade dos territórios quilombolas possuem o título da área, em sua grande maioria, pequenas partes dos territórios foram titulados. O processo de certificação das comunidades, as políticas públicas, os repasses dos governos e a presunção da obtenção de títulos estão em direções contrárias (SANTOS, et al,2019).

Freitas (2019) observa que um dos motivos para esta conjuntura é a dinâmica político-econômica da má distribuição de terras no país, que prioriza a expansão das grandes propriedades em detrimento de comunidades tradicionais, como os territórios quilombolas (FREITAS, 2019).

Além dos entraves governamentais e funcionalidades das instituições, Freitas (2019) pontua que a burocracia e lentidão dos processos jurídico-administrativos, assim como também a falta de interesse político em avançar a questão são umas das principais dificuldades para que as comunidades remanescentes de quilombolas recebam o título de suas terras na contemporaneidade (FREITAS, 2019).

Nessa mesma direção as políticas de extermínio em direção às populações negras têm sido mantidas e reforçadas pelas instituições governamentais. Vemos o crescimento e disseminação da violência com os povos tradicionais especificamente com as populações quilombolas. Em 2019, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, nomeou Sérgio Camargo para presidir a Fundação Cultural Palmares. Sérgio Camargo vem representando os interesses específicos e processos de validação da política vigente. Há um processo de reversão, na tentativa de destruir as conquistas dos afro-brasileiros (JACINO, 2019). A Fundação Cultural Palmares foi criada para representar e proteger os interesses das populações negras, mas a sua presidência atual tem feito ataques à memória de personalidades negras e ao movimento negro<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup>Sérgio Camargo assumiu o cargo de presidente da Fundação Cultural Palmares em 28 de novembro de 2019. Antes mesmo da sua entrada na instituição, Camargo já tinha feito algumas declarações em suas redes sociais que demonstravam o teor da sua política. A FCP está sofrendo duras críticas devidas à postura de Sérgio diante das questões raciais no país. Reunimos algumas delas até a presente data: “Cotas raciais para negros são mais do que um absurdo”; “O Dia da Consciência Negra "celebra" a escravização de mentes negras pela esquerda. Precisa ser abolido!”; “Marielle não era negra, ela era parda (mulata), mas autodeclarava-se negra por conveniência política para reforçar o perfil de "vítima" e "oprimida", o que

Há também a redução orçamentária em órgãos essenciais no desenvolvimento da pauta quilombola. De acordo com a Comissão Pró-índio (2016), o orçamento de diferentes programas e políticas sociais em plano federal sofreu duros cortes desde os anos de 2010 até o presente momento. No ano de 2017, um terço das superintendências do instituto responsável pela regularização fundiária, o Incra, obteve um orçamento anual inferior a 10 mil reais, para conduzir os processos de titulação de terras quilombolas. Neste mesmo ano ainda é marcado por algumas mudanças estruturais. O governo federal passa a relocar e reestruturar o Incra<sup>26</sup> e retirar e atribuir a competência da delimitação e demarcação das terras quilombolas, resultando em retrocesso ao desenvolvimento agrícola e agrário do país (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2017).

O ano de 2017 é marcado pelas tensões políticas, pois a corrida ao cargo de presidente se mostrava definitiva para a questão quilombola. Jair Bolsonaro, na época deputado e candidato ao cargo de presidente da República, não poupou ofensas às populações quilombolas. No dia 03 de abril de 2017, Jair Bolsonaro proferiu no Clube Hebraico, no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro o seguinte discurso: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais”. Acrescentando, pontuou que, se eleito

---

nunca foi. A vereadora assassinada do PSOL é um eloquente exemplo do que os negros, e por extensão os brasileiros, não devem ser!”; “A escravidão era um negócio lucrativo tanto para os africanos que escravizavam, quanto para os europeus que traficavam escravos. A diferença é que os europeus não escravizam mais. Já os africanos...”; “No Brasil de hoje Zumbi seria um bandido ou defensor de bandido, integrante do MST”; “A música de Mano Brown não tem valor, exceto para ingênuos e ignorantes! Será cobrada no vestibular da Unicamp em pé de igualdade com Camões. Um absurdo esquerdepata!”; “É inacreditável que tenham tentado ligar nosso presidente ao assassinato dessa mulher sem valor. É preciso que Marielle morra, só assim ela deixará de encher o saco!”; “Cotas para negros precisam acabar! Além de estimular a fraude racial, ignoram o mérito, desrespeitam o princípio da igualdade, geram ressentimento e alimentam o racismo”. No ano de 2020, Camargo voltou a disseminar ataques. Chamou o movimento negro de ““escória maldita” formada por “vagabundos”, durante uma reunião interna com servidores, cujo áudio foi divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 02 de julho de 2020 (MACIEL, 2020). Na ocasião, o presidente ainda atacou a figura de Zumbi: “Não tenho que admirar Zumbi dos Palmares, que pra mim era um filho da puta que escravizava pretos. Não tenho que apoiar Dia da Consciência Negra. Aqui não vai ter. Aqui vai ser zero pra [Dia da] Consciência Negra. Quando eu cheguei aqui tinha eventos até no Amapá, tinha show de pagode com dinheiro da Consciência Negra. Aí, tem que mandar um cara lá, pra viajar, se hospedar, pra fiscalizar... Que palhaçada é essa?”. Nesse mesmo evento, Sérgio desdenhou do Dia da Consciência Negra. Referiu-se a uma mãe de santo como “macumbeira” e prometeu demitir diretores que não tiverem como “meta” a demissão de “esquerdistas” (MACIEL, 2020).

<sup>26</sup>No dia 12 de maio de 2017 são fundidos os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O governo retira do Incra a competência pela delimitação e demarcação de terras quilombolas. Em 20 de maio é devolvida ao Incra a competência de manter a titulação das terras quilombolas, mas a instituição passa a ser vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social Agrário (MDSA), que em 27 de maio de 2016, tinha ido para a Casa Civil da Presidência da República. Com a mudança do Incra para o MDSA, ele passa a ter competência pela “delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto” (BRASIL, 2016). Mas em 29 de setembro é feita a transferência da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e do Incra para a Casa Civil.

presidente, não haveria mais “um centímetro demarcado” para indígenas e quilombolas. No mesmo ano, em setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a acusação de racismo da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o então deputado (OGLOBO, 2019).

Em consequência, no ano de 2018, a pauta quilombola ganhou os noticiários devido às constantes retomadas de diferentes grupos pelos interesses nos processos de reconhecimento e titularização dos povos quilombolas. Os atos nas esferas jurídicas têm colocado em pauta a garantia desses direitos estabelecidos em lei através do Decreto Decreto 4.887/2003. O exemplo concreto desses embates são as constantes Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs)<sup>27</sup> que questionam a validade deste decreto (STF, 2018).

Somado a isso, há uma discussão interminável sobre quais institutos são responsáveis pela competência na condução dos processos referentes aos quilombolas, sem contar com a falta de investimentos em políticas educacionais que invistam em pesquisas para o conhecimento histórico-antropológico do tema.

Outro problema é a prática de evitar ou até mesmo adiar a resolução de conflitos que é necessária em processos que envolvem áreas de interesse das elites econômicas e dos grupos dominantes. Também vemos a criação de uma discussão reducionista, que entende que há critérios universais e generalistas para a definição dos sujeitos do direito. Operadores jurídicos esperam “critérios objetivos” para nortear a identificação de casos (LEITE, 1999).

O ano de 2018 também é marcado por algumas tensões no que tange às comunidades quilombolas, principalmente pelo crescimento da violência física. De acordo com a 34ª edição do relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve um aumento nos conflitos trabalhistas, por água e também violências praticadas contra os

---

<sup>27</sup>Nos últimos anos, a ADI nº 3.239/2004 ameaçava a titulação desses tradicionais territórios ocupados pelas comunidades. Esta proposta foi entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 25 de junho de 2004, pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM) e se estendeu até o ano de 2018. Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) alegou a validade do Decreto 4.887/2003. A decisão foi tomada na sessão do dia 08 de fevereiro de 2018, sendo julgada improcedente pelos oito ministros. Assim, votaram pela improcedência integral da ação os ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Luiz Fux, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, a ministra Rosa Weber e a presidente, ministra Cármen Lúcia. O ministro Luís Roberto Barroso também votou pela improcedência, mas pontuou que os sujeitos que tiverem sido forçadamente desapossados, vítimas de esbulho renitente, têm direito à terra, além das comunidades remanescentes presentes nas terras na data da publicação da Constituição Federal de 1988. Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes votaram pela parcial procedência da ação, dando interpretação conforme a Constituição. De tal modo, alegaram que os direitos às terras, além das comunidades presentes na data da promulgação da Constituição podem ser acessados pelos grupos que comprovarem a suspensão ou perda da posse em decorrência de atos ilícitos praticados por terceiros. O único voto pela total procedência da ação foi proferido pelo ministro Cezar Peluso, relator do caso.

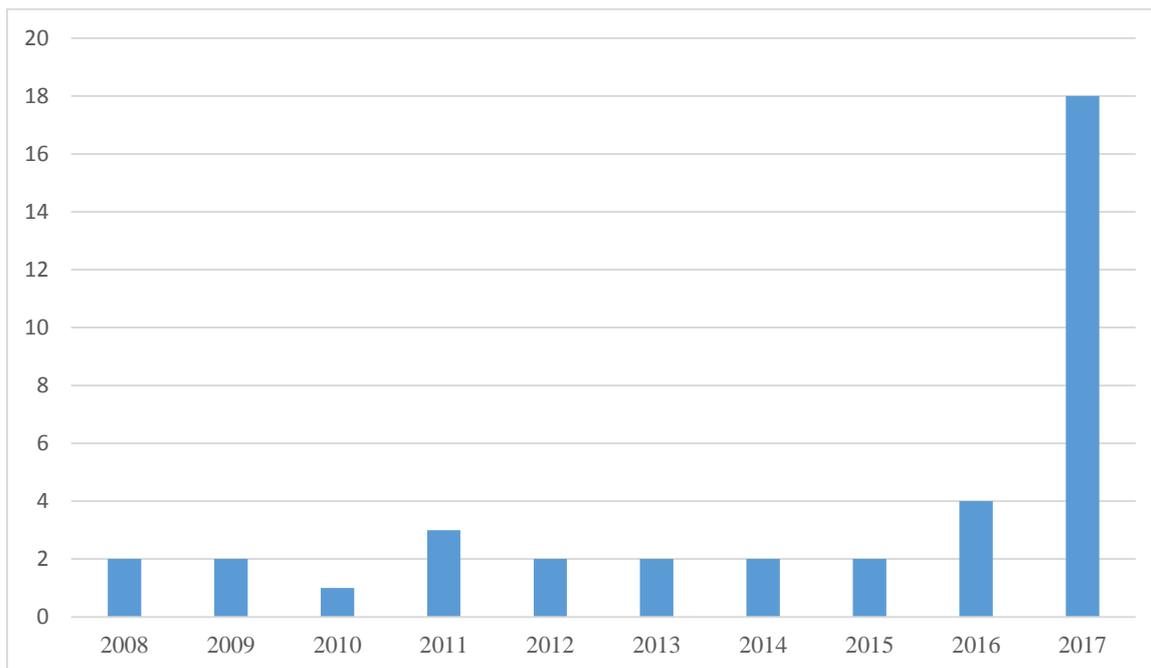
trabalhadores(as) incluindo os povos originários, as populações quilombolas e os demais povos tradicionais.

No intervalo de dez anos, entre 2009 – 2019, há um total de 13.966 ocorrências registradas de Conflitos no Campo no Brasil. Em 2018 foram catalogados 1.489 conflitos neste sentido, ocasionando um aumento de 4% em relação ao ano anterior, 2017. O relatório também apontou que 2019 é considerado o ano que mais apresentou conflitos no campo; conflitos por água e conflitos por terra. De todos os anos catalogados pela instituição, 2019, apresentou respectivamente um total de 1833; 489; 1254 ocorrências distribuídas nessas categorias.

Esses números evidenciam uma outra problemática: os assassinatos das populações quilombolas. De acordo com o relatório da Terra de Direitos e a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) (2018), entre os anos de 2008 a 2015 há média de dois assassinatos por ano. No ano de 2016 há o registro de quatro assassinatos. No ano de 2017 foram catalogados 18 assassinatos, esse número apresenta um crescimento de aproximadamente 350% em relação ao ano anterior, 2017 (ver gráfico 6).

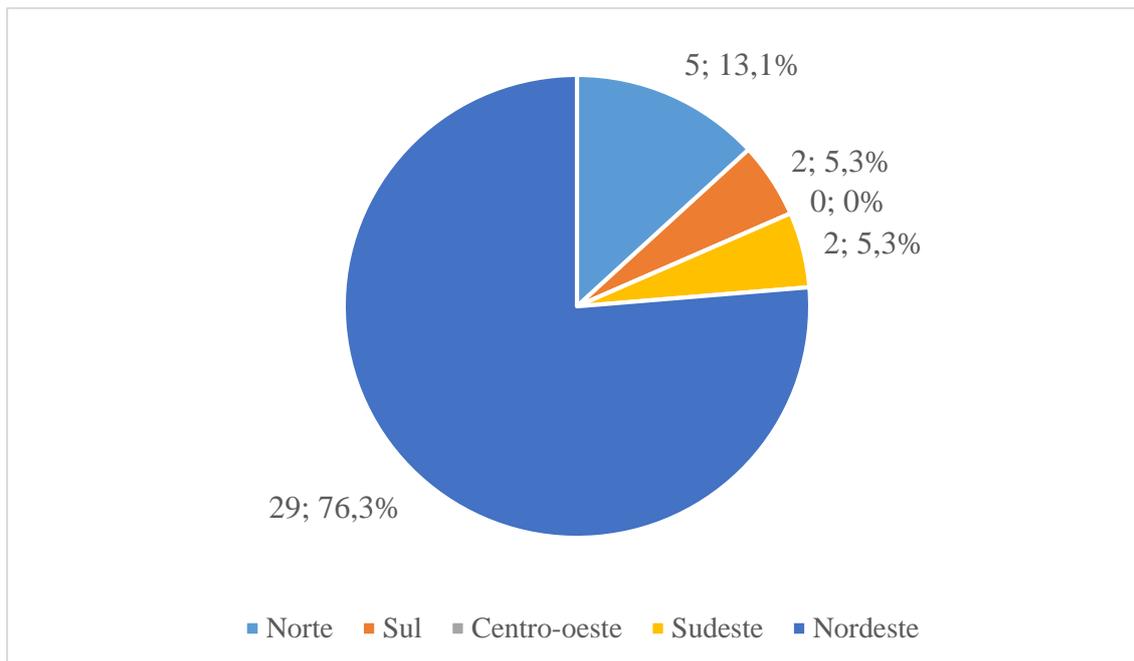
A região Nordeste foi a que mais concentrou assassinatos de quilombolas, 29, registrando 76,3%, de todo o quantitativo. Segundo os dados do relatório, a região fica à frente dos demais, Norte (13,1%) com cinco; dois no Sul (5,3 %); dois no Sudeste (5,3%); 0 no Centro Oeste (ver gráfico 6 e gráfico 7).

Gráfico 6 – Número de assassinatos por ano no período de 2008 a 2017



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Gráfico 7 – Número de assassinatos de quilombolas por região no período 2008 a 2017



Fonte: elaboração feita pelo autor.

As políticas que favorecem a exclusão seguem afetando as populações quilombolas. Contudo, acompanhamos, em 2020, uma vitória. O Supremo Tribunal

Federal (STF) realizou o acórdão do julgamento dos embargos de declaração sobre a ADI nº 3239, que discutiu o Decreto nº 4.887/2003.

Os embargos foram apresentados pelas organizações, Associação dos Quilombos Unidos do Barro Preto e Indaiá, Associação de Moradores Quilombolas de Santana, Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul, Malungu, Fetagri-PA, Justiça Global, Terra de Direitos e o Instituto socioambiental<sup>28</sup> que pleitearam que constasse expressamente a rejeição do marco temporal de ocupação, presente na ADI nº 3239.

Este marco prevê que as terras ocupadas pelos quilombolas só poderiam ser tituladas quando houvesse a comprovação de que esses sujeitos estavam na posse da área até o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição (PRIOSTE; BATISTA, 2020). “[...] O recurso reforçou a não incidência da tese do marco temporal, tanto para os direitos territoriais quilombolas, como para os direitos indígenas, vitória importantíssima para a efetivação dos direitos territoriais dos índios e dos quilombolas” (PRIOSTE; BATISTA, 2020, p.1). Essa decisão reconhece como mais um instrumento jurídico para impor ao Estado a concretização dos direitos quilombolas (PRIOSTE; BATISTA, 2020).

Mas o ano de 2020 também foi marcado pelos impactos da pandemia do novo Coronavírus na população quilombola. A pandemia envolve a necessidade de articulação entre vários setores, além de ações, como por exemplo, promoção à saúde para evitar a propagação do vírus. Ações que muitas vezes não são pensadas pelo poder público para essas comunidades. Como se não bastasse a pandemia, 2020 foi marcado ainda pelo abandono das comunidades tradicionais pelo poder público e pelas diversas formas de violência.

No dia 27 de março de 2020, na contramão dos tratados, convenções e dispositivos legais de proteção dos direitos das comunidades remanescentes de quilombo, e em meio à maior crise sanitária do século XXI, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno, assinou a resolução nº 11, que previa a remoção de mais de 100 comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão (BRASIL, 2020). Esta remoção libera toda a área litorânea para o uso exclusivo da base. Isso

---

<sup>28</sup> As entidades atuaram como *amici curiae*, que significa “amigos do tribunal”. É quando uma instituição ou pessoa auxilia uma das partes por meio dos seus conhecimentos sobre as questões cruciais do processo (PRIOSTE; BATISTA, 2020).

significa que as populações quilombolas que fazem o uso desta área serão relocados para espaços distantes dos recursos pesqueiros indispensáveis à sua segurança alimentar.

Em meio a este processo, cujas recomendações internacionais e nacionais de isolamento, distanciamento social, higiene pessoal e quarentena são apresentadas pelos órgãos de saúde, como por exemplo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde e postuladas para as todas as populações (OMS, 2020; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020), vemos que estas medidas não foram observadas entre as populações quilombolas que estão espalhadas por todo território. As políticas de isolamento, distanciamento social e quarentena não foram expressivas nas comunidades quilombolas nos primeiros meses de quarentena, visto que boa parte dos quilombolas são trabalhadores rurais e necessitam exercer as atividades, como forma de subsistência.

Quando visualizamos os quilombos urbanos e periurbanos, o problema é similar. As populações quilombolas destes contextos continuam exercendo atividades, como por exemplo, trabalho na construção civil, na área da segurança, como empregadas domésticas, diaristas e também os trabalhadores que atuam exercendo atividades informais. Nas pautas iniciais governamentais não houve políticas específicas para as populações quilombolas. Nem mesmo foram citadas (FERREIRA, 2020).

As medidas de higienização também são precárias, visto que as condições de acesso à água potável, em boa parte dos territórios, são quase inexistentes. Essa situação tende a agravar-se gradualmente devido às consequências sociais e econômicas da crise da Covid-19 nos territórios. O acesso à água não faz parte das políticas públicas dos poderes municipais, estaduais e federais para as populações quilombolas (FERREIRA, 2020).

Outro problema relevante é a invisibilidade do alastramento da doença nas comunidades. Segundo a CONAQ, a invisibilidade do alastramento da doença nos territórios, por parte dos poderes públicos e da mídia hegemônica é preocupante. A organização está realizando um monitoramento no conjunto dos territórios e já observou que, entre os dias 11 de abril de 2020<sup>29</sup> e 09 de janeiro de 2021, havia a seguinte situação em territórios quilombolas de 20 estados com confirmação de contaminação: 4.750 casos confirmados, com 179 óbitos; dois óbitos sem confirmação de diagnóstico. Ainda assim, os dados apontam casos de subnotificação e alta taxa de letalidade da COVID-19 entre os

---

<sup>29</sup> O primeiro registro de óbito entre quilombolas foi de 11 de abril de 2020.

povos quilombolas (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS CORONAVÍRUS - COVID 19, 2021).

Em tempos de pandemia, outro problema observado é a falta de profissionais de saúde nos territórios quilombolas e também a dificuldade de acesso das pessoas com sintomas a exames de saúde. Com a saída dos médicos cubanos, que integravam o programa *Mais Médicos*<sup>30</sup>, os territórios quilombolas deixaram de ser assistidos pelos profissionais e conseqüentemente houve uma precarização das dinâmicas de saúde, reforçando as complicações para o deslocamento dos quilombolas que precisavam ser de atendimento em municípios próximos (MARTINELLI, 2020), (BORGES, 2020).

---

<sup>30</sup> O programa *Mais Médicos* (PMM) foi criado em 2013 pelo governo Federal com o intuito de ampliar o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). De tal maneira, o programa prevê investimentos para a construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Também atua no envio de médicos para regiões, onde há escassez ou ausência dos profissionais de saúde (MAISMÉDICOS, 2015). Em 2018, o governo Cubano que enviava profissionais, desde a criação do programa, retirou-se do mesmo citando "referências diretas, depreciativas e ameaçadoras" feitas pelo presidente Jair Bolsonaro à presença dos médicos cubanos no Brasil (G1, 2018).

### 3 O (TELE)JORNALISMO

#### 3.1 TELEJORNALISMO NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SUA PRÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE

O telejornalismo tem desempenhado um papel fundamental na construção, divulgação da informação no país (SQUIRRA, 1990) e na manutenção de uma sociedade democrática. No Brasil, o primeiro telejornal a ser exibido foi *'Imagens do Dia'*, na década de 1950 pela TV Tupi, indo ao ar pelo Canal 6 de São Paulo. Em sequência houve a criação de outros telejornais que passaram a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. Em 1952, pela TV Tupi de São Paulo foi criado o *'Telenotícias Panair'*, produzido pela equipe de Jornalismo da emissora. Em 1953, pela mesma emissora, foi exibido o *'Repórter Esso'*, caracterizado como um dos principais e importantes telejornais da década de 50, “seu conteúdo abrangia o noticiário nacional e internacional veiculado inclusive por meio de filmes (REZENDE, 2000, p.105).

Nessa época, os telejornais eram precários e careciam de qualidade. As falhas que surgiam eram originárias das carências técnicas e inexperiências dos primeiros profissionais, grande parte deles procediam das emissoras de rádio (REZENDE, 2000). Vale destacar que neste íterim possuir um televisor simbolizava “regalia e *status*” (REZENDE, 2000, p.106), pois poucas pessoas tinham dinheiro para comprar um aparelho de televisão, mas cada vez mais, o hábito de consumir as produções televisivas se espalhava (REZENDE, 2000).

Os telejornais nasceram com uma herança do rádio e dos interesses e estratégias dos patrocinadores. Em termos visuais, os telejornais deste recorte temporal possuíam uma homogeneidade: uma mesa com o nome do apresentador e uma cortina de fundo (REZENDE, 20005). É importante também destacar que a própria formação da televisão não deve ser entendida como um ato isolado. Muitos dos princípios e técnicas utilizadas para a construção desta foram aprendidas de outros meios de comunicação. A linguagem, a forma de expressão e os recursos utilizados na produção dos programas, como o telejornal, não nasceram com a sua construção, mas em decorrência do aperfeiçoamento de outros meios (SQUIRRA, 1990).

No primeiro momento da televisão no país, os telejornais sofriam com o tempo, “a transmissão de imagens do fato sofria um atraso de até doze horas entre o acontecimento e sua divulgação nos telejornais” (REZENDE, 2000, p.107). Devido aos problemas técnicos, a televisão apresentava um baixo índice de noticiários. O avanço do

telejornalismo acontece em decorrência da expansão da intelectualidade e criatividade que teve como símbolo o *Jornal Vanguarda*, na TV Excelsior, criado no ano de 1962 (REZENDE, 2000).

Na década de 1960, a televisão estava alicerçada em três vertentes: novelas, shows de auditório e enlatados (filmes e séries em sua maioria procedentes dos Estados Unidos). A principal mudança nos telejornais se deu com a participação de jornalistas como produtores de TV, pois muitos deles eram de outros veículos, por exemplo, do impresso (REZENDE, 2000). Assim, esses profissionais vivenciaram o estúdio de TV pela primeira vez. Além disso, eles também passaram a ser “apresentadores das notícias, cronistas especializados” (REZENDE, 2000, p.107). Em resultado, a qualidade jornalística, a originalidade da sua estrutura e a forma de apresentação do *Jornal Vanguarda* criou uma diferença entre ele e os demais, garantindo o prestígio nacional e internacional conformando em sua consolidação. Contudo, em decorrência da instalação do golpe militar de 1964, a equipe extinguiu-se (REZENDE, 2000).

Com a inserção deste sistema político, os jornalistas passaram a não fazer a apresentação do telejornal e os locutores passaram a conduzir os noticiários. Continuavam a padecer com a falta de um estilo próprio. Havia uma prevalência de som e pouca exploração de imagem. Somado a isso, os telejornais sobreviveram a ter uma interferência política mais forte (REZENDE, 2000).

As dificuldades tecnológicas enfrentadas pela televisão começam a ser diluídas ao longo dos anos e em decorrência de diferentes fenômenos, como por exemplo, o ingresso brasileiro na era da comunicação espacial. Esta conjuntura contribuiu para uma nova fase do telejornalismo, possibilitando a abertura de novos telejornais. Nesse espaço temporal, com interesses mercadológicos e políticos foi lançado, em 1969, o telejornal, *Jornal Nacional*, indo ao ar simultaneamente em Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo (REZENDE, 2000).

Esta nova fase do telejornalismo é marcada pela criação do *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão e pelo fim do *Repórter Esso*, da TV Tupi. Os avanços tecnológicos e o rigor no planejamento da produção também passaram a fazer parte desta nova realidade. Contudo, o regime de repressão aumentava no país e os meios midiáticos não ficaram de fora das políticas repressivas. Nesse mesmo momento, o *Jornal Nacional* apresenta afinidades ideológicas ao sistema (REZENDE, 2000).

Na edição da estréia (sic), o locutor Hilton Gomes anunciava, como manchete do dia, que o governo do país passava temporariamente o controle aos três

ministros militares, por causa da doença do presidente da República, general Costa e Silva. O acaso evidenciava o que para muitos significava mais do que uma simples coincidência. A integração nacional pela notícia, via *Jornal Nacional*, e o endurecimento da ação do governo militar começava no mesmo dia (REZENDE, 2000, p.110, *grifo do autor*).

A década de 1970 é caracterizada pelo desenvolvimento técnico. A qualidade da imagem, a edição das matérias, adição de efeitos, a adição de tecnologia, provocam potencialidades nas mudanças do telejornalismo brasileiro.

Em 1970 a TV Bandeirantes de São Paulo coloca no ar o telejornal, *Titulares da Notícia*. A principal característica do programa era a atuação dos cantores Tônico e Tinoco na apresentação de informações relacionadas ao interior do estado de São Paulo. Nesse mesmo ano, surgiu o telejornal “*Hora da Notícia*” da emissora pública, TV Cultura, que liderou a audiência. Tensionando os modelos hegemônicos e a censura, o telejornal apresentava não um padrão técnico, mas uma nova proposta que dava centralidade às demandas da população (REZENDE, 2000).

Embora houvesse um crescimento da qualidade técnica, os telejornais sofriam com a interferência da censura

A riqueza plástica não encontrava compatibilidade com o trabalho jornalístico. Durante a fase de censura mais aguda, o telejornalismo, sobretudo o praticado na Globo, líder de audiência, acabou se afastando da realidade brasileira. Despolitizada, a emissora encontrava nos programas de entretenimento o atalho para se aproximar afetivamente de sua audiência (REZENDE, 2000, p.115).

A censura também contribuía para uma superficialidade no tratamento dos fatos, impedindo uma maior criticidade. Uma outra saída que o telejornalismo brasileiro buscou, em contraponto ao regime imposto pelas sujeições que a censura impunha ao noticiário nacional, foi o dinamismo da cobertura internacional. Esse recurso auxiliava de forma sutil como alerta de consciência na população para assuntos polêmicos (REZENDE, 2000).

Com a aproximação do fim do regime ditatorial, o telejornalismo brasileiro começa a ter espaços e reconhecer as liberdades democráticas. A televisão do fim da década de 1970 e do início dos anos de 1980 se caracteriza como exemplo dessa abertura. Há um crescimento de telejornais, como por exemplo, o *Canal Livre* da TV Bandeirantes, o *Hoje e o Bom dia São Paulo*, da Rede Globo. Ainda nesse sentido, há também um aumento de programas de entrevistas e debates, a exemplo do *Vox Populi*, na TV Cultura,

*Encontro com a imprensa*, na TV Bandeirantes e o *Diário Nacional* na TV Record (REZENDE, 2000).

Nos fins da década de 1980, mais especificamente, nos anos de 1988, os âncoras dos telejornais passam a tecer opiniões e comentários sobre os noticiários. Essa postura é encarada como uma nova tendência do telejornalismo, resultando em uma maior audiência e credibilidade dos produtos. Novas leituras e formatos foram sendo instalados progressivamente. Na década de 1990, as reportagens ao vivo ganharam espaço em relação às gravadas. O telejornalismo passa a estimular as coberturas externas, construindo uma substituição do “jornalismo de rua” pelo “jornalismo de estúdio” (REZENDE, 2000). Nesse mesmo momento, a figura do jornalista como apresentador indicava um novo modelo de telejornalismo no país, cuja centralidade é voltada à valorização do profissional na busca de credibilidade. Rezende (2000), ao olhar para o *Jornal Nacional* destaca que no:

Dia 29 de março de 1996, a Central Globo de Jornalismo, [...] promoveu a substituição de dois apresentadores símbolos do programa – Cid Moreira e Sergio Chapelin. Os lugares foram ocupados, a partir do dia 1º de abril, por dois jornalistas da emissora, Willam Bonner e Lilian Witte Fibe. As modificações, na realidade, abrangiam todos os programas jornalísticos da TV Globo e não se limitavam à troca de apresentadores (REZENDE, 2000, p.133).

Nesse ínterim, é dada a largada para a segmentação do telejornalismo no Brasil. Em 1996, por exemplo, foi criado o *Globo News*, canal exclusivo de notícias da Rede Globo e também o *Canal Rural*, veículo destinado a reportar o universo agropecuário, construído a partir de uma ação conjunta da Rede Brasil de Notícias – RBS e a Rede Globo de Televisão. Em 2007 é inaugurado na Rede Record, o *Record News*, transmitido em *Ultra High Frequency* (UHF) e em TV por assinatura a cabo (REZENDE, 2010). Se por um lado houve o crescimento da TV por assinatura e conseqüentemente a expansão do telejornalismo, por outro houve uma queda na audiência das televisões abertas (REZENDE, 2000).

Rezende (2010, p.74) ressalta que, a partir dos anos 2000, “novos modelos: o Profissão Repórter e o CQC” se iniciaram. O hibridismo do Jornalismo com o entretenimento é realizado mediante a inserção de novos programas, a exemplo do “CQC”, da TV Bandeirantes. Também o “Profissão Repórter” da TV Globo, que é dado como exemplo de resgate no telejornalismo da prática do apuro investigativo (REZENDE, 2010)

Segundo Emerim (2011), o desafio deste contexto é a mudança do status do público, que se tornou também produtor de conteúdos, pela criação de vídeos e de imagens do mundo, e não apenas um telespectador. Nesse sentido, a produção de produtos televisivos passa a incorporar produtos feitos por “amadores” e também por profissionais, contribuindo para um envolvimento de pessoas que não cursaram Jornalismo.

Assim, narrativas com novas possibilidades de planos e enquadramentos são possíveis e utilizadas no telejornalismo contemporâneo. O consumo do conteúdo também pode ser além do “aparelho de televisão”. Há um fluxo do telejornalismo feito para o “aparelho de televisão”, para outras plataformas midiáticas, para outros meios eletrônicos e esta mudança é bem-vinda quando as produções de conteúdos e as descobertas de novos formatos dão conta das especificidades destes outros modos de recepção (EMERIM, 2011).

Como salientamos, com o advento das tecnologias, a audiência foi adquirindo e se apropriando das linguagens e das narrativas da televisão, a partir da própria experimentação do telejornalismo, apresentado nos aparelhos de tevê. Neste sentido, o desafio do telejornalismo contemporâneo é a manutenção do seu gênero, “ele precisa manter-se enquanto gênero fundante, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias e a sua processualidade de convergência, lhe impõem a um repensar sobre os seus próprios modos produtivos” (EMERIM, 2011 p. 15).

Também vemos reflexões que sinalizam um caminho crucial para a definição de telejornalismo e do fazer notícia a partir do olhar para a audiência. É nesse contexto que Mesquita (2014) conceitua a audiência potente. Para a autora, a audiência é envolvida e tem provocado mudanças na produção das notícias em veículos de referência, trazendo “olhares diversos sobre o mundo em seu entorno e contribuindo para a construção da realidade” (MESQUITA, 2014, p.71). Para Mesquita (2014), a audiência potente é:

um novo agente que se envolve ou é envolvido nos processos, nas práticas e nas rotinas jornalísticas possuindo: capacidade de propagação da informação, não necessariamente notícia; capacidade de ação, possibilitada pelo acesso aos meios de produção; capacidade de transformação, na medida em que muda sua forma de ação e de comportamento ao longo do tempo, dependendo de condições culturais, econômicas, sociais, tecnológicas, dentre outras; e capacidade de amplificação, na medida em que ressignifica o conteúdo, por meio de comentários, opiniões e novos olhares sobre o assunto, reverberando nas redes. Essa última capacidade pode servir como norteador do que querem e do que pensam esses cidadãos e cidadãs que se envolvem com os meios de comunicação (MESQUITA, 2014, p.72).

Seguindo também reflexões sobre a importância das audiências na construção das notícias, Alves (2019) propõe uma continuação conceitual dos escritos de Resende (2010) para atribuir uma nova fase ao telejornalismo no Brasil. Essa fase no telejornalismo iniciou-se de forma tímida na busca em estimular a colaboração das audiências ativas no envio de sugestões de fotos, vídeos e pautas, utilizando a internet como canal de interatividade. Mais contemporaneamente, o telejornalismo alimenta-se também da agenda de pressão social existente nas redes sociais (CERQUEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2019), que contribui com a produção e até mesmo como o compartilhamento dos conteúdos, tanto nos telejornais, como nas próprias redes.

### 3.2 (TELE)JORNALISMO: A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Discutir sobre o telejornalismo é antes de mais nada, discutir sobre Jornalismo, que não se resume a um só conceito. Temer (2010) reflete, brevemente, que o telejornalismo é o Jornalismo na televisão. “[...]o telejornalismo é a prática de coletar informações sobre eventos atuais, redigir, editar e publicar estas informações de forma adaptada aos limites e possibilidades da televisão” (TEMER, 2010, p.102). A autora ressalta que o telejornalismo deve manter os princípios valorativos e éticos do Jornalismo.

As definições do que é Jornalismo e, conseqüentemente, do que é notícia acionam o conceito de realidade de diferentes formas. Ao definir Jornalismo, autores caminham em percursos teóricos tão diferentes, que vão desde o entendimento de que é um espelho do real, até os que assumem que o Jornalismo contribui para a construção da realidade.

Dentre os brasileiros, Pereira Junior é um dos autores que contribui para a discussão do Jornalismo como um lugar que participa diariamente da construção social da realidade. Desde 2004, o autor desenvolve pesquisas que partem da hipótese de que os jornalistas constroem seus textos “a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação, produzirem discursos” (PEREIRA JUNIOR, 2005c, p.1).

Para Pereira Junior (2004), a notícia é o resultado de construções que os profissionais do Jornalismo realizam ao operar os vários discursos (PEREIRA JUNIOR, 2004). Ao nos alinhar a corrente teórica de que o Jornalismo contribui para a construção social da realidade é preciso que deixemos claro o que isso significa.

Inspirado na fenomenologia de Alfred Schultz (1972), apresentado pelos teóricos Peter Berger e Thomas Luckman (1985), a realidade como construção social visualiza os fatos sociais<sup>31</sup> como um resultado de um processo histórico que se dá através da construção coletiva de conhecimento, discordando da perspectiva que apresenta os fatos sociais como fenômenos naturais. O escopo deste construto é afirmar que a realidade é socialmente construída, a partir do cotidiano da sociedade que é expressa, tanto em caráter individual, como coletivo (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Mediante os processos de veiculação dos acontecimentos que chegam até a sociedade, o Jornalismo no exercício das suas práticas editoriais, contribui para a construção social da realidade (ALSINA, 2009). “A realidade social como algo ontologicamente já oferecido e externo à subjetividade, e a realidade social resultado de ações sociais intersubjetivas” (ALSINA, 2009, p.45).

Deste modo, a realidade social pode ser entendida como uma construção da sociedade que é constituída por ela e a constitui (ALSINA, 2009). Tomemos como exemplo a narrativa jornalística<sup>32</sup>. O telejornalismo no dia a dia reproduz e produz acontecimentos, “organizando e construindo um mundo possível” (ALSINA, 2009, p.333). Em outras palavras, o telejornalismo, por meio das notícias, contribui para a construção social do que entendemos e definimos.

Ainda segundo Alsina (2009), os jornalistas constroem mundos possíveis antes mesmo de compartilhá-los. Eles têm acesso antecipado aos fatos apresentados, sendo os “leitores privilegiados”. Além disso, possuem um papel institucionalizado e socialmente legitimado contribuindo para a construção da realidade social como uma realidade pública e totalmente relevante (ALSINA, 2009).

Pereira Junior & Correia (2008) ressaltam que os telejornais influenciam na agenda pública. É dessa maneira que o mundo possível é o mundo construído pelos sujeitos que narram. A notícia, portanto, entendida como prática do Jornalismo é uma representação da realidade social que se manifesta na construção de um mundo possível.

---

<sup>31</sup>“Fato social é toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”. Esta definição foi proposta por Émile Durkheim (1972) no estudo intitulado, “As Regras do Método Sociológico”. Esta asserção baseia-se no construtivismo no jornalismo, corrente de pensamento que apresenta que em determinados aspectos o jornalismo contribui para essa construção.

<sup>32</sup> Vale aqui pontuar que o conceito de “construção da realidade” não deve ser remetido exclusivamente para com a prática jornalística (ALSINA, 2009).

“A construção da notícia como algo especial pertencente à realidade é: simbólica, pública e quotidiana” (ALSINA, 2009, p.11).

É importante sinalizar que a notícia é construída em uma instituição (empresa de comunicação) que faz parte das relações sociais da sociedade (ALSINA, 2009). Assim, uma vez instituída e inserida no contexto social permanece dentro de uma convenção entre as instituições e o público. Como resultado, o público passa a buscá-la diariamente para uma percepção de real como prática ritualística. Como observam Drum; Piccianin (2018):

A mídia jornalística institui-se dessa forma como a responsável por ofertar uma compreensão de mundo, por princípio, não objetivando induzir o público a chegar a determinada opinião, mas a oportunizá-lo à ciência sobre temas pelos quais é preciso ter entendimento, como demanda imprescindível para compreender a própria realidade ou que mais se aproxima dela (DRUM; PICCIANIN, 2018, p.4).

Assim, no processo de produção noticiosa, nas seleções do que é incluído e excluído (a partir dos enquadramentos) é que são verificados os fatos e construído o mundo de “referência”.

Mas o que são enquadramentos? Porto (2004) sinaliza que o conceito de enquadramento passou a ser utilizado em diferentes disciplinas em decorrência dos estudos de Erving Goffman (1974)<sup>33</sup>. Contudo, interessa-nos refletir sobre o uso do conceito na área da Comunicação. Gaye Tuchman (1978) aplicou o termo nos estudos do campo da Comunicação argumentando que as notícias produzem enquadramentos que definem e constroem a realidade.

Entman (1994) realizou uma revisão sistemática dos estudos na área da Comunicação, a partir da relação enquadramento e mídia. De tal modo, o autor apresenta uma definição do conceito que resume suas principais características:

Framing essentially involves selection and salience. To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described (ENTMAN, 1994, p. 53)<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Para Porto (2004) o uso sistemático do conceito de enquadramento para a análise de diferentes fenômenos sociais têm como fonte o livro *Frame Analysis* do sociólogo Erving Goffman (1986). Porto (2004) apresenta que Goffman desenvolveu sua primeira articulação teórica mais sistemática, aplicando-o à análise das interações sociais. Nesta obra, *Frame Analysis*, Goffman define “enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos” (PORTO, 2004, p.4). Neste enfoque, os enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais (PORTO, 2004)

<sup>34</sup> Tradução literal: “O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo,

A partir desta definição, Entman (1994) identificou quatro funções do enquadramento: definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções<sup>35</sup>. Porto (2004) destaca que a definição proposta por Entman (1994) sintetiza os aspectos basilares do conceito, especialmente das suas aplicações na análise de conteúdo da mídia (PORTO, 2004).

Compilando os conceitos de Entman (1994), Porto (2004) define os enquadramentos como: noticiosos e interpretativos. O “enquadramento interpretativo” são padrões que enfocam as avaliações de eventos e temas realizados por atores sociais diversos. Já os “enquadramentos noticiosos” são “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados pelos jornalistas para organizar seus relatos” (PORTO, 2004, p.91).

Ainda segundo o autor esta seleção é resultado de escolhas conscientes feitas pelos jornalistas na prática do “ângulo da notícia” (PORTO, 2004, p.91). Esta seleção resulta em priorizar determinados aspectos em detrimento de outros (PORTO, 2004). “Uma diferença entre os dois tipos de enquadramento se refere, portanto, à fonte. Em geral, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos são elaborados por atores políticos e sociais” (PORTO, 2004, p.92).

Gonçalves (2011) ressalta também que o enquadramento possui uma dupla função: organizar o mundo para as audiências e para os jornalistas que a reportam. Nesse sentido, os enquadramentos midiáticos constituem, ao mesmo tempo, esquemas para a apresentação e interpretação das notícias (GONÇALVES, 2011).

De acordo com Tuchman (1978), a notícia define e redefine os fenômenos sociais compartilhados. É no processo de descoberta de determinado acontecimento que é construída a conformação do próprio acontecimento. É através desse processo que os jornalistas, dentro das suas práticas profissionais, estabelecem os processos de enquadramentos dos acontecimentos (VIZEU, 2014). Assim, o enquadramento “desempenha uma função central na construção social do real no jornalismo” (MESQUITA, 2014, p.25).

---

de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito”.

<sup>35</sup>Entman (1994) defende ainda que uma simples frase pode apresentar mais do que uma destas funções de enquadramento, contudo na maior parte das frases de um texto não há o desempenho delas (ENTMAN, 1994).

Vizeu (2014) aponta que há um conjunto de critérios ligados à organização do trabalho, assim como as convenções criadas pelos profissionais da área para definição e legitimação do processo produtivo da notícia. Esse critério é definido por alguns autores como noticiabilidade, que está em constante ligação ao processo de padronização e rotina dos jornalistas.

Wolf (2005) afirma que há critérios de relevância que estão presentes no processo de construção e seleção das notícias: os “valores-notícia”. Os valores-notícias servem para auxiliar os profissionais do campo jornalístico na decisão de seleção de um novo fato ou acontecimento.

Segundo Tuchman (1983), os valores-notícia seguem uma lógica de tipificação para atingir um fim prático. Nesse sentido, as atividades jornalísticas se definem e redefinem em sua construção, a partir da própria dinâmica do “fazer notícia”, pelo conjunto de princípios e elementos dos quais os fatos são avaliados, a partir dos sujeitos que consomem as notícias, pelos donos das empresas de comunicação que contribuíram para a elaboração da política editorial do veículo, por exemplo, bem como pelos profissionais da comunicação, no olhar para o fato noticiado.

### 3.3 TELEJORNALISMO COMO LUGAR DE REFERÊNCIA

O telejornalismo ocupa um papel importante como instrumento de fortalecimento da democracia (CERQUEIRA; VIZEU, 2016), estando os telejornais entre os preferidos dos brasileiros na hora de se informar. Reforçando o que afirmam os pesquisadores sobre a presença da televisão no cotidiano das pessoas, o relatório final da Pesquisa Brasileira de Mídia (2016)<sup>36</sup>, da SECOM aponta que 90% da população brasileira utilizam a televisão para se informar, enquanto 63% assumem que a televisão é o principal meio por busca de informações<sup>37</sup>.

O estudo apontou também que os brasileiros confiam nas notícias produzidas pela televisão. Do total pesquisado que assiste televisão, 28% confia sempre, 26% confia muitas vezes, 38% confia poucas vezes, 8% nunca confia e 1% não soube ou não respondeu (SECOM, 2016).

---

<sup>36</sup> O Relatório pode ser acessado através do endereço eletrônico:< <https://bit.ly/2AlcOgL>>.

<sup>37</sup> Dados divulgados pelo resultado da pesquisa “Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de consumo de Mídia pela População Brasileira”, realizada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal Brasileiro.

Ainda é importante destacar, de acordo com a pesquisa global *Reuters Institute Digital News Report 2019*, do *Reuters Institute for the Study of Journalism*, que a televisão em consonância com os meios digitais é uma das principais fontes de notícia. Em relação à confiança global nas notícias veiculadas nos meios de comunicação no âmbito de todos os mercados, dos 38 países apresentados, o Brasil está na 12ª posição representando um país que as populações confiam nas notícias.

Essas afirmações revelam a importância que o telejornalismo assume como lugar de referência na sociedade, um lugar para homens e mulheres no cotidiano, semelhante ao que algumas instituições sociais (família, amigos, escola, religião) assumem (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2008; PEREIRA JUNIOR, 2015). “Quando assistimos a um telejornal, em particular, é como se víssemos o mundo. Ele está lá, ele nos vê” (PEREIRA JUNIOR, 2015, p.1).

Pereira Junior e Correia (2008) dialogam com pesquisadores, a exemplo de Silverstone (1969), que compreende que a televisão se constitui como “lugar de familiaridade e de tranquilidade” no cotidiano. Silverstone (1969) sistematizou os seus escritos a partir de dois arcabouços teóricos: os estudos de Giddens (2003), que contextualizam o conceito de segurança ontológica, apresentando a certeza que temos sobre o mundo natural e social são o que parece ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos de si e da identidade social; e dos estudos de Winnicott (1975), a partir dos objetos transicionais, entendendo estes como objetos de segurança. Também traçou reflexões sobre os espaços potenciais que é a interconexão existente das experiências do objeto subjetivo (o próprio ser) e o objeto percebido.

Revisando os escritos de Silverstone (1996), que atribui a televisão um “lugar de segurança” por se constituir em um lugar de familiaridade e tranquilidade, Vizeu (2006) esboçou, num primeiro momento, o conceito do telejornalismo como “lugar de segurança” do mundo da vida, por considerá-lo um lugar de intercessão do mundo dos acontecimentos na sociedade.

Em seguida, Pereira Junior e Correia (2008) repensam o conceito de “lugar de segurança”, a partir da leitura dos escritos de Giddens (2003). Os autores apresentam a hipótese de que o telejornalismo é o “lugar de referência” para a sociedade, uma vez que o telejornal consegue ser uma referência de estabilidade e segurança para as pessoas diante do mundo que as cerca, funcionando “como uma *janela* para a realidade” (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2008, p.10) num mundo, que embora tenha desordens,

tensões, conflitos há uma cadência para a normalidade (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2008).

A discussão sobre o “lugar de referência” é fomentada a partir de três bases: o telejornalismo como lugar de construção do real, ao interpretar a realidade por meio da sua mediação social e funcionando como um organizador do mundo; o entendimento do conhecimento do telejornalismo no contexto da sua *práxis* (FREIRE, 1987); o reconhecimento da produção de conhecimento que é construído através da notícia ao se apresentar numa forma didática durante a mediação dos acontecimentos e o público (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2008).

As produções noticiosas veiculadas pelos telejornais representam para as pessoas um entendimento que o mundo é real, que elas são integrantes dele, que ele funciona e é o local onde a sociedade busca as informações para o entendimento do que é realizado no cotidiano.

Pereira Junior e Correia (2008) entendem o telejornalismo como “uma espécie de lugar de orientação nas sociedades complexas que homens e mulheres recorrem para o bem e para o mal” (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2008, p.9).

Partindo deste entendimento, o telejornalismo assume até mesmo um papel de “auxílio” à população, quando instituições e poderes constituídos para determinadas funções não conseguem exercê-los. A falta de medicamentos no atendimento hospitalar, os problemas com mobilidade urbana, os prejuízos causados pela falta de saneamento básico são solucionados, muitas vezes, através da contribuição dos telejornais para a sociedade. Isso não significa que os problemas apresentados não seriam solucionados, mas o telejornalismo contribui para a agilidade nesse processo. São os telejornais que proporcionam que as ações ganhem legitimidade e repercussão (CERQUEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2019).

Nesse sentido, há também uma confiança na correção e na realização do trabalho, na repercussão, no processo de construção coletiva dos sujeitos que estão imersos no mesmo sistema ou que coadunam da mesma realidade retratada ali, nas telas (CERQUEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2019).

Como destacam Mesquita; Vizeu (2020, p.23), como “lugar de referência, os telejornais desempenham funções relevantes no contexto social do País”. Segundo os autores, os telejornais estabelecem o que Wolton (2006) chamou de ‘laços sociais’”. “Ou seja, no momento em que é assistido, milhares, milhões de pessoas que nunca se viram, talvez nunca se vejam, formam uma grande “Nação Midiática”, formam um “laço” de

pessoas que se relacionam, mediadas por um noticiário” (MESQUITA; VIZEU, 2020, p.23).

### 3.4 TELEJORNALISMO COMO CONHECIMENTO

Ao trazer a discussão sobre lugar de referência, Pereira Junior; Correia (2008) defendem também que o telejornalismo é um produtor de conhecimento. Algo que nos interessa bastante para discutir as representações dos quilombolas pelos telejornais. Afinal, “o produto do jornalismo é o conhecimento” (SILVA, 2018, p.36). Mas é preciso destacar que o conhecimento produzido pelo telejornalismo não é o conhecimento formal, que aprendemos na escola, por exemplo.

Para explicarmos o que seria esse conhecimento produzido pelo Jornalismo, vamos observar o que Robert Park (1966) chamava atenção ao referir-se a notícia como uma estruturação cuja função é orientar a sociedade no mundo real. Em seus escritos, Park (1966) recorre ao filósofo e psicólogo, William James<sup>38</sup>, que sistematizou a existência de dois tipos de conhecimento: o conhecimento de algo e acerca de algo.

Park (1966) descreve o “conhecimento de” enquanto um tipo de conhecimento que é apreendido pelas relações sociais e pela nossa vivência no mundo. Essa apreensão é orgânica e se dá através das nossas reações. “É o conhecimento que adquirimos mais através do uso e do hábito do que de qualquer espécie de investigação formal ou sistemática” (PARK, 1966, p.169).

É nesse sentido que nos (re)ajustamos com o mundo de modo dinâmico. Também recorremos, pela capacidade da adaptação, a uma acumulação de experiências (PARK, 1966). “[...]Essa acomodação do indivíduo ao *habitat* deve ser considerada como conhecimento, incluir-se-á, provavelmente no que denominamos tato ou senso comum” (PARK, 1966, p.169). Este conhecimento se baseia na gradativa acomodação do sujeito ao seu mundo pessoal e individual e na lenta acumulação da experiência (PARK, 1966).

Já o conhecimento “acerca de” é entendido como um tipo de conhecimento sistemático, formal e racional. Esse conhecimento é baseado na observação e no fato. Esta observação é voltada para a apreensão sistemática, verificada e ordenada em uma determinada perspectiva, a partir do olhar do investigador (PARK, 1966). “O

---

<sup>38</sup>É considerado o principal representante da corrente intitulada “pragmatismo” (GENRO FILHO, 2012). “James considerava que as dimensões material e espiritual são apenas dois aspectos de uma realidade constituída pela “experiência”, de cuja premissa retirava a ideia de “ação útil” como único critério possível para a verdade” (GENRO FILHO, 2012, p.42).

conhecimento acerca de é formal. “É o conhecimento que atingiu certo grau de precisão e exatidão substituindo a realidade concreta por ideias e as coisas por palavras” (PARK, 1966, p.171). Esse conhecimento está baseado nas respostas dadas às perguntas sistematizadas que fazemos ao nosso redor. É metodicamente construído pela pesquisa científica (PARK, 1966).

Park (1966) propõe uma junção entre os dois tipos de conhecimento, atribuindo a notícia um nível intermediário entre eles. “Na realidade, a notícia realiza, de certo modo, para o público, as mesmas funções que a percepção realiza para o indivíduo, isto é, não somente o informa como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo” (PARK, 1966, p.175). Para Silva (2018), o conhecimento “acerca de” é um ponto chave para definir o conhecimento que o Jornalismo produz, por meio do senso comum e da percepção do indivíduo (SILVA, 2018).

Genro Filho (2012) propôs novas reflexões a partir dos estudos de Park (1966), destacando que o conhecimento do Jornalismo não deve ser reduzido às perspectivas individuais, ao senso comum, sem levar em consideração as contradições internas, “a divisão sugerida por James, e assumida por Park é redutora, pois supõe uma espécie de “senso comum” isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade” (GENRO FILHO, 2012, p.52).

Para Genro Filho (2012), o Jornalismo é uma forma de conhecimento que se apropria da realidade a partir do olhar do fenômeno. “Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno é o ponto de partida do jornalismo” (GENRO FILHO, 2012, p.53).

Ao explicar que tipo de conhecimento o Jornalismo lida, Genro Filho (2012) ressalta:

O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mais precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero. O jornalismo tampouco elabora uma espécie de representação cujo aspecto singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor, tal como acontece na arte, onde o típico é o eixo fundamental de contato com a realidade (GENRO FILHO, 2012, p.61).

O autor registra que a ação social rege o nascimento, o desenvolvimento e a produção do Jornalismo (GENRO FILHO, 2012). Silva (2018), tece conclusões a partir dos escritos de Genro Filho (2012) e apresenta que o recorte do Jornalismo é humano,

singular e individual. O olhar da ciência aponta o fenômeno como mais um num todo, numa grande massa presente da realidade da cidade (SILVA, 2018). O recorte realizado é particular para explicar o não individual e o universal.

Já o Jornalismo aponta o fenômeno como o caso particular, singular, “não se trata de mais um, mas de “o um” (SILVA, 2018, p.38). A autora ainda atribui que a singularidade para o Jornalismo é o ponto de chegada que coincide com a superação do particular e do universal e sobrevive como significado no corpo da notícia (SILVA, 2018).

Meditsch (1997) explica que o Jornalismo é uma forma de produção de conhecimento podendo servir, tanto para a reprodução, como para a degradação de outros saberes. O teórico afirma que o Jornalismo, como forma de conhecimento admite múltiplas interpretações, que ele classifica em três abordagens.

A primeira, corresponde ao resultado da definição de um conhecimento como um “ideal abstrato a alcançar”. Assim, ao ser estabelecido este ideal, nós utilizamos este como parâmetro para admissão ou não do conhecimento produzido pelo homem. “O “método científico” foi escolhido como parâmetro adequado para se conhecer e dominar o mundo, e toda a tentativa de conhecimento estabelecida à margem deste padrão foi desmoralizada, considerada imperfeita e pouco legítima” (MEDITSCH, 1997, p.2). Segundo o autor, nesta perspectiva estão os sujeitos que destinam à ciência o único modo legítimo de construção de saber para explicação do mundo. Ainda visualizam o Jornalismo como uma ciência ilegítima, invalidando as suas construções e atribuindo a sua contribuição para degradação do saber (MEDITSCH, 1997).

A segunda abordagem visualiza o Jornalismo como uma ciência menor. Meditsch (1997) interpreta os estudos de Park (1966) e reflete que os escritos dele exemplificam esta perspectiva, pois o autor apresenta o Jornalismo em uma relação entre a ciência e o senso comum, sem pertencer a nenhuma destas classificações. “Para situar o jornalismo, Park vai propor a existência de uma gradação entre as duas espécies de conhecimento e colocar a notícia num nível intermediário entre elas” (MEDITSCH, 1997, p.03).

A terceira abordagem reflete sobre a diferença do Jornalismo com as demais produções de saber. Para o Meditsch (1997), o Jornalismo possui uma singularidade, particularidade, originalidade e apresenta aspectos diferentes da realidade, em comparação com as outras construções de saber. Além disso, “o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz,

reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (MEDITSCH, 1997, p.3).

Assim, para este autor, toda a construção deve ser entendida a partir de visão histórica e cultural, como por exemplo, a construção da linguagem e do discurso. “O texto só adquire sentido dentro de um contexto” (MEDITSCH, 1997, p.9).

Meditsch (1997) sistematiza limites lógicos e problemas estruturais do Jornalismo como forma de conhecimento. O autor aponta três problemas. O primeiro diz respeito a falta de transparência para a sua própria produção e das relações de poder e conflito da circulação da informação:

A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios profissionais ou não (MEDITSCH, 1997, p.10).

Já o segundo é referente a velocidade de reprodução, visto aqui como uma dualidade em sua qualificação, “velocidade representa um limite, representa também uma vantagem em relação a outros modos de conhecimento” (MEDITSCH, 1997, p.10).

O terceiro problema é a espetacularização. Refere-se ao fato das produções serem destinadas à sociedade por meio das técnicas narrativas e dramáticas. Nesse sentido, as pessoas que não têm uma relação ativa com o noticiado são aliciadas a consumir o texto apresentado. “O problema é quando passam a ser utilizadas em função de objetivos que não os cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão” (MEDITSCH, 1997, p.10). Essa característica é distinta das outras formas de produção de saber, como por exemplo, os relatos científicos que são estruturados e destinados aos pares. Meditsch (1997) lembra que os meios de comunicação têm um poder grande na sociedade, contudo é difícil mensurar o exercício das atividades e a sua autonomia.

Pereira Junior (2015) atribui ao Jornalismo o conhecimento do desvelamento. Baseado em Paulo Freire (2005), o autor apresenta a ideia de que o conhecimento não é algo acabado e que, portanto, o Jornalismo busca torná-lo mais comum e acessível. Para Pereira Junior (2015), o Jornalismo é uma prática social, um campo de conhecimento. Este campo é constituído por normas, regras, rotinas produtivas e pelas linguagens, pelas pressões políticas, econômicas e sociais, assim como pela luta por uma hegemonia entre agentes que o constituem.

O autor também se apropria das concepções de Bachelard (2014) quando atribui ao Jornalismo o conhecimento do desvelamento. De acordo com Pereira Junior (2015), o

Jornalismo se aproxima dos fatos em busca da verdade do acontecimento. E a investigação jornalística com um método é o que se tornará possível nesta busca. Para o exercício do conhecimento do desvelamento são necessárias a conscientização e a busca pela criticidade. Esse aspecto é possível, no Jornalismo com o rigor do método jornalístico, que aglutina a objetividade, ética, e a verdade jornalística (PEREIRA JUNIOR, 2015). “Se há rigor no método, a notícia se aproxima da objetividade e da verdade dos fatos, garantindo uma postura ética do jornalismo diante da realidade dos acontecimentos” (PEREIRA JUNIOR; ROCHA, 2011, p.753). Essa objetividade se dá na tentativa de evidenciar as múltiplas faces garantindo uma compreensão do mundo.

Cerqueira; Vizeu (2016) observam que a informação correta, verdadeira e justificada é a base de construção do conhecimento jornalístico. Para os autores não existe um bom e um mau Jornalismo, mas o Jornalismo que tem como preocupação a qualidade da informação e a ética (CERQUEIRA; VIZEU, 2016).

### 3.5 TELEJORNALISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para o Jornalismo, como para as Teorias das Representações Sociais, a realidade é uma construção social (MARTINS, 2017). Corroboramos com Martins (2017) no entendimento de “que o Jornalismo, como as representações sociais, pode ajudar a diminuir as complexidades de um mundo cada vez mais bombardeado por informações e imagens, que, de alguma forma, influenciam, mudam ou cristalizam as nossas opiniões e atitudes” (MARTINS, 2017, p.180).

As Representações Sociais são um conjunto de explicações, ideias e coerências resultantes da interação social (MOSCOVICI, 2009). São um conjunto de explicações sobre o senso comum e os saberes populares partilhado coletivamente, cuja finalidade é “construir e interpretar o real” (OLIVEIRA; WERBA, 2012, p.91).

Silva (2018) interpreta que o Jornalismo em suas várias formas se utiliza das representações sociais para a construção da realidade e dentro do seu próprio exercício dá novos sentidos ao cotidiano contribuindo para a construção, reprodução e disseminação de novas representações do mundo (SILVA, 2018).

O jornalismo, em todas as suas formas, precisa fazer-se entender. Seu “dizer” necessita ser compreensível para o maior número de pessoas sob a pena de não cumprir sua função. Para isso, em todo o processo de construção da realidade cotidiana, seja nos fatos imprevistos ou nos programados, recorre às representações sociais. É a busca por “algo

feito”, aceito socialmente e que circula com facilidade entre o público alvo (SILVA, 2018, p.124-125).

Partilhamos das reflexões propostas pelo autor ao afirmar que o telejornalismo é uma forma de conhecimento construído pelas representações sociais (SILVA, 2018). Os jornalistas interpretam, significam e ressignificam as representações sociais. Ainda nesse sentido, o telejornalismo busca cumprir o objetivo de tornar os assuntos estranhos em familiares, proposta central das representações sociais, na tentativa de fazer com que seu público assimile o conteúdo por meio de um processo de representação de universos (SILVA, 2018).

Martins (2017) assera que os enquadramentos utilizados na construção da notícia contribuem para a construção das representações sociais no telejornal. Silva (2018) apresenta que é através das suas práticas que os jornalistas dão sentido às suas narrativas. O telejornalismo, através da representação social, vai procurar atribuir sentidos às narrativas presentes na sociedade, “vai buscar sentidos comuns entre o que é dito e o que sua audiência presumida pode compreender” (SILVA, 2018, p.128).

## 4 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

### 4.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DEFINIÇÕES E REDEFINIÇÕES

Baseando-se nos estudos da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (TRS) tem como propósito compreender os fatos sociais e os fenômenos coletivos. Sistematizada em duas correntes filosóficas, esta área de conhecimento científico se constrói tendo como objeto de estudo os processos de interação social (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Fundamentalmente, a TRS surge na França e posteriormente é estudada em diferentes países do continente europeu e em países latino-americanos. Sua construção se dá em um contexto pós-guerra, espaço temporal que valorizava estudos positivistas. Por volta da década de 1950, o psicólogo social Serge Moscovici (1979) observou como alguns conceitos da psicanálise estavam sendo utilizados no cotidiano da sociedade francesa<sup>39</sup> (MOSCOVICI, 1979).

O autor visualizou a produção de conhecimento, a partir de dois modos: institucional e comum. Através da ressignificação metodológico-teórica, Moscovici (2009) evidenciou a importância e sentido do conhecimento do campo popular com suas trocas sociais, mas que era considerado periférico. A TRS se formula na obra piagetiana, com o sujeito na centralidade e também é construída através das leituras das obras de Durkheim e de Lévi-Bruhl, que apresentaram os conceitos de “representação coletiva” (MOSCOVICI, 1995).

Em território brasileiro, a teoria foi inserida nos centros de debates, em meados da década de 1980, período de crise da Psicologia Social, cuja resposta, naquele momento, foi à busca por propostas marxistas, ainda que por um grupo minoritário. Estes estudos iniciais foram desenvolvidos por brasileiros que cursaram disciplinas durante os anos de 1970 na *École de Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris, e desenvolveram suas teses sobre o tema nos centros de pesquisas localizados nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do país (ALMEIDA, 2009).

---

<sup>39</sup>A obra pioneira do autor recebe o título de “La psychanalyse, son image et son public”. Foi publicada no ano de 1961 e teve como intuito “compreender se o conhecimento da Psicanálise tinha se popularizado na França junto ao público leigo e como se dava o processo de assimilação e apropriação do conhecimento científico” (SIQUEIRA, 2016, p. 44).

Naquele momento, em conjunção com os brasileiros, outros pesquisadores latino-americanos encontraram na EHESS um ambiente para reflexão sobre os problemas que ocorriam em seus países. O estudo das Representações Sociais (RS) surgiu como uma resposta às ocorrências que emergiram da vida cotidiana diante dos quais os estudiosos eram chamados a se posicionar (ALMEIDA, 2009).

A Teoria das Representações Sociais pode ser entendida como um construto teórico-metodológico que tem como objetivo o estudo do senso comum, da partilha dos saberes, que em determinados momentos históricos e sociais não foram estruturados pelo conhecimento institucional (WACHELKE; CAMARGO, 2007). Também tem o intuito de explicar o conhecimento periférico, sustentando-se em trocas sociais presentes na vida cotidiana dos sujeitos, construídas fundamentalmente pelos processos comunicacionais (MOSCOVICI, 2012).

É importante destacar que:

A longa tradição do cientificismo e do eurocentrismo deu origem a uma ideia de universalismo abstrato, que marca decisivamente não somente a produção de conhecimento, mas também outros âmbitos da vida: economia, política, estética, subjetividade, relação com a natureza, etc. Em todas essas esferas, nesses mais de 500 anos de história colonial/moderna, os modelos advindos da Europa e de seu filho dileto – modelo norte-americano após a Segunda Guerra Mundial- são encarados como o ápice do desenvolvimento humano, enquanto as outras formas de organização da vida são tratadas como pré-modernas atrasadas e equivocadas (GROSFOGUEL, *et al*, 2020, p.12).

A definição de Moscovici (2009) é que:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Nós sabemos que elas correspondem dum lado, à substância simbólica que entra na sua elaboração e, do outro lado, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica. Mas se a realidade das representações é fácil de ser compreendida, o conceito não o é. Há muitas boas razões pelas quais isso é assim. Na sua maioria, elas são históricas e é por isso que nós devemos encarregar os historiadores da tarefa de descobri-las. As razões não-históricas podem todas ser reduzidas a uma única: sua posição “mista”, no cruzamento entre uma série de conceitos sociológicos e uma série de conceitos psicológicos. É nessa encruzilhada que nós temos de nos situar. O caminho, certamente, pode representar algo pedante quanto a isso, mas nós não podemos ver outra maneira de libertar tal conceito de seu glorioso passado, de revitalizá-lo e de compreender sua especificidade (MOSCOVICI, 2009, p. 10).

O conjunto de explicações, ideias e coerências são resultados da interação social que Moscovici (2009) denomina de “Representações Sociais”. Vale aqui ponderar que a

TRS participa de um conjunto de construtos do senso comum como atitudes, nexus, ideologia, imagens sociais (WACHELKE; CAMARGO, 2007). Assim, a TRS dá ênfase a uma abordagem cultural e societal dos processos sociopsicológicos, bem como nos esboços das relações intergrupais (FARR, 1995). Deste modo, entendemos que a TRS é um construto dinâmico relacionado a contextos sociais específicos que são atributos das sociedades modernas (MOSCOVICI, 2009); (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

A TRS ajuda a entender os processos que os sujeitos constroem para explicar determinado objeto social. De tal modo, a TRS possui um caráter interdisciplinar por ser uma teoria que possui entrelaçamentos entre o contexto histórico, cultural, social e por ser necessário situar os sujeitos historicamente e socialmente. A TRS é a teoria do pensamento social que é compartilhada entre grupos. É a partir deste fluxo comunicacional compartilhado e também do contexto intergrupais que são agenciadas convenções para entender os eventos da realidade (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

A TRS, como forma de conhecimento social, possui algumas características. Siqueira (2016) destaca três delas: a comunicação; a (re)construção do mundo e o domínio do mundo. A comunicação é uma condição de possibilidade e determinação para as representações sociais e para a construção do real. A comunicação em larga escala possibilita a propagação, a troca de ideias que geram debates na esfera pública (WACHELKE; CAMARGO, 2007). A (re)construção do real está dentro de um movimento dinâmico contínuo de construção, desconstrução e reconstrução. Apresenta-se em uma relação entre representação e comunicação na construção da realidade do cotidiano. O domínio do mundo pode ser compreendido como a ocorrência em que as representações funcionam como um conjunto de conhecimentos sociais, permitindo que os sujeitos se situem e tenham o domínio do mundo na prática (SIQUEIRA, 2016).

As RS têm como escopo os saberes populares e do senso comum. São criadas e compartilhadas coletivamente e tem como finalidade contribuir para a construção da realidade social. Dessa forma, por seu dinamismo, elas contribuem para que a sociedade produza comportamentos e interações com o meio e por consequência uma modificação entre os sujeitos e o meio social (OLIVEIRA; WERBA, 2012).

As RS são formadas pela informação, campo cognitivo e atitude. Entende-se por informação, os elementos que organizam o conhecimento. O campo cognitivo é a capacidade de gerar imagem, com o estoque do conhecimento que nós temos do objeto que se forma, no mesmo momento que se detém a informação. A atitude é o posicionamento que temos para com o objeto que formamos. Em resultado, é através desta

construção que se inicia o processo de representação social mediante ao objeto apresentado (MOSCOVICI, 2009). “Um dos elementos fundamentais da Teoria das RS é a interligação possível entre cognição, afeto e ação no processo de representação” (OLIVEIRA; WERBA, 2012, p.92).

Jodelet (1981) assera que o corpo social necessita conhecer sobre o mundo e sobre os próprios sujeitos a fim de conduzir, ajustar, localizar dentro dos espaços físicos, territoriais, bem como nos intelectuais. É mediante este processo de (re)conhecimento que estes sujeitos identificam e resolvem os problemas que lhes são apresentados (JODELET, 1989).

Somos sujeitos que construímos e compartilhamos o mundo. Somos seres sociais que partilhamos ideias, eventos, conceitos e são nesses processos em que convergimos, divergimos e construímos as relações sociais (SIQUEIRA, 2016). Deste modo, as representações amparam o modo como nomeamos, categorizamos os diferentes aspectos da realidade cotidiana que são presentes e compartilhadas pelos grupos sociais, a partir dos nossos posicionamentos e defesas desta realidade (JODELET, 1989).

Uma representação é uma construção coletiva em que as estruturas de conhecimento de um determinado grupo (re)criam o objeto, baseando-se em representações que existem e circulam sobre determinado objeto, fazendo assim a substituição do existente. Neste sentido, o processo de representação permite que a sociedade interprete e conceba as características de uma determinada realidade e conseqüentemente haja em relação a ela, pois a representação do objeto social assume o lugar do próprio objeto transformando em realidade para os seus atores sociais. É um processo contínuo: cria – recria – substitui – cria, determinando as ações a serem efetuadas, bem como a natureza das características do ambiente. De tal forma, este construto teórico-metodológico, a TRS, se apresenta em contra-argumento de que uma representação é a cópia do objeto (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

A representação classifica as ações da vida social mediante um construto de interpretações do grupo, permitindo ações relativas aos acontecimentos por meio da agregação da novidade. A representação é a forma de conhecimento que transforma algo estranho em familiar (MOSCOVICI, 1979).

Además, está noción se nos aparece con más claridad, por haber comprobado que, para penetrar en el universo de un individuo o de un grupo, el objeto entra en una serie de relaciones y articulaciones con otros objetos que ya están allí, de los cuales toma propiedades y les da las suyas. Una vez convertido en propio y familiar, es transformado y transforma, [...] A decir verdad, deja de existir

como tal para transformarse en un equivalente de los objetos (o las nociones) a los cuales está sujeto por las relaciones y los lazos establecidos (MOSCOVICI, 1979, p.42)<sup>40</sup>.

Jodelet (1989) aponta que a representação social é o conhecimento em uma determinada forma construído e compartilhado com um objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade social, ou seja, uma realidade comum a um grupo.

Funciona como um quantitativo expressivo da compreensão de mundo, dependendo de quais relações sociais são estabelecidas e estruturadas mediante o exercício deste conhecimento comum. Dessa forma, o senso comum e as representações sociais orientam o conhecimento prático, as condutas e explicam a realidade social (MOSCOVICI, 1979). Nomeamos, categorizamos e aprendemos aquilo que foi e é partilhado.

Embora se apresente em uma corrente de estudo diferente da qual estamos discutindo, Guacira Louro (2007), estudiosa da questão de gênero no Brasil, apresenta o termo “interpelação fundante” para descrever o processo de nomeação que os sujeitos fazem nas “atividades” de generificação dos corpos antes do nascimento dos humanos. Visualizamos o termo “interpelação fundante” em consonância com os escritos de Wachelke; Camargo (2007). Com o olhar para as representações dos objetos, os autores Wachelke; Camargo (2007) apontam que os indivíduos passam a acreditar nas representações sociais e em sequência compartilham dessas representações.

Wachelke; Camargo (2007) descrevem que as apreensões de determinado conteúdo de representação social ocorrem em estágio anterior à conceituação sobre objetos da realidade. Há então uma “interpelação fundante” da representação social sobre o objeto. Um exemplo trazido por eles é o entendimento que o coletivo “crianças” possui. Os autores afirmam que este grupo já é capaz de emitir julgamentos razoavelmente sistemáticos mesmo antes de possuírem ideias firmadas sobre determinadas coisas. Uma construção sólida de conceitos (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

É nesse sentido que visualizamos que representações sociais sobre os diferentes grupos são construídas. Evidenciamos que essas construções foram amparadas a partir de estruturas raciais que permitiram desigualdades entre os sujeitos racialmente

---

<sup>40</sup> Tradução literal: Além disso, essa noção nos parece mais clara, por ter verificado que, para penetrar no universo de um indivíduo ou grupo, o objeto entra em uma série de relações e articulações com outros objetos que já estão lá, dos quais ele pega propriedades e lhes dá as dele. Uma vez que se torna próprio e familiar, é transformado e transformador, [...] De fato, deixa de existir como tal para se tornar equivalente aos objetos (ou noções) aos quais está sujeito pelas relações e laços estabelecidos (MOSCOVICI, 1979, p.42).

diferenciados. Essas construções resistem aos mais variados planos e ritmos sociais e mostram-se quase intransponíveis.

Em grande medida, os conhecimentos partilhados apresentam a naturalização e a banalização das desigualdades raciais (RAMOS, 2007) e empurram para o lugar da marginalidade e da subalternidade os conhecimentos da população negra. Sendo assim, as representações das populações negras são atravessadas e corporificadas em noções particulares sobre a forma de conhecimento da sociedade, a organização e estrutura social. O conhecimento que circula entre os sujeitos se materializa nas ações.

Lembramos com Jodelet (1989) que a construção de teorias do senso comum envolve um conjunto de aspectos, dentre eles destaca-se a comunicação. Moscovici (2009) aponta que a comunicação influencia o processo de representação social e também a maneira em que nós, o corpo social, atribuímos legitimidade às representações, tornando-as senso comum. Ainda assim, um dos apontamentos registrados por Jodelet (1989) é que as representações sociais não podem ser tomadas como algo dado e nem estático, podendo assim servir como variáveis explicativas (JODELET, 1989)

As representações sociais são históricas. O olhar para o outro é ampliado, diminuído ou negado mediante os processos comunicativos (ARAÚJO, 2017). É a partir desse viés que acreditamos que a comunicação, visualizando os objetos de mídias, (re)produzem significados na sociedade. As representações sociais para com as populações negras estão atravessadas por uma lógica racial, que legitima o racismo. “As pessoas geralmente tendem a projetar suas crenças em outras pessoas que partilhem sua pertença grupal, quando se trata de crenças fundadas em representações sociais; o mesmo não acontece com crenças ligadas às representações individuais” (WACHELKE; CAMARGO, 2007, p.381).

É a partir desse sentido histórico que apontamos que as representações sociais foram construídas mediante a uma estrutura controlada pelos homens brancos da elite, permeando seus temas, paradigmas e epistemologias (COLLINS, 2020). A própria produção de conhecimento científico ocidental foi construída a partir de estruturas coloniais que reproduziram as lógicas econômicas, cognitivas, políticas, de existências, de relação com a natureza, etc (GROSGUÉL *et al*, 2020). “A construção de um conhecimento sobre o negro sempre esteve condicionada às relações de poder político” (SILVÉRIO, 2020, p.271). Essa estrutura representa interesses específicos e processos de certificação, a partir dos critérios políticos e epistemológicos presentes no contexto social (COLLINS, 2020).

As narrativas sobre as populações negras corporificam noções particulares sobre o conhecimento e formas de estruturação da sociedade, sobre os diferentes indivíduos e grupos sociais. Essas narrativas são potentes. Elas apresentam e definem o que é legítimo, certo, bom, válido, belo, bem como, ilegítimo, ruim, feio, inválido, quais vozes estão autorizadas a falar e quais não estão.

Nesse sentido, a imposição do poder e da dominação colonial atingem as estruturas subjetivas da sociedade “penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo para a sociedade de tal maneira que, mesmo após o término do domínio colonial, as suas amarras persistem” (GOMES, 2020, p.227). Assim, devemos olhar para os objetos de mídia, não apenas para a interpretação dos fatos, mas também a partir da construção de práticas concretas e experiências, construídas pelos sujeitos imersos em relações de poder.

Wachelke; Camargo (2007) explicitam que os meios de comunicação de massa contribuíram para o surgimento de núcleos sociopsicológicos de produção de conhecimento do senso comum e conseqüentemente uma diversidade das representações.

Na contemporaneidade, a comunicação, a partir dos seus objetos de mídias, dos agentes propulsores desses objetos contribuiu para o compartilhamento de diferentes realidades, em espaços de tempo diferentes, proporcionando que experiências diversas fossem feitas pelos sujeitos, contribuindo para múltiplos significados e entendimentos acerca do mundo. É a partir desse viés que os grupos sociais, mediante os processos ideológicos são representados. Os meios midiáticos são os propulsores das ideologias e representações (MOSCOVICI, 2009).

Como citado acima, as representações são construídas e partilhadas através de uma interação pública entre os atores sociais, em suas práticas de comunicação do cotidiano (WACHELKE; CAMARGO, 2007). Por exemplo, as representações das populações quilombolas fazem parte de construções sociais que foram estabelecidas através de aparatos institucionais, sociais e políticos, dentro de um processo histórico (ARAÚJO, 2017).

Vale destacar que o sistema de radiodifusão brasileiro é caracterizado por ter uma alta concentração de audiência e propriedade na mão de poucos grupos empresariais, com interesses econômicos, políticos e/ou religiosos. Quando olhamos para os interesses econômicos há grupos com negócios nos setores de saúde, educação, financeiro, imobiliário, agrário e de energia (MOM-BRASIL, 2017).

De acordo com o mapeamento feito pela *Media Ownership Monitor Brasil* (MOM-BRASIL) (2017) “A mídia brasileira de maior audiência é controlada, dirigida e editada, em sua maior parte, por uma elite econômica formada por homens brancos” (MOM-BRASIL, 2017, p.400). A pesquisa analisou 50 veículos que pertencem a 26 grupos ou empresas de comunicação. Desses, apenas três mulheres são fundadoras de veículos, Sônia Hernandez (Rede Gospel); Márcia Poole (BBC Brasil) e Carla Sá (portal IG).

Entre os sócios-controladores dos veículos, a diferença permanece: são proprietárias com número considerável de ações e cargos importantes nos grupos, a bispa Sônia Hernandez; as filhas de patriarcas que não tiveram filhos homens (duas das cinco filhas de Sílvio Santos, dono do SBT, e as duas filhas de Vittorio Midioli, do Grupo SADA); Isabel Rocha dos Santos, a mãe de Nuno Vasconcellos, que transferiu suas ações na tentativa de enfrentar os problemas financeiros de sua empresa Ongoing; e Roberta Anamaria Civita (vice-presidente da Fundação Victor Civita), que tem um terço das ações da holding da Abril ao lado de seus irmãos, que ocupam cargos mais altos no grupo, Giancarlo Civita (presidente do Conselho de Administração e da Abril Mídia) e Victor Civita Neto (membro do Conselho de Administração, presidente do Conselho Editorial da Editora Abril e presidente da Fundação Victor Civita) (MOM-BRASIL, 2017, p.400).

Consideramos que não há uma pluralidade de sujeitos e conseqüentemente de vozes na administração e organização midiática. Não há homens e nem mulheres negras nesses comandos.

Para Siqueira (2016), as representações sociais possuem uma característica comum, “convencionalização dos objetos”. De tal modo, este recurso vai possibilitar que os sujeitos reconheçam o objeto que se representa. As RS contribuem para a interpretação de uma mensagem, como significante em relação a outras, atribuindo um significado casual. Os sujeitos e os grupos das quais participam não são receptores passivos, nem tão pouco neutros. Há a criação de um repertório comum. Os grupos sociais constroem as suas formas de saber que são fixadas e permanentes no tempo. É nesse construto que os sujeitos passam a referenciar dando sentido ao mundo onde estão inseridos. É a partir desse conhecimento comum e partilhado que os sujeitos também dão sentido de pertencimento. Assim, as representações constroem relações entre os sujeitos e o objeto-mundo (SIQUEIRA, 2016).

Antigos e novos elementos estão agrupados e sempre presentes na formação de uma RS. São a maneira de transformar o “não-familiar” em “familiar” e é neste sentido o motivo de criarmos as representações sociais (MOSCOVICI, 2009). Temos, pois, a tendência em rejeitar o estranho, aquilo que é diferente, o que nos traz desconforto (seja

mediante as novas informações, percepções ou até mesmo sensações (OLIVEIRA; WERBA, 2012).

Moscovici (2009) nomeia a apropriação desse novo elemento através de dois processos, intitulados de “ancoragem e objetivação” para assimilar o não familiar. De tal modo, o que estava entendido como novo passa a fazer parte da própria estrutura da representação.

#### 4.2 ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO

A objetivação e ancoragem são processos geradores das Representações Sociais. Esses processos são princípios fundamentais para se pensar a representação social na transformação do “não familiar” para o “familiar”. É importante lembrarmos que eles são indissociáveis e estão entrelaçados (MOSCOVICI, 2009).

Entende-se por objetivação, o processo pelo qual se torna algo concreto naquilo que era abstrato por sua essência. Em outras palavras, é o modo pelo qual tornamos visível uma realidade. Imaginemos um conceito “x”. O processo de objetivação retira do conceito “x” o quadro conceitual e se apresenta algo concreto (TRINDADE *et al*, 2014). A objetivação é um processo de transformação. É uma mudança de algo complexo, abstrato ou novo para uma imagem significativa e concreta para o grupo ou indivíduo (MOSCOVICI, 2009).

Adequamos então um conceito com uma determinada imagem, descobrindo a qualidade icônica, material de uma ideia, ou até mesmo de algo que nos põe dúvida. É nesse sentido que a imagem passa a ser uma cópia da realidade (OLIVEIRA; WERBA, 2012). É importante lembrarmos que nesse processo há a adequação de imagens que se dá por meio da familiaridade através do próprio repertório imagético dos sujeitos (TRINDADE, *et al*, 2014). “Trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as, dissociando-as de seu contexto original de produção e associando-as ao contexto de conhecimento imagético do sujeito ou grupo” (TRINDADE, *et al*, 2014, p.147). Assim, determinadas informações ganham evidências em relação a outras ou diferente da que se apresenta da sua estrutura original (TRINDADE *et al*, 2014).

Moscovici (2009) exemplificou em seus trabalhos, a figura de Deus. Ele apresenta que ao ser chamado de “pai” estamos objetivando uma imagem à visualidade de Deus. A imagem então conhecida por nós de um pai ganha materialidade na imagem que temos

de Deus (OLIVEIRA; WERBA, 2012). Este é um procedimento pelo qual materializamos uma abstração e reproduzimos um conceito em uma imagem.

Já a ancoragem é entendida como uma técnica que tende a transformar algo estranho e perturbador. É o modo pelo qual procuramos encontrar um lugar, para encaixar o não familiar. Ambos os processos, ancoragem e objetivação estão imersos em processos da memória (OLIVEIRA; WERBA, 2012).

A ancoragem utiliza de um sistema que é composto de categorias dos indivíduos (familiares e funcionais) para a introdução de elementos novos para os objetos, “que nos intriga em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2009, p. 60). Temos dificuldades em acolher aquilo que é estranho e diferente, pois muitas vezes é percebido como “ameaçador”. A ancoragem é uma técnica que tende a transformar algo estranho e perturbador em algo concreto (SIQUEIRA, 2016). Dessa forma, este processo nos ajuda em tais circunstâncias. “A ancoragem permite ao indivíduo integrar o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando-o e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social” (TRINDADE *et al*, 2014, p.148).

No telejornalismo é comum vermos os processos de ancoragem nas veiculações das reportagens. Na contemporaneidade, com as discussões sobre o novo Coronavírus<sup>41</sup>, SARS-CoV-2, os jornalistas utilizam o processo de ancoragem ao evocar produções realizadas em discussões anteriores de síndromes respiratórias, também provocadas por coronavírus diferentes, a Sars (*Severe Acute Respiratory Syndrome* - síndrome respiratória aguda grave) e Mers (*Middle East respiratory syndrome coronavirus* - síndrome respiratória por coronavírus do Oriente Médio), para explicar o fenômeno apresentado (COE-NCOV, 2020). De tal modo, mediante a alguns ajustes, um novo objeto é ancorado quando este passa a fazer parte de um conjunto de sistemas que já existem

---

<sup>41</sup>Os coronavírus causam infecções intestinais e respiratórias em animais e humanos; sendo que em grande parte das infecções em humanos por coronavírus são causadas por espécies de baixa patogenicidade, ocasionando o desenvolvimento de sintomas semelhantes ao resfriado comum, porém, podendo levar a infecções graves. No ano de 2019, duas espécies de coronavírus provenientes de animais (SARS e MERS), altamente patogênicos foram responsáveis por grandes surtos de síndromes respiratórias agudas graves 1, inicialmente na China e proporcionalmente em todo o mundo. No Brasil, o primeiro caso suspeito foi notificado no dia 22 de janeiro de 2020. Em relação à doença pelo novo Coronavírus 2019 (COVID-19), ainda não há vacina ou medicamentos específicos disponíveis para o tratamento específico, assim, o tratamento é de suporte e inespecífico. A disseminação do vírus de pessoa para pessoa tem sido realizada principalmente por meio de gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada espirra ou tosse. Também foram identificadas transmissões por aerossóis em pacientes submetidos a procedimentos de vias aéreas (COE-NCOV, 2020).

(TRINDADE, et al, 2014). Vale ainda apresentar que, quando não há um encaixe exatamente a um modelo conhecido, nós o forçamos e moldamos para que este assuma uma forma, ou até mesmo entre em determinada categoria, sob pena de não poder ser decodificado (OLIVEIRA; WERBA, 2012).

Ainda refletindo sobre o processo de ancoragem, acreditamos que há dificuldades dos jornalistas para apreender a imagem das populações negras de forma positiva. Ao invés disso, é comum visualizarmos o reforço do racismo estrutural para explicar situações e atribuir o papel de subalternidade ou desconfiança e marginalização para com a população negra. Se de um lado, há construções de novas representações, do outro, essas representações são permeadas por construções estruturais do racismo. A partir do olhar amparado pelo racismo estrutural há determinação do lugar da pessoa negra e da pessoa branca. De um lado, a subalternidade, do outro o exercício de direitos e privilégios:

Por ser uma forma de consciência historicamente determinada, o racismo é fundamentalmente transversal, ou seja, atravessa todos os segmentos da sociedade e todas as formas de organização social: partidos políticos, religiões, ideologias, etc. Afeta, ainda, todas as camadas da sociedade, sendo um fator majoritário no universo onde se sustenta emocional e historicamente. Se o racismo resiste hoje com a virulência que possui, expandindo-se cada vez mais, apesar de todos os nossos esforços morais e culturais e de todos os avanços no conhecimento científico sobre o desenvolvimento das sociedades humanas, é porque ele tem se convertido, ao longo do tempo, numa realidade tenaz, arraigada na consciência e na prática social, e que ele beneficia materialmente, em todos sentidos, aos usufrutuários de um sistema racializado e fenotipocêntrico. Não por outro motivo, ele se insere numa trama social global em que os evidentes benefícios obtidos na sua sustentação são muito maiores do que seus custos (MOORE, 2007, p.286).

Um exemplo dessa visão dos jornalistas para o corpo negro aconteceu em fevereiro de 2020, no telejornal *Bom Dia São Paulo*<sup>42</sup>, quando o apresentador Rodrigo Bocardí durante uma entrada ao vivo sobre o uso de transporte público, perguntou ao repórter Tiago Scheuer que entrevistava Leonel Dias, jovem negro que estava usando o metrô para o destino de um clube de classe alta em São Paulo, Capital, se ele exercia a função de gandula de bolinhas de tênis naquela instituição. Leonel afirmou que era jogador de polo aquático no clube. Por isso, usava o uniforme do lugar. A relação de negação e atribuição de papéis, profissional do clube e gandula de bolinhas, pelo apresentador revela o lugar do homem negro que o jornalista acredita. De tantas outras

---

<sup>42</sup> A entrada ao vivo apresentava o seguinte título “TRANSPORTE SOBRE OS TRILHOS. BDSP acompanha movimento da Linha 3 - Vermelho do metrô”. Foi exibida ao ar no dia 07.02.2020. A duração é de 07min27.

hipóteses que poderiam ser levantadas, o modo estereotipado apresentado pelo jornalista revela o lugar deste homem negro.

Não há a naturalização da ascensão social do corpo negro, mas a naturalização da marginalidade e da subalternidade. “É a partir do processo da ancoragem que se pode compreender o jogo da cultura assim como as características históricas, regionais e institucionais da produção de sentido” (TRINDADE *et al*, 2014, p.151).

É comum vermos o processo de ancoragem nas analogias ou metáforas feitas pelos jornalistas. Nas “traduções” de assuntos de uma determinada área, ou construção de um saber científico, os jornalistas utilizam a proteção-guia “facilidade” para garantir o entendimento do assunto para o telespectador. Fazendo o uso da ancoragem, o jornalista utiliza o “Explica o melhor para o pessoal de casa”; “para que pessoal de casa possa entender” e assim contribui para o encaixe de assuntos não familiares ou estranhos em categorias que serão aceitas pelo “senso comum”. O jornalista tenta enxergar e transcrever a realidade de acordo com a prática jornalística, mediante as rotinas produtivas.

Moscovici (2009) disserta que ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagem comum é o primeiro mecanismo para essa transformação. Assim, o objeto de representação passa a ser pensado mediante as experiências que os sujeitos já possuem em seus repertórios. Os elementos novos chegam para todos esses sujeitos e são incorporados ou assimilados por um sistema de categorias que ao mesmo tempo é familiar e funcional para cada indivíduo, através da ancoragem. Em sequência, os elementos que em determinado momento fazem parte da novidade passam a fazer parte de um conjunto de categorias já existentes. Nesse sentido, o que era novo passa a ser entendido na realidade comum e posteriormente enquanto natural.

Em resultado, ao olharmos para o processo de ancoragem e objetivação devemos nos atentar que os sistemas de classificação e nomeação têm por objetivo facilitar a interpretação de características e compreensões de intenções, pois todo pensamento ou percepção tem uma característica de ancoragem. Além disso, é no fazer notícia dentro do campo do telejornalismo, que os processos de ancoragem e objetivação são utilizados para que os telespectadores entendam o que é noticiado. É atrelando as informações a outras que já são conhecidas por estes sujeitos que são tecidas e construídas as próprias notícias. É uma explicação contínua ao público dos fenômenos não familiares (e até inusitados) que acontecem no cotidiano (MOSCOVICI, 2009).

### 4.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E QUILOMBOS

Há muitos pontos em comum entre as Representações Sociais no que se refere à construção social da realidade (MARTINS, 2017). Ao estudá-los, busca-se conhecer o modo como um grupo, no caso os jornalistas, constrói um conjunto de saberes que representam outro grupo social, aqui os quilombolas.

O “eu sou quilombola” tem sua determinação também mediante os processos de representações midiáticas. E mediante este reconhecimento os grupos minoritários em acesso aos direitos podem através da representação, aqui entendida como uma representação positiva, e conscientização, despertar para a busca da sua cidadania e para o exercício dos direitos estabelecidos em lei (ARAÚJO, 2017).

Já afirmamos que as representações sociais são históricas. Elas são construções do senso comum. Acreditamos que esse encontro, nos leva a refletir a existência do não diálogo com as diferenças, sobretudo, com as raciais, “de uma sociedade que se nega a reconhecer que essa participação e essa contribuição negras se perpetuarão por intermédio das gerações que virão depois de nós” (MOURA, 2007).

Interpretamos que a sociedade tem responsabilidade com essa desigualdade. Ainda assim, essa responsabilidade também cabe à mídia visto que tem uma função e responsabilidade no que diz respeito ao combate à invisibilidade das populações negras, (SILVA, 2007). “Seria muito bom para a democracia nesse país se a mídia pudesse aliar-se a nós do movimento negro, aos brancos e aos indígenas nossos aliados, em momentos de denúncia do racismo e do preconceito, e também momentos de se apresentarem propostas concretas para a superação desse quadro de injustiça” (MOURA, 2007, p.20).

Para esse diálogo estabeleceremos as seguintes indagações: Como é veiculada a representação do negro nos objetos de mídia? O que o senso comum apresenta sobre os negros? Será que as vozes dos quilombolas são ouvidas? Eles têm a mesma chance de falar e ser ouvido? Pensar sobre quais as representações sociais na mídia, no nosso caso específico os telejornais do estado de Maranhão e da Bahia, são feitas dos quilombolas é também refletir sobre os processos de exclusão, invisibilização, silenciamento e das desigualdades sociorraciais.

Ao considerarmos que existe apenas uma única versão dos conflitos sociais estamos sujeitos a praticar equívoco e uma violência epistêmica. Nessa trajetória retilínea eliminamos quaisquer outras trajetórias que existiram e que existem concomitantes com

essa história singular (SPIVAK, 2010). Assim, assertamos que não existe uma história verdadeira e única.

Compartilhamos dos escritos de Spivak (2010) para refletir sobre as populações quilombolas a partir das representações na mídia, entendendo estes sujeitos enquanto subalternos. O que é um sujeito subalterno? Segundo a autora, é a pessoa que está debaixo de camadas sobrepostas de exclusão cuja voz já não pode ser ouvida. Esse indivíduo está dentro dos processos de afastamentos do mercado de trabalho, consumo, representação política, sem ter alcances políticos e sem exercer os direitos estabelecidos. Os sujeitos subalternos estão nas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.13-14).

Spivak (2010) aponta que algumas pessoas conseguem ser ouvidas. Elas podem contar a sua história, os seus problemas, indagações, mas outras não. Os subalternos são silenciados a todo o momento. Para o entendimento desses sujeitos, Spivak (2010), apresenta a representação como formas de caracterizá-los. Para a autora existem dois modos: *vertierung* e *darstellung*. O primeiro é entendido quando assumimos o lugar do outro. Os indivíduos responsáveis pelo seu discurso são substituídos por um representante. Já o segundo é entendido como uma visão estética, artística, que configura o ato de performance ou encenação. É uma representação dramática quase teatral. A forma existe, mas o conteúdo é falso.

Esse conceito é importante para nós, pois interpretamos que as populações negras, em destaque, as populações quilombolas, são entendidas como subalternas, não possuindo o direito a ter vozes. Essa voz não diz respeito ao ato de falar, mas a ausência do caráter dialógico na fala do subalterno. A fala do sujeito subalterno é sempre intermediada pela voz de outro, que se coloca no status de reivindicar algo em seu nome. Sobretudo por não ser ouvido, não pode se auto-representar.

Em outras palavras, acreditamos que as populações quilombolas só poderão falar a partir da sua centralidade, com a sua própria língua, seus esquemas interpretativos, a própria cultura e não apenas sendo sujeitos passivos nas narrativas através da representação do outro. Acreditamos que é necessário promover a participação equitativa e plena para com as populações negras nos meios de comunicação, inclusive na produção e gestão de programas.

## 5 OS QUILOMBOLAS EM DOIS TELEJORNALIS DO NORDESTE: JMTV 1ª EDIÇÃO E BATV

### 5.1 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para realizar este estudo, inicialmente, fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre as construções do conceito “populações quilombolas” (ARRUTI, 2008; LEITE, 1999; GUENA, 2016; SANTOS, 2020), telejornalismo (REZENDE, 2000; PEREIRA JUNIOR, 2004; ALSINA, 2009; CERQUEIRA; VIZEU, 2016), representações sociais (MOSCOVICI, 2009; TRINDADE, et al, 2014; SIQUEIRA, 2016, MARTINS, 2017). Em seguida fizemos a recolha de conteúdos jornalísticos sobre a temática “populações quilombolas” na plataforma digital com *streaming* de vídeos sob demanda criada e desenvolvida pela Globo, a *Globoplay*. Por fim, realizamos a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), que se caracteriza como quantitativa e qualitativa. Para Herscovitz (2008), o método de Análise do Conteúdo é de grande utilidade na pesquisa jornalística, podendo ser utilizada para detectar modelos na análise, por exemplo, de enquadramentos (HERSCOVITZ, 2008).

A nossa pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira correspondeu a leitura flutuante, que consiste em estabelecer relação com o material a ser analisado. É nesta fase que a leitura vai se tornando mais precisa, “em função de hipóteses emergentes da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (BARDIN, 2011, p.126).

A escolha dos documentos foi definida na segunda etapa. De tal modo, a seleção do material foi estabelecida pelas informações sobre o problema levantado a partir das justificativas que atribuímos nesta pesquisa.

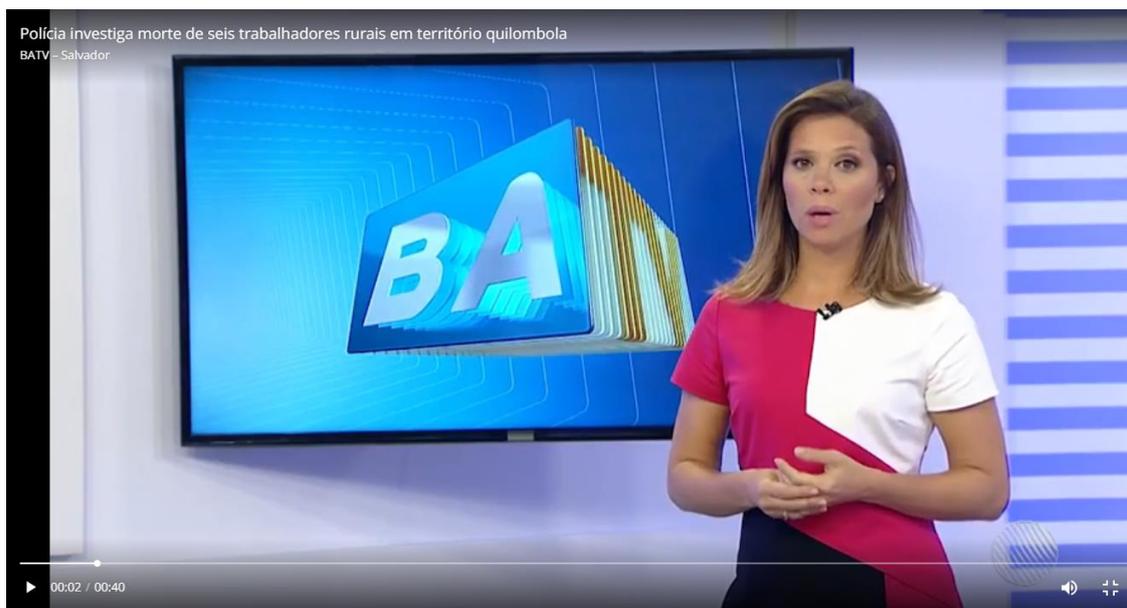
A terceira etapa consiste na formação do *corpus*. Para isso, através da técnica de coleta de dados por meio da plataforma digital, a *Globoplay*, buscamos conteúdos jornalísticos com temática sobre populações quilombolas. De tal modo, através do uso de filtros, visualizamos os conteúdos jornalísticos a fim de solucionar o problema apresentado.

Encontramos conteúdos jornalísticos que foram veiculados na última década, entre os anos de 2012 a 2019. Vale pontuar que a nossa busca foi desenvolvida em todo o período disponibilizado pela plataforma, do ano de 2012 até o primeiro semestre de 2019, o que resulta em produções recentes se comparadas com o intervalo de tempo para

o desenvolvimento deste trabalho (2019-2021) e também em relação a data de estreia da *Globoplay*, em outubro de 2015. Na plataforma são disponibilizados produtos que foram veiculados nas grades de produção da sede da emissora e de suas afiliadas. Utilizamos para a busca alguns filtros, a partir do recurso de palavras-chave. Buscamos na plataforma os seguintes termos: “quilomb<sup>43</sup>”; *Quilombo*; *Quilombos*; *Quilombola*; *Quilombolas*, para que fosse possível encontrar conteúdos jornalísticos que tivessem a temática estudada.

A construção do *corpus* foi estabelecida atendendo às regras de exaustividade, como indica Bardin (2011). Destacamos que todos os elementos: notas simples<sup>44</sup> ou notas coberta<sup>45</sup>, reportagens<sup>46</sup> e transmissão ao vivo<sup>47</sup>, que têm uma relação com as temáticas das populações quilombolas no telejornal foram incorporadas às nossas leituras, como, por exemplo, uma nota simples sobre a investigação policial da morte de seis trabalhadores rurais em território quilombola (Figura n°1).

Figura 1 - Captura de tela do *Globoplay*. Dia 03.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

<sup>43</sup> Utilizamos o radical da palavra “quilombola” por acreditar que outras palavras poderiam surgir a partir dele. E: Quimbanda.

<sup>44</sup> Notícia sem imagens.

<sup>45</sup> Notícia coberta com imagens.

<sup>46</sup> Notícia composta pelo off, sonoras (entrevista gravada) e passagem do repórter (não obrigatória).

<sup>47</sup> Transmissão do fato no mesmo local e no momento ocorrido.

## NOTA SIMPLES

CABEÇA: SEIS TRABALHADORES RURAIS DE UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE LENÇÓIS, NA CHAPADA DIAMANTINA, FORAM ASSASSINADOS. SEGUNDO A POLÍCIA QUATRO DELES FORAM MORTOS DENTRO DE UMA CASA E OS OUTROS DOIS EM UMA SEGUNDA CASA, MAS AS MORTES TERIAM LIGAÇÃO. A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DISSE QUE OS CRIMES QUE ACONTECERAM NO DOMINGO FORAM COMUNICADOS A DELEGACIA AGRÁRIA QUE DEVE ENVIAR A DELEGADA GIOVANA BONFIM ATÉ LENÇÓIS NO PRÓXIMO DIA 14 PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES. O INCRA NÃO ACREDITA QUE AS MORTES ESTEJAM LIGADAS A DISPUTA DE TERRAS. NO MÊS PASSADO EM JULHO, OUTRO TRABALHADOR RURAL, TAMBÉM DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE IÚNA, FOI MORTO A TIROS.

TEMPO: 40”.

Em um primeiro olhar com o uso das palavras-chave, encontramos diferentes resultados:

Tabela 1 – Produções com temática quilombola disponível no Globoplay entre os anos 2012 - 2019

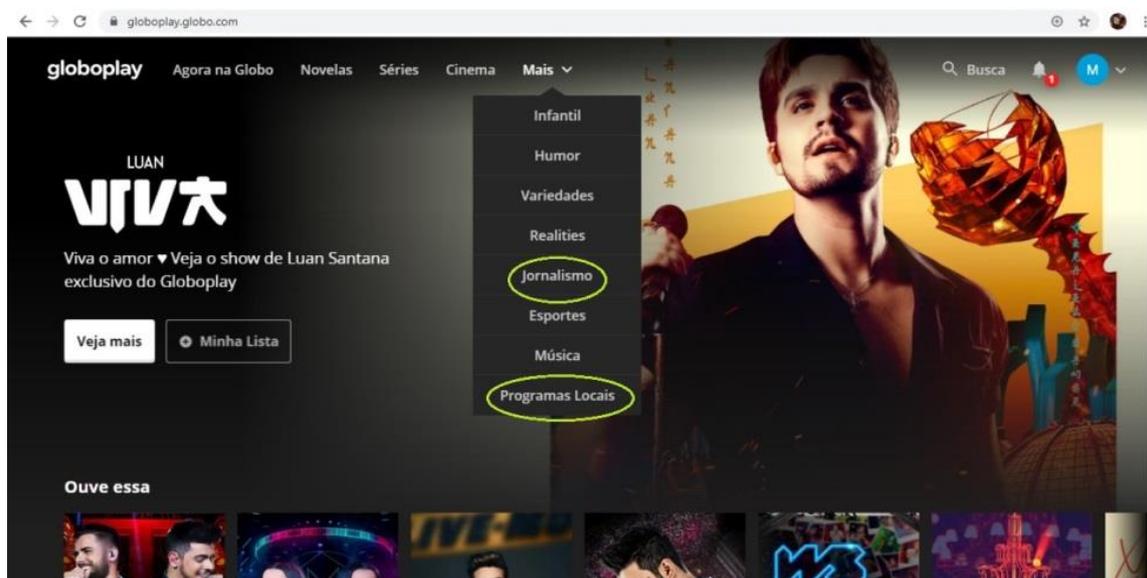
QUILOMB	QUILOMBO	QUILOMBOS	QUILOMBOLA	QUILOMBOLAS
35	279	144	601	644

Fonte: elaboração do autor.

No total foram encontradas 1.703 produções com a temática. Para um melhor aperfeiçoamento, cruzamos os dados obtidos e refizemos a pesquisa. As propostas que se repetiam, a partir das buscas, foram excluídas ocasionando uma redução expressiva no quantitativo das produções. Para o radical “Quilomb” houve um resultado de três produções. Já as palavras Quilombo; Quilombos; Quilombola e Quilombolas apresentaram o seguinte saldo: 201; 34; 344 e 298. Como resultado reunimos 880 produções. Acionamos mais um recurso ao nosso fazer pesquisa. Na própria plataforma há uma seção que se destina as produções enquadradas como Jornalismo e também há

uma seção que permite direcionar o usuário para conteúdos por regiões específicas (figura n°2)<sup>48</sup>.

Figura 2– Captura de tela do *Globoplay*. Dia 27.08.2019



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Nossa pesquisa é centrada no Jornalismo. Portanto, outros conteúdos não eram incorporados à amostra, mas apareciam na busca, como por exemplo, a cena de capítulo da novela *O Outro lado do paraíso*, “Samuel vai ao Quilombo em busca de ajuda”, com duração de 4 min, sendo veiculada em 11 de novembro de 2017. Este gênero televisivo não está inserido no objeto de análise. Por isso, não fazia sentido inserirmos em nossa pesquisa.

Optamos por analisar dois telejornais exibidos no Nordeste, uma vez que a região possui o maior número de Comunidades Remanescentes de Quilombos, 2.184, e tem 61% de Certidões de Comunidades Remanescentes de Quilombos de todo o país. Assim, escolhemos os telejornais produzidos no Maranhão e na Bahia por estes estados representarem os espaços territoriais que possuem os maiores números de Comunidades Remanescente de Quilombos da região Nordeste, 842 (MA) e 823 (BA), respectivamente (FCP, 2021). Esses estados também possuem os maiores números de Certidões de Comunidades Remanescentes de Quilombos, 585 e 670, respectivamente (FCP, 2021).

<sup>48</sup> A captura de tela foi modificada na intenção de chamar atenção do leitor para o segmento proposto: Jornalismo; programas locais.

Feita a escolha, voltamos nosso olhar para os telejornais de maior audiência das emissoras presentes no estado do Maranhão e Bahia, JMTV 1ª Edição da TV Mirante, e o BATV da Rede Bahia (REGO, et al, 2019; NEGOCIOS GLOBO, 2020).

O JMTV 1ª Edição é um telejornal produzido em São Luís, com contribuições vindas das cidades de Imperatriz, Açailândia, Região dos Cocais e Santa Inês. O telejornal é exibido em 216 municípios maranhenses, de segunda a sábado, das 12h às 12h40, trazendo os principais fatos ocorridos pela manhã, além de assuntos sobre saúde, cultura, comportamento, entre outros. De acordo com o sítio institucional da empresa uma das principais características deste telejornal é a regionalização, a partir da relação com as comunidades, ao evidenciar seus problemas recorrentes (NEGÓCIOS GLOBO, 2021).

O telejornal é um produto da Rede Mirante de Televisão, empresa presidida por Fernando Sarney (BASTOS, 2017), que por sua vez é constituída por cinco emissoras afiliadas à Rede Globo. A sede da empresa é em São Luís e as afiliadas situadas nas cidades de Imperatriz, Região dos Cocais, Santa Inês e Açailândia. Todas estas são líderes de audiência de mercado, abrangendo mais de cinco milhões de telespectadores potenciais (ÁREA DE COBERTURA REDE MIRANTE, 2012).

Já o BATV é um telejornal que apresenta os principais fatos que ocorreram durante o dia, com enfoque principal na orientação do trânsito (em horas de picos) e notícias sobre futebol. O telejornal vai ao ar das 19h15 às 19h35. A sua exibição é realizada de segunda a sábado. Atualmente possui uma área de cobertura que alcança 139 municípios e mais de cinco milhões de pessoas (NEGOCIOS GLOBO, 2020).

O telejornal é produto da Rede Bahia, presidida pelo empresário e político baiano, Antônio Carlos Magalhães Júnior (REDE BAHIA, 2019), que possui seis emissoras afiliadas à Rede Globo: Salvador, Barreiras, Itabuna, Juazeiro, Feira de Santana e Vitória da Conquista. A Rede Bahia de Televisão é a maior rede da Globo no Norte e Nordeste e é considerada uma das maiores do país, atingindo uma cobertura de 100% do estado da Bahia, com uma liderança de mercado e audiência em todos os horários (REDE BAHIA, 2020).

Além da característica em comum: alta concentração de audiência, os telejornais fazem parte de instituições que pertencem a poucas famílias. Como afirmamos anteriormente, segundo o relatório realizado pela MOM-BRAZIL (2017) no território brasileiro há uma concentração da propriedade dos veículos de comunicação na mão de 26 grupos ou empresas de comunicação. Desses, duas famílias, Sarney e Magalhães, possuem o domínio de propriedade da comunicação nos estados pesquisados.

Partilhamos com o entendimento de Emerim; Coutinho (2019) para quem o telejornalismo local é o “espaço para a prática e a experiência televisiva do que é próximo, para a vivência da cidade e da região na tela de TV” (EMERIM; COUTINHO, 2019, p.34). Para além das demandas identitárias, corroboramos e justificamos ainda a relevância de estudarmos os telejornais locais, a partir do pressuposto que se o imaginário brasileiro é ocupado por uma ideia de redes que se constitui como marcas editoriais, comerciais e políticas, as particularidades dos municípios, estados e regiões são experimentadas por meio do telejornalismo local (EMERIM; COUTINHO, 2019).

O nosso interesse em analisar as Representações Sociais das populações quilombolas presentes nos telejornais regionais se dá também porque algumas dessas produções são veiculadas na rede nacional, com as informações locais, no caso entram no “Jornal Nacional”, que é o telejornal<sup>49</sup> da televisão aberta de maior audiência do país (KATAR IBOPE MEDIA, 2021). E ao entrar no “Jornal Nacional” proporciona uma maior dispersão da temática abordada, levando os telespectadores a uma compreensão do cotidiano, a partir das imagens e realidades apresentadas, contribuindo de tal modo, para a inclusão ou exclusão do que é circulado na sociedade.

A técnica de Análise de Conteúdo aqui adotada se divide em duas partes: quantitativa (frequência do conteúdo manifesto) e qualitativa (avaliação do conteúdo latente). Essa intersecção permite que haja uma complementação para gerar inferências mais complexas e profundas para entender as características da produção dos jornalistas e dos telejornais estudados. Além de identificar diferenças, similaridades, elementos típicos e exemplos representativos (HERSCOVITZ, 2008). De acordo com Bardin (2011) a Análise do Conteúdo contribui para conhecer os “significados” que estão por trás das palavras. Uma busca de outras realidades por meio das mensagens.

Na abordagem quantitativa analisamos as matérias relacionadas a temática “populações quilombolas”, separando-as pelo tempo de duração no telejornal e por assuntos. Dentro dessa abordagem definimos sete variáveis: tema; espaço; classificação dos sujeitos; formato; ano; mês e duração dos conteúdos no telejornal. A categoria tema reúne o conjunto de produções que possuem assuntos similares. A categoria formato separa as produções, identificando-as como notícias, reportagens, notas cobertas e notas simples. Na categoria espaço estão as produções por localidade geográfica. Separamos

---

<sup>49</sup> Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 22/06 a 28/06/2020. A pesquisa é encontrada no sítio: <<https://bit.ly/2ZqIWZY>>.

também as produções de acordo com o ano e o mês que foram veiculadas. A categoria duração foi criada para identificar o tempo destinado à temática observada.

A categoria fonte foi criada para identificar as fontes utilizadas pelos telejornais, a partir da classificação proposta por Schmitz (2011), que sistematiza a fonte a partir da seguinte classificação: categoria, grupo, ação, crédito e qualificação. Todas essas seções agrupam outras categorias: primária, correspondendo a fonte que fornece os dados essenciais para uma matéria; secundária, a fonte que contextualiza, analisa, interpreta, complementa ou comenta a matéria jornalística que foi produzida a partir de uma fonte primária. Na subdivisão grupo estão a fonte oficial, que representa o Estado, bem como organizações agregadas; empresarial, corresponde a uma corporação empresarial; institucional, representa uma organização sem fins lucrativos ou um grupo social; individual é uma fonte comum que não pertence a qualquer organização; testemunhal é a fonte que fala sobre o que viu e ouviu; especializada é a fonte que possui um “saber específico” ou uma organização “detentora de um conhecimento específico”; referência é quando o jornalista utiliza de algum tipo de documento ou mídia para a construção da notícia.

A subdivisão ação é dividida entre proativa, que é o tipo de fonte que utiliza de estratégias oferecendo aos jornalistas conteúdos prontos; ativa é a fonte que facilita e agiliza o trabalho dos jornalistas com entrevistas exclusivas ou coletivas, releases frequentes etc; passiva são organizações ou pessoas que se manifestam quando são consultadas pelos jornalistas fornecendo apenas as informações necessárias; reativa, detém informações relevantes, mas não querem ver a privacidade invadida, por isso, utilizam uma estratégia de relacionamento com a mídia de modo preventivo e defensivo. Já a subdivisão crédito é dividida entre as fontes identificadas, que correspondem a fonte que aparece na notícia com o nome, status, cargo, função, condição e quem representa e a sigilosa, que é a fonte que não se apresenta na notícia. É necessário um silêncio quanto à origem da informação apresentada.

A última subdivisão é a qualificação, sistematizada como confiável, correspondendo a fonte que oferece informações certas e verdadeiras na hora esperada ou rapidamente; fidedigna é a fonte procurada pelo jornalista por critérios de credibilidade, respeitabilidade e notoriedade; duvidosa é fonte que expressa dúvida.

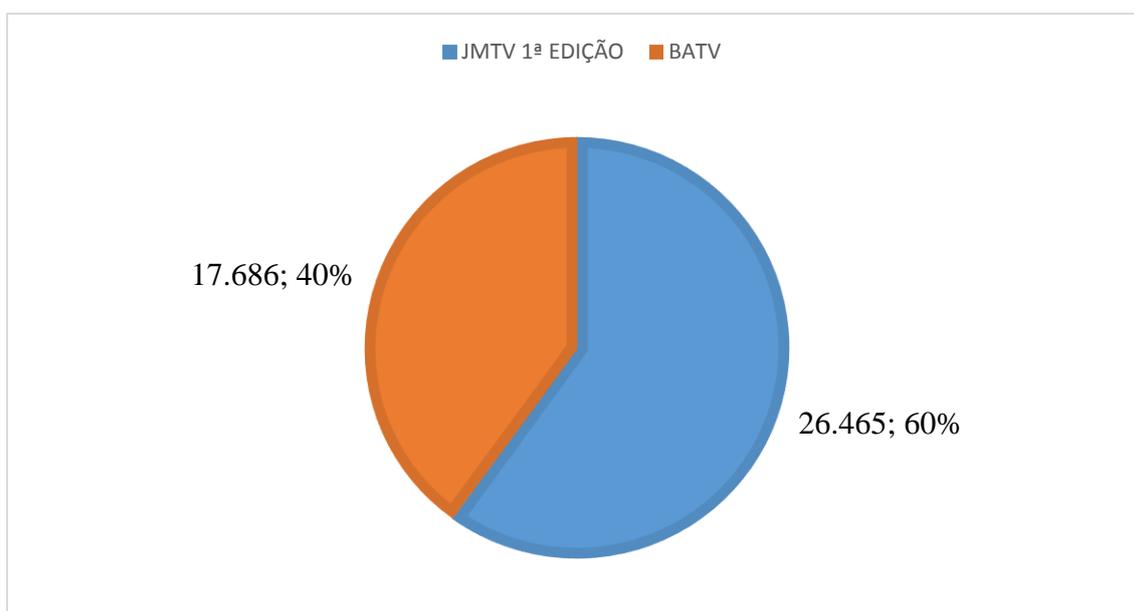
Na parte qualitativa buscamos analisar como ocorre o processo de representação e visibilidade das populações quilombolas nos noticiários regionais, observando suas principais características.

## 5.2 A ANÁLISE

Os dois telejornais escolhidos possuem diferentes tempos de exibição. O BATV possui uma duração média de 20 minutos de exibição, o que significa que durante o período analisado, 2012 até 2019, o telejornal exibiu 17.686 notícias sobre diversas temáticas, totalizando 571 horas e 58 minutos de conteúdos jornalísticos disponibilizados para seus telespectadores.

A duração do JMTV 1ª Edição é o dobro do telejornal baiano, 40 minutos. Durante o período analisado, 2012 até 2019, o telejornal exibiu 26.465 conteúdos, resultando em 1 mil, 107 horas, 51 minutos e seis segundos (ver gráfico 8).

Gráfico 8 – Conteúdos jornalísticos veiculados pelos telejornais nos anos de 2012 até 2019



Fonte: elaboração do autor

### 5.2.1 Quantidade de conteúdos sobre quilombolas nos telejornais

Quando comparamos os dois telejornais, observamos que o JMTV 1ª Edição veiculou um número consideravelmente maior de conteúdos jornalísticos sobre populações quilombolas durante os anos analisados, comparado ao BATV. Mas apesar disso, quando comparado com as veiculações de outras temáticas, o telejornal maranhense ainda destina um pequeno espaço para a temática populações quilombolas. Durante sete anos, o telejornal JMTV 1ª Edição veiculou 20 notícias com a temática quilombola em um universo de 26.465 notícias, representando um percentual de 0.075%

das notícias exibidas pelo telejornal. O telejornal maranhense reservou para a temática quilombola um tempo de 54 minutos e 38 segundos. Ao compararmos o tempo destinado para notícias de outras temáticas, evidenciamos que o quantitativo destinado às populações quilombolas representa 0.081% do total.

Enquanto o telejornal JMTV1<sup>a</sup> Edição incorporou a sua programação 20 conteúdos jornalísticos sobre a temática populações quilombolas, o BATV veiculou apenas três notícias com a temática durante os sete anos analisados. Num universo de 17.686 notícias sobre diversas temáticas, totalizando 571 horas e 58 minutos de conteúdos jornalísticos disponibilizados para seus telespectadores, o telejornal baiano reservou para a temática quilombola um tempo de 4min40. Ao compararmos este tempo com o destinado para notícias de outras temáticas, evidenciamos que o quantitativo destinado às populações quilombolas representa 0.011% do total.

Um ponto evidenciado na pesquisa é o tratamento diferenciado à cobertura de temáticas quilombolas. Tanto no que diz respeito ao tempo de veiculação, como na invisibilidade dos sujeitos. A título de exemplo, trazemos uma cobertura feita pelo telejornal sobre um assassinato de um dançarino e a de um grupo de quilombolas.

No dia 03 de dezembro de 2016, o BATV exibe uma reportagem de dois minutos sobre o assassinato de Ricardo Tosta dos Santos. Nessa reportagem é feita a descrição em detalhes do crime, apresentando informações da vítima, que possui endereço, nome, profissão, idade e rosto. O telejornal continua dando destaque a temática dando suítes<sup>50</sup> do crime, o que gera maior tempo de visibilidade sobre o tema. Esse exemplo foi trazido para comparar com uma cobertura que tem como vítimas populações quilombolas. No dia 08 de agosto de 2017, o mesmo telejornal destinou o espaço de 40 segundos, uma nota simples, para a narração de uma chacina de seis quilombolas. Poucos detalhes do fato foram descritos. Tampouco foram apresentados seus nomes, suas profissões, suas idades. As famílias das vítimas não foram ouvidas. O fato não teve repercussão midiática gerando, por exemplo, uma suíte.

Meditich (1997) apresenta que um dos problemas estruturais do Jornalismo, como forma de conhecimento, é a falta de transparência na sua produção e nas relações de poder e de conflito da circulação da informação. Olhamos para essa reflexão e pontuamos que as escolhas que determinam o que pode ou não ser veiculado e o que interessa ou não para a população são atravessadas por questões que envolvem a rotina produtiva do

---

<sup>50</sup> Segundo Castro (2014) a suíte jornalística é um tipo de agendamento feito pela mídia. São tendências do Jornalismo na tentativa de dar sequência aos “fatos impacto”.

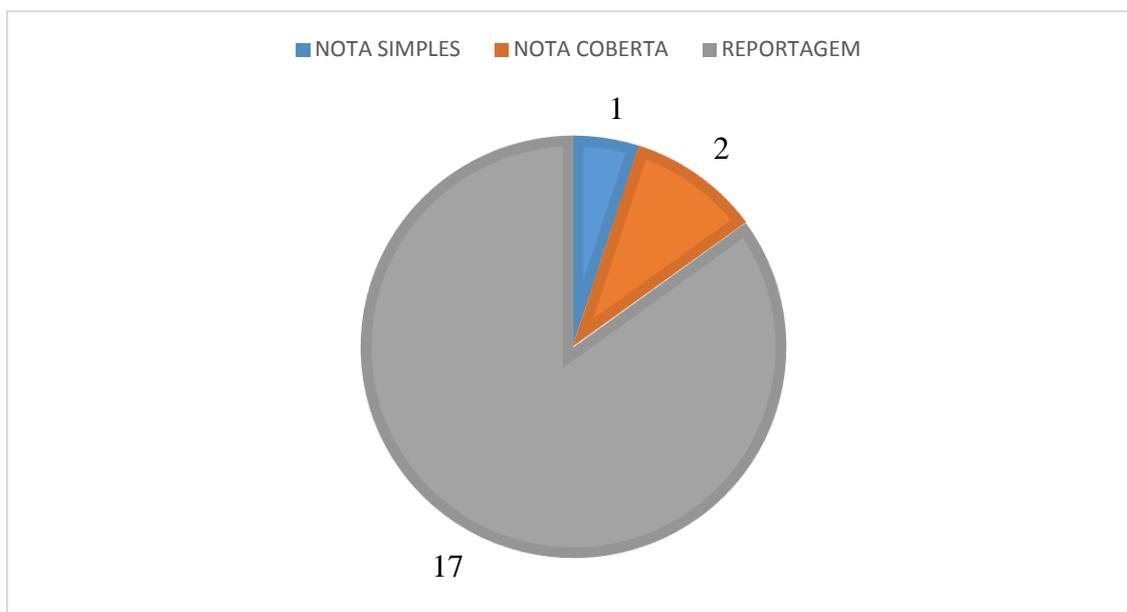
Jornalismo, no processo de produção noticiosa, nas seleções do que é incluído e excluído (a partir dos enquadramentos), como também pelas questões ideológicas e estruturais, pois a mídia brasileira é constituída por pequenos grupos econômicos que (re)produzem, em boa medida, a discriminação racial. “Se não estiver em situação carente, criminal ou marginalizada, o afrodescendente não tem voz ativa para dar depoimento, porque ele não é a principal escolha imagética nos noticiários – a preferência continua dominada pela pele clara” (ALBUQUERQUE, 2016, p.19).

Os telejornais são produtos de uma empresa jornalística, que por sua vez veiculam ou deixam de veicular algumas temáticas de acordo com interesses de grupos aos quais estão ligadas. “A comunicação também provoca distorções e minimiza certas possibilidades de expressão, já que ela atende a interesses do poder hegemônico, então alguns assuntos não são levantados por esse meio” (ALBUQUERQUE, 2016, p.20). Os grupos hegemônicos, em sua grande maioria, são compostos por homens brancos e ricos, que de alguma forma têm corroborado para a manutenção de uma cobertura sobre temas raciais, que reforçam um processo de exclusão e violência, sobretudo quando se trata de populações quilombolas. É o que vemos no BATV.

### **5.2.2 Formato**

No JMTV 1ª Edição, do total de conteúdos com temática quilombola: 17 são reportagens, formato caracterizado por Martins (2017) como uma notícia construída com *off*, sonoras (entrevista gravada) e passagem do repórter (não obrigatória); duas são notas cobertas, formato semelhante a nota ao vivo com imagens, contudo o processo de elaboração envolve a gravação do *off* pelo apresentador; e uma nota simples, utilizada na televisão para se falar de alguma notícia sem imagens (SIQUEIRA, 2013).

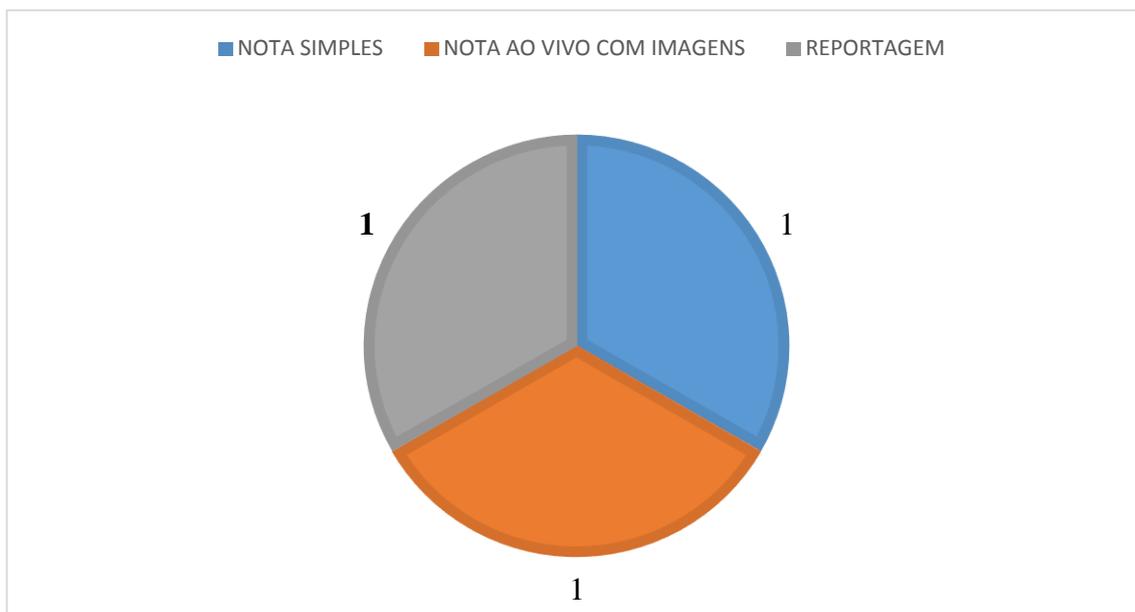
Gráfico 9 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola no JMTV 1ª Edição nos anos de 2012 até 2019



Fonte: elaboração do autor

Enquanto o telejornal maranhense incorporou a sua programação 20 conteúdos jornalísticos sobre a temática populações quilombolas, o BATV veiculou três notícias com a temática durante os anos analisados. Cada uma delas possui um formato diferente: uma nota simples, utilizada na televisão, como já destacamos, para se falar de alguma notícia sem imagens (SIQUEIRA, 2013); uma nota ao vivo com imagens, que agrupa o texto lido, ao vivo, pelo apresentador; e uma reportagem, formato caracterizado por Martins (2017) como uma notícia construída com *off*, sonoras (entrevista gravada) e passagem do repórter (não obrigatória).

Gráfico 10 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola veiculados no BATV nos anos de 2012 até 2019



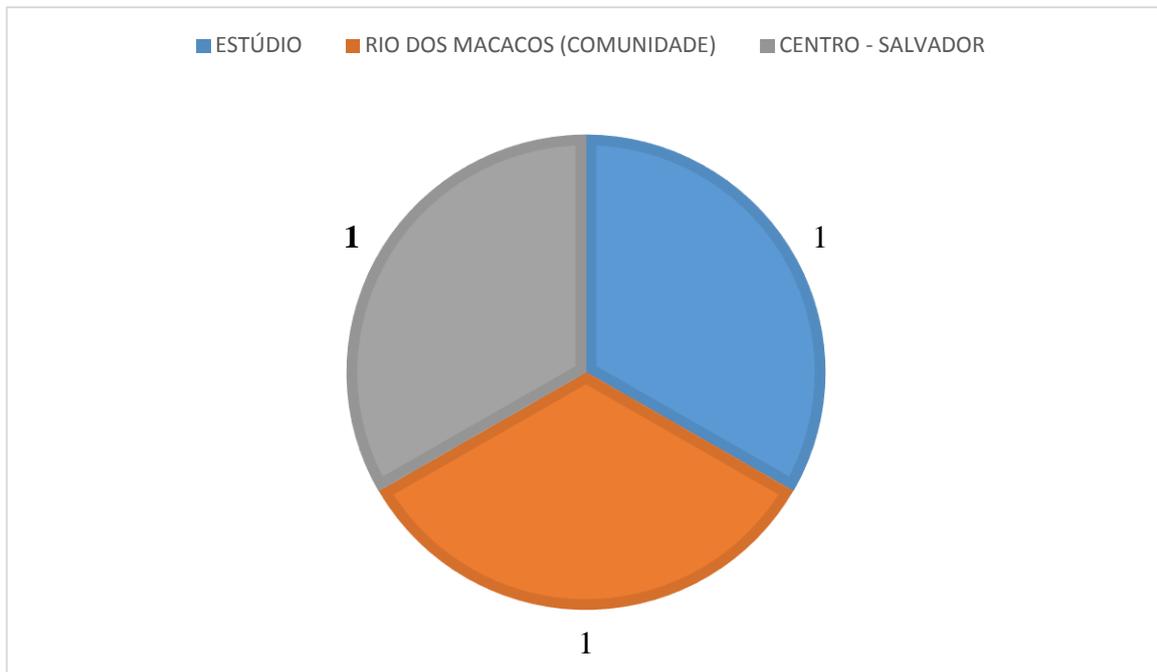
Fonte: elaboração do autor.

### 5.2.3 Espaço

Na categoria espaço, as produções foram divididas por localidade geográfica. As notícias veiculadas no telejornal BATV foram realizadas em diferentes locais. Contudo, os territórios quilombolas apresentados nas notícias estão restritos à região metropolitana da capital baiana, Salvador. Isso reflete a falta de diversidade geográfica das notícias sobre o coletivo. As populações quilombolas existentes nas mesorregiões do Extremo Oeste, Centro-Norte, Nordeste e Centro-Sul baiano, como também, o Vale São-Franciscano da Bahia não foram veiculadas (ver gráfico 11) no telejornal analisado. Vale lembrar, contudo, que o veículo está presente em uma região que possui 823 comunidades. E ainda assim, o número dessas comunidades não representa a quantidade precisa dos membros pertencentes a elas.

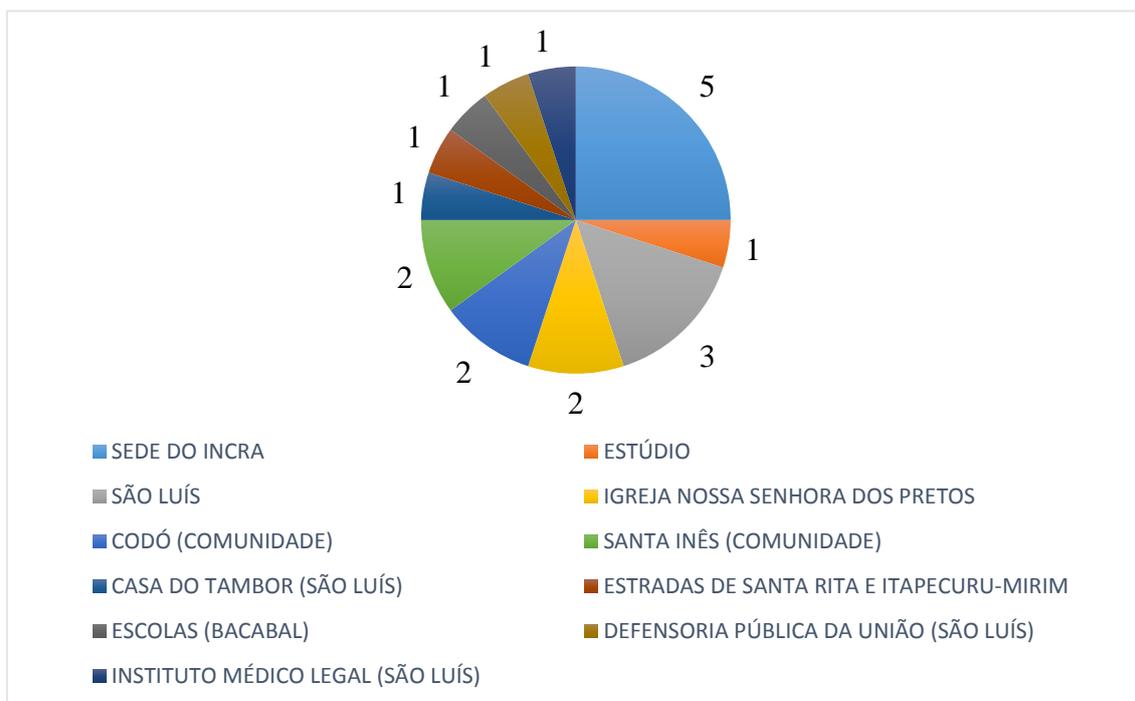
Acreditamos que a representação sobre as populações quilombolas pode ser formulada mediante veiculações que problematizam as questões territoriais, a partir dos próprios quilombolas, como também das construções feitas em seus territórios. Entretanto, a diversidade geográfica também foi pouco explorada no telejornal JMTV1<sup>a</sup> Edição. Embora muitas das notícias evidenciam outros territórios quilombolas, apenas três aconteceram em comunidades (Gráfico 12).

Gráfico 11 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola no BATV distribuídos por locais



Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 12 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola no JMTV 1ª Edição distribuídos por locais



Fonte: elaboração do autor.

#### 5.2.4 Fontes

Os conteúdos jornalísticos veiculados no telejornal BATV, no período analisado, utilizam duas fontes na categoria primária, que segundo Schmitz (2011), são aquelas que fornecem os dados essenciais para uma matéria, estando próxima ou envolvida nos fatos. Ambas têm uma ação passiva, ou seja, são organizações ou pessoas que se manifestam quando são consultadas pelos jornalistas fornecendo apenas as informações necessárias. Uma delas é oficial por desempenhar cargo público, representando o Estado e preservando os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas; e outra, institucional quando representa uma organização sem fins lucrativos ou um grupo social, procurando os jornalistas para a defesa dos interesses políticos e sociais (SCHMITZ, 2011).

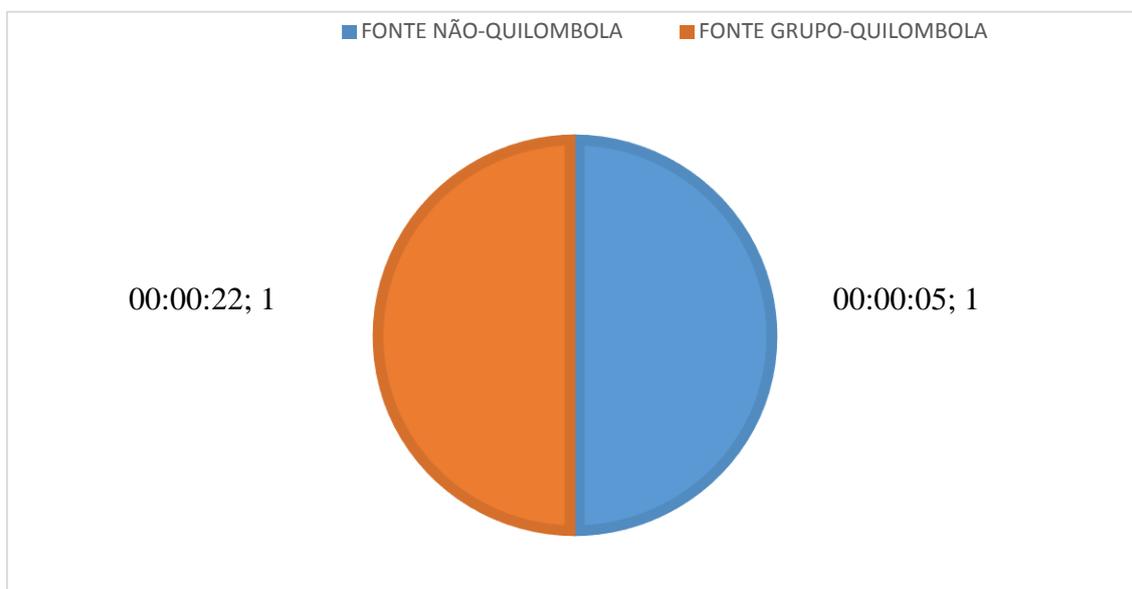
Ainda seguindo a categorização projetada por Schmitz (2011), a fonte se caracteriza como sendo identificada (on), quando aparece na notícia com o nome, status, cargo, função, condição e quem representa. Quanto a qualificação, que corresponde a qualidade do depoimento recolhido, as fontes são consideradas confiáveis, “aquelas que mantêm uma relação estável, são acessíveis e articuladas, disponibilizam declarações ou dados de forma eficaz, isto é, a informação certa e verdadeira na hora esperada ou rapidamente” (SCHMITZ, 2011, p.18).

No total foram entrevistadas duas mulheres: uma quilombola e outra não quilombola<sup>51</sup>. O tempo destinado às populações quilombolas foi maior quando comparamos com as populações não-quilombolas. Contudo, quando verificamos as notícias, vimos que a voz da fonte não-quilombola é transformada em voz passiva e apresentada pelo repórter, por isso o tempo é pequeno. Acreditamos que isso aconteceu pelo fato da entrevistada se comunicar em outro idioma, o inglês (ver gráfico 13).

---

<sup>51</sup> A classificação, “não-quilombola” é entendida como o conjunto de indivíduos que não é considerado pelo telejornal como quilombola. Essa classificação foi construída a partir da nossa leitura pelo crédito apresentado nas notícias.

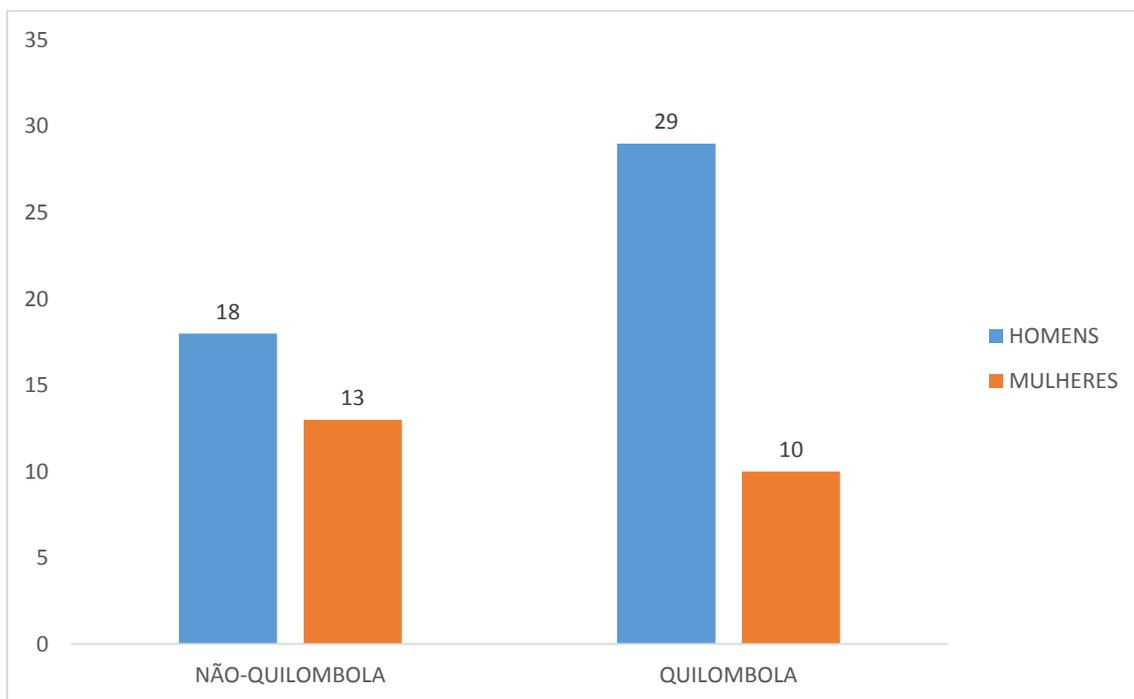
Gráfico 13 – Tempo das fontes nos conteúdos jornalísticos no BATV



Fonte: elaboração do autor.

Nas 20 notícias veiculadas no JMTV 1ª Edição, 70 pessoas foram entrevistadas sendo: 39 quilombolas (10 mulheres e 29 homens). Dentre os entrevistados, as populações não-quilombolas foram menos presentes no telejornal: 13 mulheres e 18 homens, totalizando 31 entrevistados (ver gráfico 14).

Gráfico 14 – Número de entrevistados quilombolas e não quilombolas nos telejornais JMTV 1ª Edição e BATV



Fonte: elaboração do autor.

O telejornal JMTV 1ª Edição não segue uma equidade de gênero nas escolhas de suas fontes. Embora as mulheres representem a maioria da população brasileira, 51,4% (IBGE, 2010), dentre os quilombolas, como nos não-quilombolas, houve um predomínio do gênero masculino como fonte nas notícias. Os homens aparecem duas vezes mais do que as mulheres. Quando comparamos os grupos femininos como fontes nas notícias vemos que as mulheres não-quilombolas aparecem mais do que as mulheres quilombolas mesmo quando os debates são de interesse delas.

A partir da tipificação de Schmitz (2011), o tipo de fonte mais usada (43 vezes), seguindo às escalas de categoria, grupo, ação, critério e qualificação, é uma fonte primária, testemunhal, passiva, identificada e confiável, respectivamente. Essa fonte é recorrente em quase todas as notícias. Trata de sujeitos que estão inseridos dentro do fato noticiado. Funcionam como uma testemunha ocular, dando descrição da cena ou do ato que se realizou ou que se realiza. Há um predomínio das populações quilombolas como esse tipo de fontes. Esses sujeitos, a partir dos questionamentos dos jornalistas, fornecem as principais informações para a narração dos atos dos quais estão inseridos.

Em segundo lugar (18 vezes), apareceu uma fonte primária, institucional, passiva, identificada e confiável, respectivamente. Essa fonte é recorrente nas notícias veiculadas. São igrejas, organizações sem fins lucrativos que em nome de um grupo representam os ideais do coletivo. Esses representantes são utilizados para legitimar os fatos narrados. Schmitz (2011) afirma que esse tipo de fonte usualmente procura a mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade e o poder público, a fim de defender uma causa social ou uma ideologia.

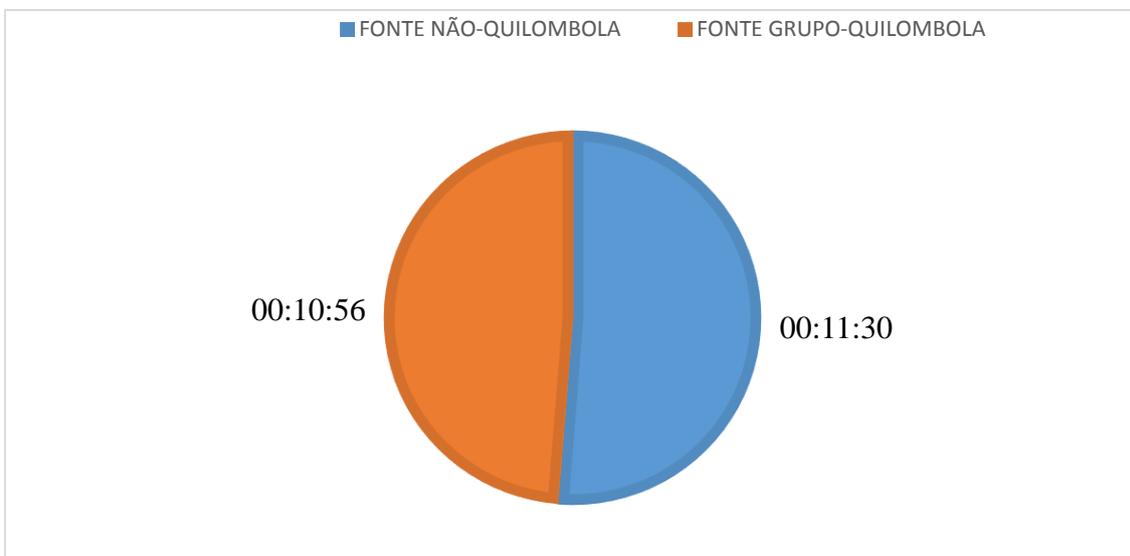
Em terceiro lugar (sete vezes), catalogamos uma fonte primária, oficial, passiva, identificada e confiável, respectivamente. É perceptível a dependência dos telejornais das fontes oficiais nas realidades apresentadas. Esses dados demonstram que as notícias sobre as populações quilombolas dependem de uma confirmação do estado para legitimar as informações prestadas pelos quilombolas. As fontes oficiais, normalmente apareceram no final ou início das notícias, servindo como guia ou fechamento. Também através dos comunicados apresentados no telejornal, como por exemplo, as falas do Incra ou Ministério Público.

Em quarto lugar com a recorrência de cinco vezes, foi apresentada uma fonte primária, oficial, passiva, identificada e fidedigna, respectivamente. A diferença desta fonte, em relação a fonte anterior, se dá pelo fato dessas serem fidedignas. Ela exerce seu poder, pela posição social que ocupa ou proximidade ao fato que é apresentado. Schmitz (2011) defende que o Jornalismo se empenha incessantemente em legitimar o que se diz como verdadeiro e essa relação depende de uma fonte fidedigna, de quem está acima de qualquer suspeita. Nesse caso representado, por exemplo, pelo Incra, pela polícia.

Em quinto lugar com três recorrências é uma fonte: primária, testemunhal, passiva, sigilosa e confiável, respectivamente. Esta fonte também está inserida no ato noticiado. Ela funciona como testemunha descritiva da cena, porém não aparece nas notícias. Para esta fonte houve o compromisso do silêncio quanto à origem da informação. Isso acontece, por exemplo, nas notícias que apresentaram a violência dos policiais contra a população quilombola.

Atentamos também para o tempo de notícias destinadas as fontes das entrevistas no telejornal JMTV 1ª Edição (ver gráfico 15):

Gráfico 15 - Tempo das fontes nos conteúdos jornalísticos do JMTV 1ª Edição



Fonte: elaboração do autor.

Destacamos que as fontes quilombolas têm um espaço maior nas notícias veiculadas, no JMTV 1ª Edição representando um quantitativo 55,71%. Já as populações não-quilombolas representam um quantitativo de 44,28%. Contudo, as fontes quilombolas têm um tempo menor no noticiário totalizando dez minutos e 56 segundos. O tempo destinado às populações não-quilombolas é maior com 11 minutos e 30 segundos.

Esse dado revela que mesmo quando o telejornal trata de discussões que na centralidade envolvem as populações quilombolas, são as populações não-quilombolas as mais ouvidas. Isso mostra que ao invés dos próprios sujeitos quilombolas terem destaques nas suas narrativas, as histórias sobre eles têm sido contadas por pessoas que não pertencem ao grupo. É uma violência secular que atinge essas populações sendo reforçada pelo telejornal, ao não permitir que a versão das populações quilombolas seja dada pelos próprios quilombolas.

### 5.2.5 Mês e ano de veiculação

Em relação aos meses, no JMTV 1ª Edição, as notícias foram veiculadas em abril e novembro, quatro; nos meses de junho e setembro, três; no mês julho, duas; em

fevereiro, maio, agosto e dezembro, uma. Nos meses de janeiro, outubro e março não foram veiculadas nenhuma notícia.

Nos meses de maior incidência não houve homogeneidade temática. Os assuntos tratados foram temas variados, abordando questões de violência, conflito e aspectos culturais que envolvem as populações quilombolas. É importante salientar que o mês de novembro tem um quantitativo expressivo de conteúdos jornalísticos quando comparado com os outros meses. Acreditamos que este dado é reflexo das discussões que ganham evidências no mês de novembro negro<sup>52</sup>.

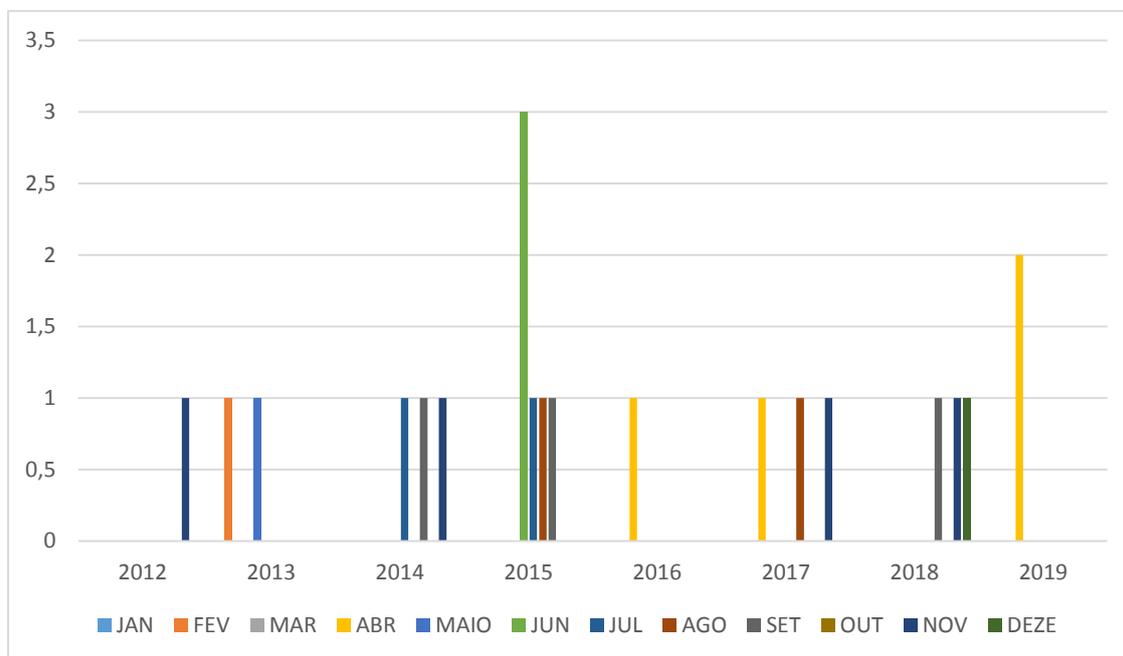
Nos meses seguintes de maior expressão também observamos uma heterogeneidade temática onde diferentes assuntos foram abordados. Contudo, junho é marcado por uma suíte. A reportagem, veiculada no dia 10 de junho de 2015, “Incrã admite problemas para emitir a documentação de terras a centenas de quilombolas”, ganhou novas implicações. O mês de julho é o único mês que veiculou duas notícias. Ambas reportagens trataram temas que envolvem a violação de direitos nas comunidades quilombolas. Nos meses seguintes, com menor veiculação, observamos uma diversidade de temas abordados.

Em relação aos anos, percebemos uma heterogeneidade numérica nas distribuições das notícias. Nos anos de 2012 e 2016 foi veiculada uma notícia. Nos anos de 2013, 2017 e 2019 houve duas veiculações. Em 2014 e 2018 três notícias foram veiculadas. Já em 2015 seis notícias foram ao ar (ver gráfico 16).

---

<sup>52</sup> O mês de novembro é marcado pelo Movimento Negro como o Novembro Negro. No dia 20 de novembro é comemorado o dia da Consciência Negra. A data faz uma alusão a morte do líder palmarino, Zumbi dos Palmares. A data é símbolo da luta do Movimento Negro que pauta as discussões e ações pelo combate ao racismo e desigualdade socioracial no país. Também é uma data que pontua os avanços na luta das populações negras e de celebração da cultura afro-brasileira. Atualmente esta data é reconhecida por decreto federal.

Gráfico 16 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola no JMTV 1ª Edição por mês e anos nos anos de 2012 até 2019



Fonte: elaboração do autor.

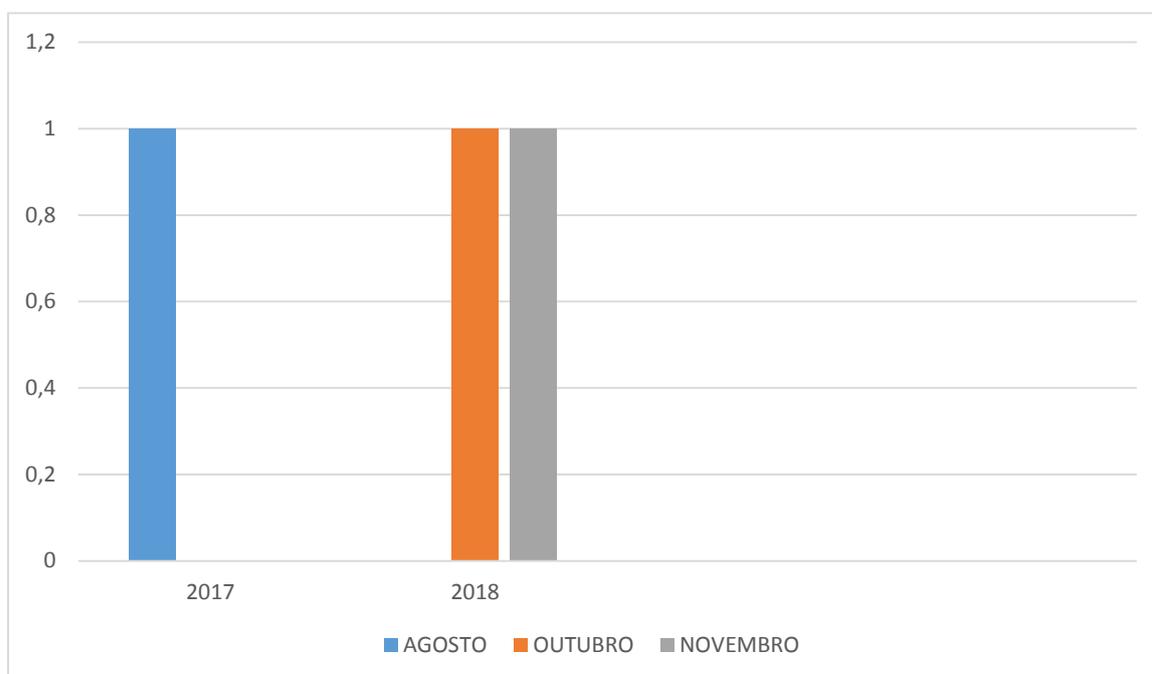
De acordo com os dados da CPT, entre os anos de 2012 a 2019, os anos de 2013, 2017 e 2018 correspondem aos que tiveram maior número de conflitos por terra no estado do Maranhão, 64, 68 e 68, respectivamente. Esses conflitos resultaram em ameaças de morte, intimidação, danos, agressão, tentativas de assassinatos, impedimento de ir e vir, prisão, humilhação, contaminação por agrotóxico e entre outras violações para com as populações quilombolas. Acreditamos que, mesmo que superficialmente, pois não se discute o porquê dos conflitos e não trazem os dados catalogados, os resultados desses conflitos foram veiculados pelo telejornal JMTV1ª Edição, como por exemplo, a notícia veiculada no dia 13 de abril de 2017, “Polícia investiga o assassinato de líder quilombola no Maranhão”.

Os anos de 2012 e 2014 apresentam discussões sobre as manifestações culturais das populações quilombolas, bem como das violações de direitos. Os anos de 2016 e 2019 apresentam notícias sobre as violações dos direitos quilombolas. Já o ano de 2015 é o ano que é realizada uma suíte que tem como temática os entraves que as populações quilombolas passam para que possam exercer os seus direitos.

Seguindo a lógica do BATV, o telejornal JMTV 1ª edição está inserido em uma instituição, a Rede Mirante, que é presidida por José Sarney (BASTOS, 2017), e filiada à Rede Globo de Televisão, cujo interesses estão voltados para as ideologias dos proprietários.

Como afirmamos, o BATV apresentou apenas três notícias. Elas foram veiculadas da seguinte forma: uma no mês de agosto de 2017; uma no mês de outubro de 2018 e uma no mês de novembro de 2018. Não houve uma linearidade temática dos assuntos veiculados. Os assuntos tratados foram temas variados, abordando questões como os direitos quilombolas, violência e assassinatos (ver gráfico 17).

Gráfico 17 – Conteúdos jornalísticos com temática quilombola veiculadas no BATV por mês e ano nos anos de 2012 até 2019



Fonte: elaboração do autor.

As populações quilombolas têm pautado narrativas a partir do olhar do próprio grupo. Essas narrativas têm como objetivo gerar debates para a construção e resgate de histórias e memórias silenciadas, como também evidenciar as lutas, direitos e denunciar o racismo e exclusão dessas populações. Essas discussões ganham evidências no mês de novembro a partir da comemoração do dia 20 de novembro.

Rumor (2006) afirma que as datas comemorativas são critérios de noticiabilidade que estão em constante ligação ao processo da construção das notícias, “as comemorações são apresentadas e lembradas na imprensa por meio de reportagens” (RUMOR, 2016,

p.16). As datas passam a ser um tema tratado pelo telejornal que é também ritualizado pelo calendário gregoriano. Porém, as discussões sobre as populações foram pouco exploradas pelo BATV até mesmo em novembro, que é um mês onde há uma maior ênfase nas discussões das questões referentes às populações quilombolas.

### 5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS: ANCORAGENS E OBJETIVAÇÕES

Como apontado acima, agrupamos as notícias de acordo com a análise temática. Essa análise foi desenvolvida a partir da repetição dos temas presentes nas notícias. A análise dos temas das 23 notícias veiculadas pelos telejornais consistiu “em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p.135), neste caso em aguçá-lo para as produções.

Acreditamos que o discurso se organiza a partir de temas centrais (BARDIN, 2011). De tal modo, visualizamos estes “temas centrais” e categorizamos. Para a Bardin (2011), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 2011, p.147).

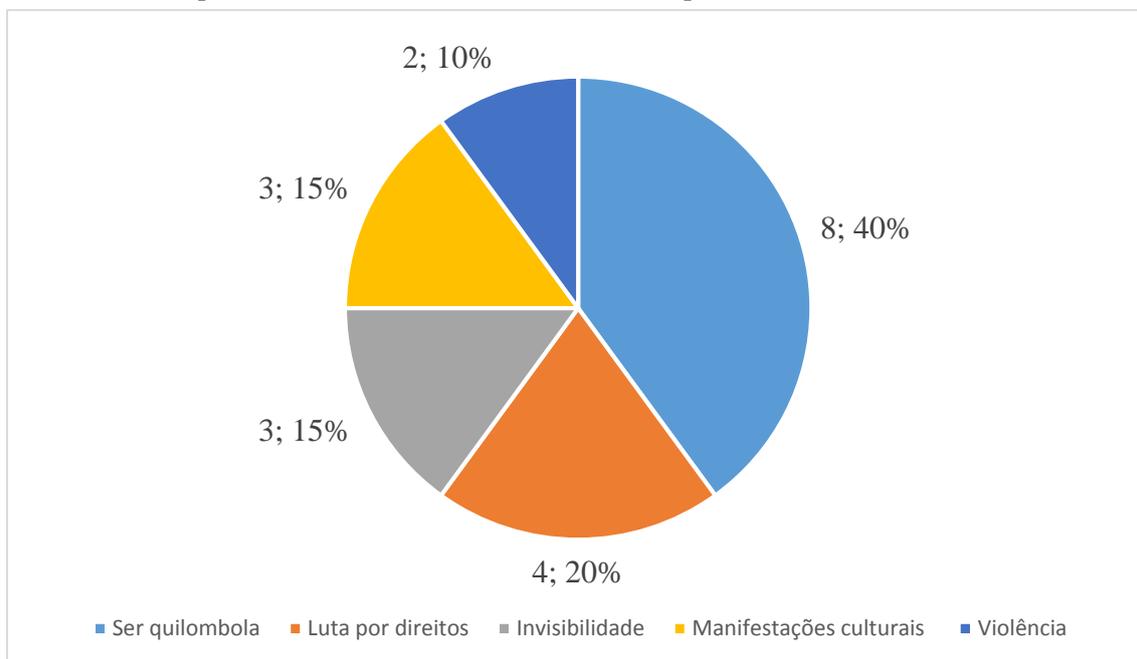
Os temas apresentados no quadro abaixo (ver gráfico 18) são representações sociais dos quilombolas, geradas pelos processos de ancoragem e objetivação.

Após a análise dos 23 conteúdos sobre populações quilombolas exibidos nos telejornais JMTV 1ª Edição e BATV, entre os anos de 2012 a 2019 chegamos as seguintes representações sociais: **Ser quilombola, Luta por direitos, Invisibilidade, Manifestações culturais e Violência.**

Nos 20 conteúdos jornalísticos analisados no JMTV 1ª Edição as representações sociais aparecem da seguinte forma: **Ser quilombola** em 1º lugar com oito notícias, totalizando 40%. O tempo destinado para essa representação foi de 16 minutos e 56 segundos. **Luta por direitos** ocupou o 2º lugar com quatro notícias, representando 20%. Ao total contabilizamos dez minutos para essa representação. **Invisibilidade** ficou classificada em 3º lugar com três notícias equivalente a 15% do total. Essas notícias foram veiculadas em dez minutos. **Manifestações culturais** ficou em 4º lugar, totalizando três notícias o que equivale a 15% da amostra. O tempo para essas notícias foi de oito minutos

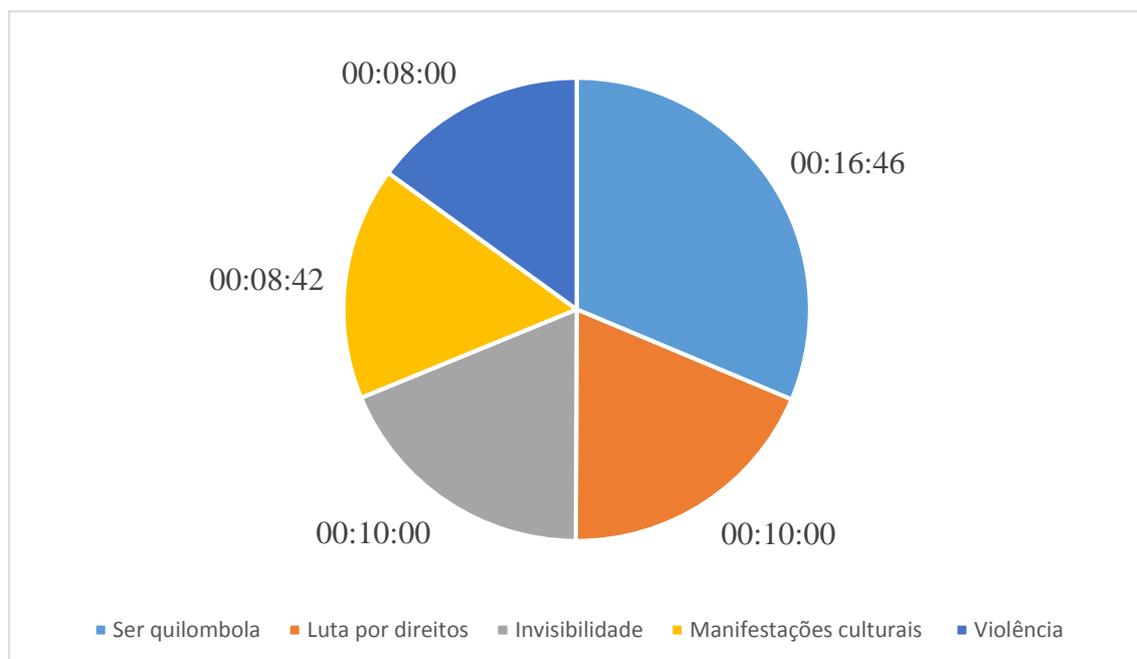
e 42 segundos. Por fim, **Violência** ficou em 5º lugar com duas notícias, representando 10% do total e com um tempo de oito minutos (Gráfico 19).

Gráfico 18 – Representações sociais no JMTV 1ª Edição por número



Fonte: elaboração do autor.

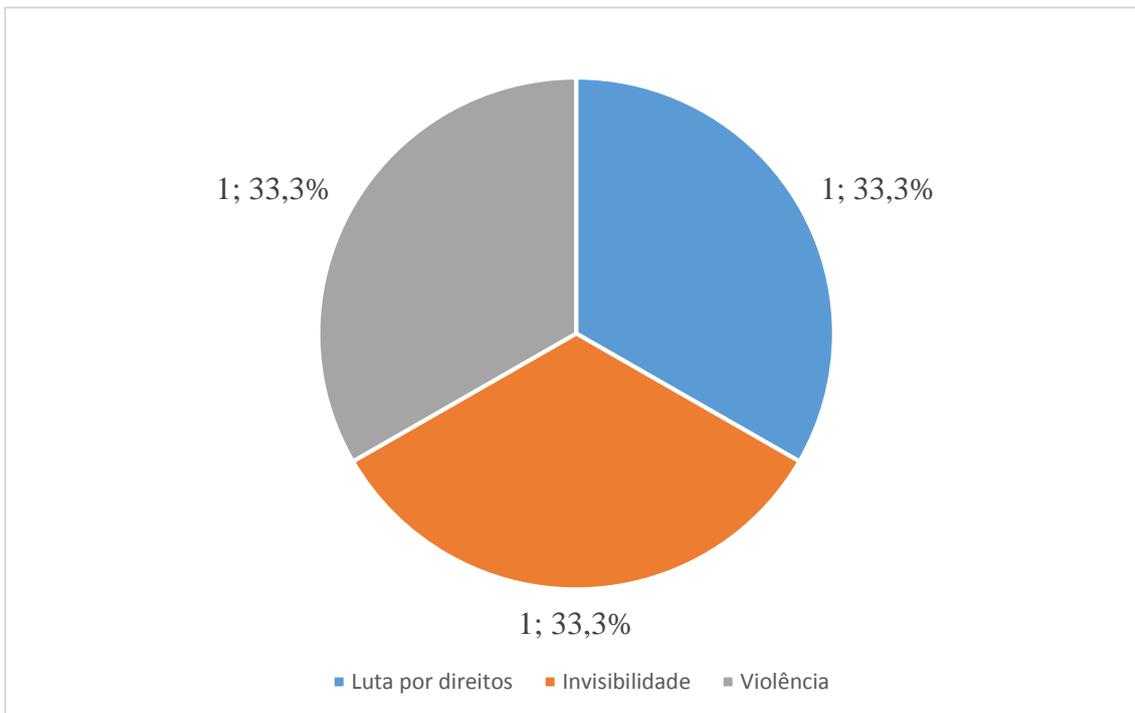
Gráfico 19 – Representações sociais no JMTV 1ª Edição por tempo



Fonte: elaboração do autor.

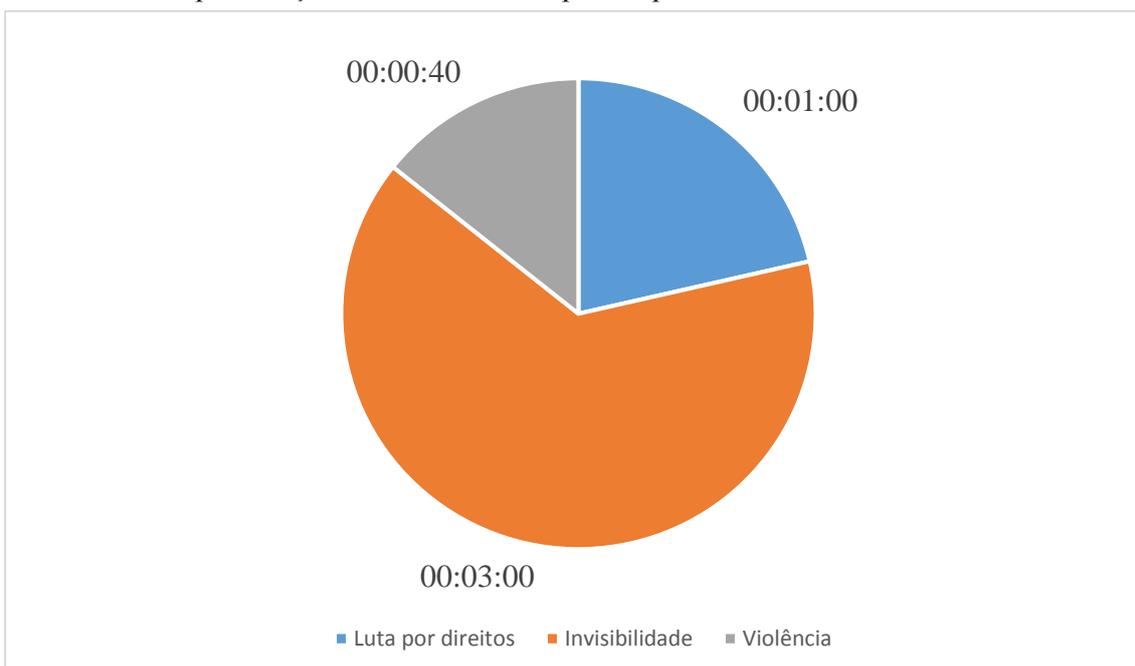
Nos três conteúdos jornalísticos analisados no BATV as representações sociais aparecem da seguinte forma: **Luta por direitos; Invisibilidade; Violência**. O tempo destinado para cada representação foi um minuto; três minutos; 40 segundos, respectivamente (ver gráfico 20, ver gráfico 21).

Gráfico 20 - Representações sociais no BATV por número



Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 21 – Representações sociais no BATV por tempo



Fonte: elaboração do autor.

Nas análises que vêm a seguir, destacamos em **negrito** os processos de ancoragem e de objetivação que aparecem nos textos dos jornalistas, a fim de entender o funcionamento dos mecanismos geradores das representações sociais.

### 5.3.1 Ser quilombola

Como os telejornais JMTV e BATV definem as populações quilombolas? A representação **Ser quilombola**<sup>53</sup> pode ser lida a partir de dois vieses. O primeiro entende as populações quilombolas como descendentes de escravos. Essa referência é racista, estereotipada e limitante, pois nega a identidade desses povos impondo uma inviabilidade de pensá-los como sujeitos livres e com civilizações próprias. Há um reducionismo ideológico para com essas populações.

Assertamos que a base da construção do mundo moderno foi firmada por hierarquias raciais. É mediante essa construção que o racismo se constitui e opera. O racismo é um fator histórico e permanente nas sociedades contemporâneas, tornando-se uma estruturação sistêmica que guia a sociedade garantindo benefícios para uns e custo para todos os sujeitos e segmentos sociais (GROSFOGUEL, 2020). Na contemporaneidade, o racismo desenvolve-se e cruza todos os segmentos da sociedade (MOORE, 2007).

Ciente da complexidade, acreditamos que um dos reforços do racismo se dá pela perpetuação de estereótipos. Para compreender como os estereótipos influenciam na criação e compartilhamento de sentidos utilizamos os escritos de Filho (2004). De acordo com o autor os estereótipos atuam na imposição de um sentido de organização ao mundo social impedindo qualquer flexibilidade de pensamento na avaliação, apreensão ou comunicação de uma realidade ou alteridade, a favor da manutenção e reprodução das relações de poder, exploração e desigualdade, como também da justificação e racionalização de comportamentos hostis (FILHO, 2004).

Filho (2004) aponta ainda que os estereótipos contêm pressupostos tácitos ou explícitos e julgamentos a respeito do comportamento e da visão de mundo ou história

---

<sup>53</sup>Escolhemos duas notícias para exemplificarmos as representações sistematizadas nesse trabalho. Contudo, para que não haja repetição utilizamos na categoria **ser quilombola** apenas uma notícia.

dos sujeitos, vemos como exemplo os trechos das notícias, “tradições que **remontam aos tempos da escravidão no Brasil ainda sobrevivem em comunidades quilombolas onde vivem descendentes de escravos**”; “quando se tornou **refúgio de escravos que fugiam de seus senhores**”; “que foram **formadas por negros, descendentes de escravos**, locais onde é praticada a cultura de subsistência e o extrativismo”.

A difusão desta naturalização do ser quilombola como descendente de escravos contribui cotidianamente para determinadas visões do mundo, em detrimento de outras, uma representação que pode dar margem para a justificação da violência e para a desumanização dessas populações.

Vejamos o seguinte exemplo:

### **Reportagem 1**

#### PROBLEMAS/INCRA/TITULAÇÃO

**CABEÇA: O INCRA ADMITE QUE TEVE PROBLEMAS PARA EMITIR A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA GARANTIR A POSSE DE TERRAS A CENTENAS DE QUILOMBOLAS NO MARANHÃO. DESDE ONTEM REPRESENTANTES DE COMUNIDADES, FORMADAS POR DESCENDENTES DE ESCRAVOS EM VÁRIAS REGIÕES DO ESTADO, OCUPAM A SEDE DO ÓRGÃO EM SÃO LUÍS.**

**OFF: JÁ SÃO MAIS DE VINTE E QUATRO HORAS DE OCUPAÇÃO E NENHUM ENTENDIMENTO COM O INCRA. POR ISSO, OS REPRESENTANTES DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS ESTÃO DISPOSTOS A PERMANECER NA SEDE EM SÃO LUÍS.**

**PASSAGEM: UNS PASSARAM A NOITE EM CLARO, OUTROS CONSEGUIRAM DORMIR UM POUCO EM COLCHONETES COLOCADOS, PRINCIPALMENTE AQUI NAS SALAS DE EVENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA, TRANSFORMADA EM UM GRANDE ALOJAMENTO. ELES QUEREM A PRESENÇA DE UM REPRESENTANTE DA DIREÇÃO NACIONAL DO INCRA. É QUE A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL AINDA NÃO TERIA RESOLVIDOS PROBLEMAS ANTIGOS PRINCIPALMENTE DE TITULAÇÃO DE TERRAS. HOJE CEDO, LAVRADORES E DESCENDENTES DE ÍNDIOS GAMELAS SE REUNIRAM NO AUDITÓRIO DO ÓRGÃO. DEPOIS DE UMA ORAÇÃO, DECIDIRAM**

INICIAR UMA **GREVE DE FOME**, COMO JUSTIFICATIVA ESTARIA O ENGAVETAMENTO DE ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS ENCOMENDADOS PELO INCRA, PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS NO MARANHÃO. (SONORA). SEGUNDO O INCRA, A EMPRESA CONTRATADA PARA FAZER O ESTUDO ANTROPOLÓGICO NÃO TEVE CONDIÇÕES TÉCNICAS DE CONCLUIR O TRABALHO. (SONORA). OS QUILOMBOLAS VIERAM DE PELO MENOS DEZ MUNICÍPIOS. **TROUXERAM QUEIXAS, RELATOS DE AMEAÇAS**. (SONORA). O MAIOR PROBLEMA É A **TITULAÇÃO DE POSSE DA TERRA**. (SONORA).

NOTA: O SUPERINTENDENTE DO INCRA, NO MARANHÃO INFORMOU QUE VAI SE REUNIR HOJE À TARDE COM OS QUILOMBOLAS E EM QUARENTA E CINCO DIAS OS LAUDOS DEVEM COMEÇAR A SER FEITOS. A PARTIR DA PARCERIA QUE DEVE SER FIRMADA COM A AJUDA DAS UNIVERSIDADES.

TEMPO:3'3".

Figura 3 – Captura de tela do *Globoplay*. Dia 07.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Na cabeça da reportagem já é possível observar os processos geradores das Representações Sociais: objetivação e ancoragem. A ancoragem é um processo que transforma algo que é perturbador e estranho (que nos intriga em nosso sistema particular de categorias) em familiar, a partir da comparação com uma categoria que nós pensamos ser apropriadas.

Aqui nos interessa perguntar: o que não é familiar? As comunidades quilombolas são explicadas ao longo da narrativa a fim de tentar trazer familiaridade para os telespectadores. Como afirmamos, os processos de ancoragem e objetivação estão inseridos em processos da memória (OLIVEIRA; WERBA, 2012).

Acreditamos que as leituras sobre as comunidades são atravessadas pela formação e pelo compartilhamento de conhecimento da sociedade. O ensino-aprendizagem foi forjado por hierarquias raciais que atribuiu inferioridade às populações negras. Essas memórias estão presentes no cotidiano social na contemporaneidade. Vemos, por exemplo, que nos processos de alfabetização já se ensina por meio das datas comemorativas a formação do Brasil. É a partir dessa construção histórica que são atribuídas o entendimento sobre as populações quilombolas que reverberam nas narrativas.

Novamente afirmamos que a sociedade brasileira foi construída a partir de hierarquias raciais e é mediante essa construção que o racismo se opera, “por ser uma forma de consciência historicamente determinada, o racismo é fundamentalmente transversal, ou seja, atravessa todos os segmentos da sociedade e todas as formas de organização social: partidos políticos, religiões, ideologias, etc” (MOORE, 2007, p.286).

Dentre tantas formas, o racismo promove a desumanização das populações negras, processo de desumanização realizado nas colonizações e continuam sendo reforçados na contemporaneidade. A associação da imagem das populações quilombolas ao lugar da marginalidade e subalternidade é algo presente nessa representação.

Para o jornalista, através do processo de ancoragem há a adequação da categoria “quilombolas” por meio da expressão “**descendentes de escravos**”. As populações negras não nasceram escravas. Elas se tornaram escravizadas. Por meio do estereótipo há um esvaziamento do conceito que tange às populações quilombolas. Além disso, há também uma suavização dos processos de violência: do sequestro das populações africanas; encarceramento dessas populações nas viagens transatlânticas; o desterro desses povos nas Américas e a escravização.

É nesse sentido que o processo de representação permite que a sociedade interprete e conceba as características de uma determinada realidade e conseqüentemente aja em relação a ela, pois a representação do objeto social assume o lugar do próprio objeto transformando em realidade para os seus atores sociais (WACHELKE; CAMARGO, 2007).

Para Bourdieu (1997), o campo jornalístico baseia-se em um conjunto de crenças partilhadas (para além das diferenças de opinião e posição) e de pressupostos, “que estão inscritos em certo sistema de categorias de pensamento, em certa relação com a linguagem, em tudo o que implica, por exemplo, uma noção como “passa-bem-na-

televisão”, estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas” (BOURDIEU, 1997, p. 67).

O outro viés a partir da representação **Ser quilombola** é o entendimento das populações quilombolas como os sujeitos sem lugar de pertencimento. Para o telejornal os quilombolas são vistos como indivíduos que reivindicam a posse das terras, porém esses espaços não lhes pertencem. Nas notícias veiculadas podemos ver isso, a partir das seguintes expressões: “eles exigem **celeridade na titulação de terras**”; “se juntaram ao movimento para reivindicar **a propriedade de terras**”; “os moradores da **maioria dessas áreas** lutam para conseguir títulos de propriedades **das terras** que são remanescentes de quilombos”. Os processos coercitivos da dominação das terras no Brasil se dá a partir da colonização do território nas Américas e ainda seguem na contemporaneidade. As populações quilombolas têm seus lugares de pertencimento desqualificados e abandonados pelo poder público e ainda seguem com os direitos negados pelos diferentes grupos sociais (FURTADO, 2009).

Os processos de ocupação territorial das populações quilombolas sinalizam para um entendimento que a terra é um elemento para refletirmos sobre essas populações. Leite (1999) apresenta que a terra é um elemento categórico dos povos quilombolas, mas não é único e central. De acordo com Leite (2000), as reflexões contemporâneas sobre populações quilombolas, a partir do olhar para o território, foram formuladas mediante os questionamentos que envolvem a Constituição Federal do Brasil de 1988, que prevê, no artigo 68, a propriedade definitiva das terras, cabendo ao estado a emissão dos títulos de posse (CF, 1998).

Contudo, acreditamos que a definição prevista na Constituição Federal de 1988 não abarca o dinamismo dessas populações, como por exemplo, o entendimento que muitas dessas comunidades entendem a terra como um espaço sagrado e múltiplo de suas vivências e que os limites territoriais são estabelecidos pela própria comunidade, muitas das vezes, certificados pela oralidade.

### **5.3.2 Luta por direitos**

As realidades das populações quilombolas evidenciam uma problemática que tem acompanhado a sua trajetória: a negação de direitos. As formas de existência e de sobrevivência desse grupo são negadas por diferentes sujeitos e instituições. Quando

enquadram essas lutas por direitos nos telejornais, os jornalistas criminalizam essas populações quilombolas que recorrem a seus direitos.

Dessa forma, os atos reivindicatórios das populações quilombolas são enquadrados como ameaças à propriedade e a ordem e são reproduzidos pelos telejornais com veemência, “**eles não permitiram a entrada dos funcionários** e realizam a reunião para discutir as reivindicações”; “os quilombolas **bloquearam** a entrada do Inca e por isso os portões ficaram fechados; “a ocupação **impediu o acesso** de funcionários e do público”.

O telejornalismo desempenha um papel fundamental na construção e divulgação da informação no país (SQUIRRA,1990). Os telejornais influenciam a agenda pública (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2008). Ao tentar incriminar as populações quilombolas, os telejornais enquadram os fatos, criando uma clara tentativa de deslegitimação dos direitos desses sujeitos, reforçando a manutenção das estruturas de poder vigentes. Os telejornais constroem a significação dessas populações, a partir de uma ideia negativa do movimento, atribuindo descrédito e apresentando-os como subversivos e criminosos.

Vejamos o seguinte exemplo:

### **Reportagem 3**

#### INTERDIÇÃO/ESTRADA/CARAJÁS

**CABEÇA: CENTENAS DE QUILOMBOLAS MANTÊM A INTERDIÇÃO DA ESTRADA DE FERRO EM CARAJÁS ENTRE AS CIDADE DE SANTA RITA E ITAPECURU-MIRIM, A OITENTA QUILÔMETROS DA CAPITAL. AS INFORMAÇÕES COM A REPÓRTER REGINA SOUZA.**

**PASSAGEM: A INTERDIÇÃO DA FERROVIA CARAJÁS CHEGOU AO QUARTO DIA. A FERROVIA ESTÁ BLOQUEADA NO QUILÔMETRO OITENTA PRÓXIMO A CIDADE DE SANTA RITA. CERCA DE TREZENTOS QUILOMBOLAS REPRESENTANTES DE TRINTA E SEIS COMUNIDADES, DAS REGIÕES DE ITAPECURU-MIRIM OCUPAM O LOCAL. OS MANIFESTANTES CONTINUAM AMARRADOS AOS TRILHOS DA FERROVIA. HÁ DOIS DIAS NOVE DELES INICIARAM UMA GREVE DE FOME. ONTEM UMA MANIFESTANTE PASSOU MAL E FOI LEVADA A UM HOSPITAL EM SANTA RITA. OS MANIFESTANTES REIVINDICAM O TÍTULO DE POSSE**

**DEFINITIVO DAS TERRAS, ONDE VIVEM E TRABALHAM** (SONORA). DE ACORDO COM O INCRA, HOJE EXISTE TREZENTOS PROCESSOS DE TITULAÇÃO DE TERRAS EM TRAMITAÇÃO NO MARANHÃO. ATÉ O FIM DO ANO, TRÊS ÁREAS DEVEM SER ENTREGUES A COMUNIDADES QUILOMBOLAS, O QUE PARA OS MANIFESTANTES É UM NÚMERO INSIGNIFICANTE (SONORA).

NOTA: ONTEM OS MANIFESTANTES FORAM NOTIFICADOS DA DECISÃO DA JUÍZA EDEULY MAIA SILVA, DA COMARCA DE ITAPECURU-MIRIM QUE CONCEDEU LIMINAR FAVORÁVEL A VALE, **DETERMINANDO O DESBLOQUEIO IMEDIATO DA FERROVIA**. ADVOGADOS QUE REPRESENTAM OS MANIFESTANTES ENTRARAM COM UM PEDIDO DE SUSPENSÃO DA LIMINAR, ALEGANDO QUE A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE CASOS ENVOLVENDO QUILOMBOLAS É DA JUSTIÇA FEDERAL E NÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL.

TEMPO: 2’.

Figura 4 – Captura de tela do *Globoplay*. Dia 07.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Como evidenciamos, as populações quilombolas têm em sua trajetória reivindicado direitos, dentre eles, o de uso de suas terras. Para alcançar os seus objetivos eles fazem marchas, ocupações e protestos. Essas ações são visualizadas pelo telejornalismo e transformadas em notícias. Porém, no tratamento dado pelos telejornais, certas objetivações apresentam que o enquadramento dado às populações quilombolas é de sujeitos com ações criminosas: **“Interdição da estrada de ferro em Carajás”**; **“ocupam o local”** e **“Continuam amarrados aos trilhos da ferrovia”**.

Através da rotina profissional, o jornalista produz enquadramento da realidade social (TUCHMAN, 1978). De acordo com Porto (2004), as seleções feitas pelos

jornalistas são resultado de escolhas conscientes feitas pelos jornalistas na prática do “ângulo da notícia”. Esta seleção resulta em priorizar determinados aspectos em detrimento de outros. Assim, a discussão que deveria ser central na notícia, “os manifestantes **reivindicam o título de posse definitivo das terras, onde vivem e trabalham**” não é priorizada e enquadrada pela notícia. Em seu lugar é apresentada a “**a interdição da estrada de ferro em Carajás**”.

Essa troca evidencia o enquadramento dado às populações quilombolas, como sujeitos que recorrem a um direito, associando-os a uma postura criminalizante. De modo significativo, determinadas afirmações constroem uma imagem negativa das populações quilombolas, afastando sentidos que o grupo é um coletivo oprimido, que sofre com a exploração e que as consequências dessa exploração são as ocupações.

Vemos a mesma postura na nota seguinte:

#### **Nota 1**

##### **PROTESTO/QUILOMBOS**

**CABEÇA: QUILOMBOLAS FIZERAM HOJE UM PROTESTO AQUI EM SALVADOR. VEJA NOS DESTAQUES DO DIA!**

**NOTA COBERTA: UM GRUPO QUILOMBOLA FEZ UMA CAMINHADA NO FIM DA MANHÃ PELAS RUAS DO CENTRO ADMINISTRATIVO. OS QUILOMBOLAS PEDEM A DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO QUINGOMA QUE FICA EM LAURO DE FREITAS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. DEZENAS DE PESSOAS PARTICIPARAM DO PROTESTO. A MANIFESTAÇÃO ATRAPALHOU O TRÂNSITO.**

**NOTA: EM NOTA A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA, AQUI NA BAHIA, DIZ QUE EXISTE UM PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, CONTRA AS FAMÍLIAS DO QUINGOMA E QUE AINDA AGUARDA UM RELATÓRIO TÉCNICO QUE VAI IDENTIFICAR E DELIMITAR A ÁREA DO QUILOMBO.**

**TEMPO: 1’9”.**

Figura 5 – Captura de tela do *Globoplay*. Dia 08.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Novamente afirmamos que esta representação constrói a imagem das populações quilombolas como criminosos, desconhecendo suas lutas por direitos que lhe foram historicamente negados. A ligação entre a caminhada é objetivada por meio do **protesto** e consolidada através das imagens que são apresentadas no vídeo. É interessante pensarmos que o uso dessa expressão “**protesto**”, nesse contexto, não possui um efeito positivo como “um ato pacífico que foi realizado no centro da cidade onde os manifestantes saíram pelas ruas”, pois a nota veiculada produz um sentido negativo ao ato. “Quilombolas fizeram hoje **um protesto** aqui em Salvador”.

O jornalista finaliza a notícia objetivando o ato com afirmações negativas sobre o movimento, a exemplo de “**a manifestação atrapalhou o trânsito**”. Por meio dessa objetivação há um incitamento ao medo, ao mesmo tempo que justifica a criminalização da ocupação e ações do governo em manter a ordem por meio da força. Nas notícias não são colocados em evidência o que eles reivindicam, por que reivindicam, o que isso representa? Mas todo enquadramento é no “incômodo” gerado pelos quilombolas ao restante da população.

### 5.3.3 A invisibilidade

As populações quilombolas estão espalhadas por todo território brasileiro. Os dados da Fundação Cultural Palmares apontam que existem mais de 3000 Comunidades Remanescentes de Quilombos (FCP, 2021) no nosso país. Entretanto, mesmo com esse dado às populações quilombolas ainda são vistas como não pertencentes a diferentes espaços. Além da desigualdade social e econômica, o racismo opera para a condição de invisibilidade em que permanecem.

Quando olhamos para os telejornais estudados vemos a escassez de notícias que são veiculadas sobre estas populações, com exceção de notícias que os atrelam a criminalidade e a contextos estereotipados. O fato da desproporcionalidade entre as temáticas ratifica a noção das populações quilombolas como sujeitos subalternos, cujas vozes não podem ser ouvidas e os direitos negados, pois estão abaixo de camadas de exclusão (SPIVAK, 2010).

Ferro (2012) salienta que o telejornalismo reforça estereótipos negativos e contribui para a perpetuação do preconceito e da discriminação racial com as populações negras no Brasil. Spivak (2010) afirma ainda que existem sujeitos que possuem espaços onde suas histórias e indagações podem ser ouvidas. Por outro lado, os sujeitos subalternos são silenciados a todo o momento e não possuem espaço para legitimidade da sua voz. A voz do sujeito subalterno é sempre interpretada pelo outro, que se coloca no status de reivindicar algo em seu nome.

Vejamos os trechos retirados das notícias: **“Três professoras do Liceu Maranhense se reuniram para fazer um trabalho na escola, queriam que os alunos conhecessem a rotina, as tradições e o modo de vida dos quilombolas”**; **“A gente vai conversar agora com o Rafael Silva que é integrante dos Direitos Humanos da OAB. Vocês estão acompanhando esse caso até porque esse povoado tem um histórico de conflitos. Já teve um outro quilombola que foi assassinado lá na região”**; **“O cotidiano de comunidades quilombolas é retratado em uma exposição de fotografias** na Casa do Tambor de Crioula em São Luís. **A exposição é resultado de um projeto** que inclui um documentário realizado pelo grupo, **“Mandingueiros do Amanhã”**, que é apoiado pelo Criança Esperança”.

De tal maneira, por meio da representação **Invisibilidade** os telejornais veiculam as populações quilombolas, a partir de dois sentidos. O primeiro invisibiliza as populações quilombolas e seus questionamentos não são ouvidos. O segundo sentido as populações quilombolas são apresentadas na voz de outro sujeito. Vemos no exemplo abaixo:

#### **Reportagem 4**

##### LIVRO/QUILOMBOS

CABEÇA: DOIS ANTROPÓLOGOS: UM MARANHENSE E  
UM ESPANHOL PASSARAM DOIS ANOS EM  
ITAMATATUÁ, COMUNIDADE QUILOMBOLA EM

**ALCÂNTARA. DESSA EXPERIÊNCIA SURTIU UM FILME SOBRE A VIDA NA COMUNIDADE E TAMBÉM UM LIVRO QUE NARRA AS ALEGRIAS E AS ANGÚSTIAS DO ENCONTRO COM PESSOAS DIFERENTES.**

OFF: UM ESPANHOL, UM MARANHENSE E UMA COMUNIDADE QUE PRESERVA TRADIÇÕES HERDADAS DOS AFRICANOS NO INTERIOR DO MARANHÃO. NOVOS OLHARES E EXPERIÊNCIAS ÚNICAS. ERA PARA SER SÓ UMA VIAGEM PARA CONCLUIR O PÓS-DOCTORADO, MAS O ANTROPÓLOGO, PROFESSOR E CINEASTA IBAN AYESTA SE ENCONTROU NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA EM ALCÂNTARA. O EUROPEU CONTA QUE **DESCOBRIU QUE TEM UM POUCO DE CADA UM DOS MORADORES.** (SONORA). NESSA VIAGEM QUE FICARIA MARCADA PRA SEMPRE O PROFESSOR ESPANHOL GANHOU A COMPANHIA DO ANTROPÓLOGO FREDERICK BRANDÃO QUE ACEITOU O CONVITE DE IBAN AYESTA **E MERGULHO JUNTO COM ELE NA CULTURA, NOS COSTUMES E NA VIDA DOS QUILOMBOLAS.** A PESQUISA VIROU UM DOCUMENTÁRIO QUE IBAN AYESTA TRANSFORMANDO EM UM FILME DE FICÇÃO POR CAUSA DE UMA PEQUENA MORADORA DA COMUNIDADE QUE CONQUISTOU O ESPANHOL. (SONORA). O FILME PEDRA, PEIXE E RIO ITAMATATIUA FORAM LANÇADO EM DOIS MIL E DEZ, MAS O PROFESSOR GANHOU A OPORTUNIDADE DE TER A HISTÓRIA CONTADA POR MEIO DO LIVRO, O ENCONTRO DO ADEUS, RESULTADO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE FREDERICK BRANDÃO E **DAS EXPERIÊNCIAS EM ITAMATATIUA.** O LIVRO MISTURA O DIÁRIO DE CAMPO, ROMANCE, MEMÓRIAS PESSOAIS E ROTEIRO DE DOCUMENTÁRIO. (SONORA). O FILME, O LIVRO **MOSTRAM VALORES A SÉCULOS PRESERVADOS PELOS QUILOMBOLAS.** OS PESQUISADORES QUE GERALMENTE BUSCAM DIFERENÇAS, EM ITAMATATIUA SE ENVOLVERAM COM AS SEMELHANÇAS **QUE EXISTEM ENTRE OS MORADORES DO QUILOMBO E O EUROPEU** (SONORA).

NOTA: O LIVRO, ENCONTRO DO ADEUS, VAI SER LANÇADO HOJE AS SETE DA NOITE NO CINE PRAIA GRANDE EM SÃO LUÍS. VAI SER EXIBIDO TAMBÉM O FILME, PEDRA, PEIXE E RIO ITAMATATIUA, A ENTRADA É GRATUITA.

TEMPO:4'1".

Figura 6 – Captura de tela do *Globoplay*. Dia 08.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

Na reportagem veiculada às populações quilombolas fazem parte da notícia a partir de um segundo plano. Os sujeitos que estão na centralidade da notícia não são quilombolas, contudo construíram os seus conhecimentos a partir da relação com as populações quilombolas, como destacam os textos “Dois antropólogos: um maranhense e um espanhol passaram dois anos em Itamatatiua, comunidade quilombola em Alcântara. Dessa experiência surgiu **um filme sobre a vida na comunidade** e também **um livro que narra as alegrias e as angústias do encontro com pessoas diferentes**”.

As objetivações encontradas na representação **Invisibilidade** nos ajuda a entender que os sujeitos apresentados na notícia assumem o protagonismo, a partir do resultado: documentário e livro, que ganham mais importância do que a própria comunidade (que deu base para a construção deste resultado). A comunidade de Itamatatiua não tem voz na notícia veiculada e é mostrada, a partir dos estúdios.

As populações quilombolas de Itamatatiua são apagadas, portanto invisibilizadas. O grupo “estudiosos” utilizam dos “quilombolas de Itamatatiua” para a construção de um reconhecimento. É importante aqui destacar que não se trata da utilização de símbolos e dos aspectos culturais, mas do esvaziamento de significados e a relação de poder. A comunidade não tem espaço na reportagem, ao invés disso, a notícia destina todo o tempo para dar espaço a dois estúdios.

As objetivações apresentadas dão entendimento ao ato noticiado. “Nessa viagem que ficaria marcada pra sempre o professor espanhol ganhou a companhia do antropólogo Frederick Brandão que aceitou o convite de Iban Ayesta e **mergulhou junto com ele na cultura, nos costumes e na vida dos quilombolas**”.

Atentamos também para a produção das imagens apresentadas na notícia. As imagens seguem com planos em conjunto das ações. Quando o repórter narra sobre o livro, a imagem apresentada em vídeo é do livro. E assim segue, dos estúdios, a imagem

em vídeo é de Frederick Brandão e Iban Ayesta. Quando representa a comunidade, a imagem em vídeo é feita pelas imagens produzidas no documentário. “No momento em que nós podemos falar sobre algo, avaliá-lo e comunicá-lo [...], então nós podemos representar o não usual em nosso mundo familiar” (MOSCOVICI, 2009, p.61). Nesse sentido, a imagem da comunidade quilombola é feita pelo olhar do estudioso e é apresentada na notícia e não pela própria comunidade, ou orientada pela comunidade.

Moscovici (2009) apresenta que nos processos de ancoragem é comum o uso das metáforas ou analogias. Esse processo tende a traduzir os assuntos para familiarizar o conteúdo. Na expressão “**mergulhou junto com ele na cultura**” é um exemplo de metáfora utilizada pelo jornalista para facilitar a compreensão dos telespectadores ao inserir em sua narrativa expressões que já são entendidas no senso comum. De acordo com Moscovici (2009) ao nomearmos, estamos nos libertando de um anonimato e incluindo-nos em um complexo de palavras específicas, a fim de localizá-lo em categorias de identidade de nossa cultura.

A representação aqui se articula com âmbitos das instituições, dos estudiosos, e dos oprimidos, as populações quilombolas. Essa relação não revela a capacidade de falar ou agir, mas aponta que determinado âmbito possui legitimidade em detrimento de outro. Podemos observar na reportagem seguinte o outro sentido que encontramos na representação invisibilidade: as populações quilombolas são invisibilizadas e para que sejam ouvidos outros sujeitos, não quilombolas, precisam falar por elas.

## **Reportagem 5**

### VISITA/VIOLAÇÃO/QUILOMBOS

**CABEÇA: REPRESENTANTES DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS QUE TÊM SEDE NOS ESTADOS UNIDOS ESTIVERAM HOJE DE MANHÃ NO QUILOMBO RIO DOS MACACOS QUE FICA EM SIMÕES FILHO, REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. A ENTIDADE PEDIU AO PAÍS AUTORIZAÇÃO PARA VISITAR O LOCAL POR VER COM PREOCUPAÇÕES QUESTÕES QUE ENVOLVEM O ACESSO A ÁGUA E TAMBÉM A SEGURANÇA DOS QUILOMBOLAS. DEPOIS DE CONCLUIR OUTRAS VISITAS EM TODO O PAÍS, ESSA COMISSÃO VAI FAZER UM RELATÓRIO COM RECOMENDAÇÕES AO GOVERNO BRASILEIRO QUE ASSEGUREM OS DIREITOS DOS MORADORES.**

OFF: OS INTEGRANTES DA COMISSÃO TIVERAM QUE PASSAR PELA BASE NAVAL DE ARATU PARA TER ACESSO AO QUILOMBO RIO DOS MACACOS. A MARINHA CONTROLA A ENTRADA E A SAÍDA DA ÁREA. A EQUIPE RECEBEU AUTORIZAÇÃO PARA VISITAR OS QUILOMBOLAS, MAS A IMPRENSA NÃO PODE ENTRAR. A PRESIDENTE DA COMISSÃO, A JAMAICANA MARGARETH MACAULAY DISSE NÃO ENTENDER A RESTRIÇÃO AOS JORNALISTAS. ESTAS IMAGENS CEDIDAS PELA COMISSÃO MOSTRA OS REPRESENTANTES CONHECENDO AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS OITENTA E CINCO FAMÍLIAS QUE MORAM NO QUILOMBO EM SIMÕES FILHO. AS CASAS SÃO SIMPLES, ALGUMAS DE MADEIRA. EM DOIS MIL E QUINZE DEPOIS DE **UMA LONGA DISPUTA JUDICIAL DE TERRA** COM A MARINHA O INCRA PUBLICOU UM RELATÓRIO TÉCNICO RECONHECENDO UMA ÁREA DE CENTO E QUATRO HECTARES COMO SENDO DOS QUILOMBOLAS, OS CENTO E NOVENTA E SEIS HECTARES RESTANTES CONTINUARAM COM A MARINHA POR SE TRATAR DE UMA ÁREA ESTRATÉGICA PARA DEFESA NACIONAL. OS MORADORES AGORA ESPERAM PELO TÍTULO DA TERRA, MAS AINDA TEM UMA QUESTÃO POLÊMICA A SER RESOLVIDA COM OS MILITARES. SEGUNDO ELES A MARINHA QUER CONSTRUIR **UM MURO IMPEDINDO O ACESSO DOS QUILOMBOLAS A BARRAGEM DO RIO DOS MACACOS** (SONORA).

PASSAGEM: ALÉM DA BAHIA, A COMISSÃO ESTÃO ENVIANDO REPRESENTANTES A OUTROS SETE ESTADOS ENTRE ELES, PARÁ, MARANHÃO, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO. EM TODOS A INTENÇÃO É OUVIR A COMUNIDADE E SE REUNIR COM AS AUTORIDADES, FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS. NO PRÓXIMO DIA DOZE, NO RIO, A COMISSÃO **VAI APRESENTAR UM RELATÓRIO DE POSSÍVEIS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS ENCONTRADAS DURANTE ESSA TEMPORADA NO BRASIL**. A COMISSÃO É UMA ENTENDIDA LIGADA A OEA, ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E TEM O PODER DE FAZER RECOMENDAÇÕES AOS GOVERNOS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS. **ALÉM DA QUESTÃO DA ÁGUA, OS INTEGRANTES TAMBÉM OUVIRAM RELATOS DE SUPOSTAS AÇÕES TRUCULENTAS DA MARINHA CONTRA OS QUILOMBOLAS.** (SONORA). A PRESIDENTE MARGARETH MACAULAY DISSE QUE A COMISSÃO **TEM RECEBIDOS ESSAS DENÚNCIAS** HÁ MUITO TEMPO E PEDIDO AO GOVERNO BRASILEIRO

APURAÇÕES RIGOROSAS PRA GARANTIR OS DIREITOS DOS MORADORES (SONORA).

NOTA: A COMISSÃO TAMBÉM VISITOU O QUILOMBO PITOMBA DOS PALMARES QUE FICA EM SIMÕES FILHO. SOBRE OS QUILOMBOS RIO DOS MACACOS NÓS ENTRAMOS EM CONTATO COM A MARINHA PARA COMENTAR O MOTIVO DOS JORNALISTAS TEREM SIDOS PROIBIDOS DE ACOMPANHAR A VISITA E TAMBÉM AS CRÍTICAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA, MAS NÃO TIVEMOS RETORNO ATÉ AGORA.

TEMPO: 3'23”.

Figura 7 – Captura de tela do *Globoplay*. Dia 09.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

A representação social da **invisibilidade** é objetivada pelas expressões: “representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que têm sede nos Estados Unidos estiveram hoje de manhã no quilombo Rio dos Macacos”; “essa comissão vai fazer um relatório com recomendações ao governo brasileiro que assegurem os direitos dos moradores”.

A centralidade da notícia é relatar a visita de integrantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à comunidade quilombola baiana Rio dos Macacos. A notícia apresenta, a partir dessa visita, os possíveis resultados.

Como se pode observar, as próprias populações quilombolas têm um espaço reduzidíssimo para expressar os seus contentamentos. Já a fonte não-quilombola, por mais que seja favorável a eles e que fale por eles, tem um destaque, pois a centralidade da notícia é falar da presença dessa fonte na comunidade. Isso aponta que os agentes institucionais e oficiais são acionados como uma espécie de tutores dos interesses das populações quilombolas, servindo como seus porta-vozes, “A **presidente Margareth**

**Macaulay disse que a comissão tem recebidos essas denúncias** há muito tempo e pedido ao governo brasileiro apurações rigorosas pra garantir os direitos dos moradores”.

As organizações sem fins lucrativos, instituições sociais e oficiais aparecem nas notícias para dar legitimidade aos fatos narrados. De acordo com Schmitz (2011), esse tipo de fonte, ao utilizar-se da mídia, sensibiliza e mobiliza o seu grupo social ou a sociedade e o poder público, com interesses de defender um projeto político ou uma causa social. Nesse exemplo, a presidenta, Margareth Macaulay, representa a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (instituição) e Rosimeire Santos representa a comunidade Rio dos Macacos (populações subalternas).

Destacamos ainda que durante a reportagem, os nomes das representantes são abordados de formas diferentes. Por um lado, a fonte oficial (Margareth Macaulay) tem o nome e o sobrenome narrado pela notícia, já a fonte institucional (Rosimeire Santos) tem o seu nome creditado na reportagem.

#### **5.3.4 Manifestações culturais**

Através da representação **Manifestações Culturais** dos telejornais estudados vimos que as notícias apresentam as populações quilombolas como grupos que são abundantes nos aspectos culturais. Os ritos religiosos, as danças, as comidas ganham notoriedade nos telejornais. Contudo, nessa descrição encontramos reproduções de estereótipos e processo de invisibilização nas notícias apresentadas.

As populações quilombolas por meio de celebrações, rituais, festas, danças construíram um arcabouço cultural como prática de manutenção, de sobrevivência, resistência e enfrentamento ao racismo. Essas práticas culturais desenvolvidas pelas populações quilombolas sofrem os estigmas, deturpações e criminalização. Em consequência, como prática de sobrevivência, às populações quilombolas buscam garantir que esses aspectos sejam considerados legítimos. A partir do conhecimento dessas práticas é possível conhecer o lugar de pertencimento desses sujeitos e o lugar na hierarquia social que se encontra.

Vejamos os seguintes exemplos,

#### **Reportagem 6**

## MISSA/QUILOMBOS

**CABEÇA: UMA MISSA PARA MARCAR O CEM ANOS DE UM DOS MAIORES QUILOMBOS DO BRASIL, O BAIRRO DA LIBERDADE EM SÃO LUÍS É A MISSA DOS QUILOMBOS CELEBRADA UMA VEZ POR ANO AQUI NA CAPITAL.**

**OFF: A CULTURA NEGRA NA IGREJA DO DESTERRO PARA DAR COR, RITMO E ACIMA DE TUDO ESPALHAR CONSCIÊNCIA.**

**PASSAGEM: A MISSA DOS QUILOMBOS É REALIZADA UMA VEZ POR ANO OCASIÃO QUE A IGREJA E OS FIES REFORÇAM O COMBATE AO RACISMO A INTOLERÂNCIA E AO PRECONCEITO. NUMA CELEBRAÇÃO QUE VALORIZA A CULTURA NEGRA (SONORA). COM SAIAS RODAS, COMIDAS TÍPICAS E A REPRESENTAÇÃO DE UM HOMEM ESCRAVO A MENSAGEM DO MOMENTO DO OFERTÓRIO TRAZIA A FORÇA DE RESISTÊNCIA SECULAR (SONORA). A FÉ TÁ FUNDAMENTADA EM ENSINAMENTOS CRISTÃOS É O QUE EXPLICA O PADRE QUE CELEBROU A MISSA, MAS É DE UMA PAROQUIA DO BAIRRO DA LIBERDADE, CONSIDERADA O MAIOR QUILOMBO URBANO DA CAPITAL. (SONORA). ESSA MISSA DOS QUILOMBOS FOI INSPIRADA NA MISSA DOS QUILOMBOS CRIADA EM 1981. A CELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA DENUNCIA A CONSEQUÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO (SONORA). NO FINAL DA UNIÃO ENTRE IGREJA E CULTURA FIES VIRAM O TAMBOR DE CRIOLA EMBALAR NO LARGO DA IGREJA.**

TEMPO:3'19".

Figura 8 – Captura de tela do *Globoplay*. Dia 10.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

A reportagem 6 produz uma representação social, por meio da seguinte característica: a religiosidade não-negra versus culturas negras. As objetivações ajudam no entendimento do ato noticiado: a missa dos quilombos é algo específico e singular.

A notícia aponta elementos próprios das populações negras inseridos no rito religioso. Acreditamos que esses elementos pertencem ao segmento religioso das populações afro-brasileiras e há uma tentativa de atribuí-los aos aspectos culturais. As objetivações em conjunto com as imagens em vídeo contribuem para o entendimento do telespectador dessa narrativa.

Como afirmamos, esses elementos das religiões afro-brasileira, como música, dança, roupas com estampas coloridas, oferenda de alimentos, etc, estão presentes na missa dos quilombos. Na celebração há cânticos de hinos, danças de fiéis ao som dos atabaques e a presença no presbitério das populações negras, com suas vestimentas dos ritos religiosos, modificando a estrutura do local, “numa celebração **que valoriza a cultura negra. Com saias rodadas, comidas típicas e a representação de um homem escravo** a mensagem do momento do ofertório **trazia a força de resistência secular**”; “**A cultura negra** na igreja do desterro para **dar cor, ritmo e acima de tudo espalhar consciência**”.

Ao longo da história, as religiões afro-brasileiras tiveram espaços diferentes na vida pública e privada entre as classes sociais e diferentes grupos étnicos. É secular os processos de proibição e punição desses ritos religiosos. Do período do domínio português até o Brasil Império, o catolicismo permaneceu como religião oficial do território brasileiro (SILVA, 2017). Silva (2017) apresenta que embora a separação entre Igreja e Estado já esteja efetivada na Constituição de 1888, na prática não há liberdade de culto para os adeptos das religiões afro-brasileiras. “O Código Penal Republicano, ao codificar o crime de espiritismo, magia e seus sortilégios (art. 157) e o de curandeirismo (art. 158) criou instrumentos legais pelos quais muitos de seus adeptos foram acusados, julgados e condenados” (SILVA, 2017, p.85).

Algumas dessas manifestações religiosas afro-brasileiras desencadearam em outros aspectos culturais e passaram a ser marcadores, em algum momento, da cultura brasileira, tais como, manifestações lúdicas e festivas, como no caso dos cordões, maracatus, afoxés, etc. Dessa maneira, as religiões afro-brasileiras são vistas de um lado pelo legado cultural, e por outro, pela repressão efetiva, possuindo pouca legitimidade diante da hegemonia católica.

A manutenção do rito religioso apresentado na notícia aponta para o entendimento da igreja como um espaço não-negro. Em outras palavras, existe um rito religioso, a missa, no qual foram inseridos elementos que não estão presentes no seu cotidiano, e que fazem parte de um rito religioso de outro grupo, “no final da união entre **igreja e cultura** fiéis viram o tambor de crioula embalar no largo da igreja”.

Também, através dessa missa, é possível traduzir que fora desse espaço legitimado, a igreja, as convicções e reivindicações políticas e religiosas desses povos são marginalizadas e descriminalizadas, haja vista os constantes ataques às religiões de matriz africana no Brasil, “entre 2015 e o primeiro semestre de 2019, foram 2.722 casos de intolerância religiosa – uma média de 50 por mês” (SOUZA, 2020, p.1).

## **Reportagem 7**

### VISITA/CRUZ VERMELHA/QUILOMBO

**CABEÇA: UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA INÊS RECEBEU UMA VISITA DA CRUZ VERMELHA QUE ESTÁ PERCORRENDO O INTERIOR DO ESTADO.**

**OFF: OS VOLUNTÁRIOS DA CRUZ VERMELHA FORAM A COMUNIDADE QUILOMBOLA ONÇA NA ZONA RURAL DE SANTA INÊS COM UM OBJETIVO, LEVAR INFORMAÇÕES SOBRE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS. (SONORA). ALÉM DA PALESTRA EDUCATIVA VOLUNTÁRIOS REALIZARAM OUTRAS ATIVIDADES LÚDICAS TAMBÉM FALARAM DO TRABALHO REALIZADO PELA CRUZ VERMELHA. (SONORA). QUASE NINGUÉM DA COMUNIDADE SABIA DO QUE SE TRATAVA ESSA ENTIDADE. (SONORA). OS QUILOMBOLAS TAMBÉM TINHAM ALGO PARA MOSTRAR OS VISITANTES. MESMO SEM NADA PROGRAMADO SE JUNTARAM RAPIDINHO PARA APRESENTAR A CULTURAL LOCAL. DANÇA DE TERREIRO E BUMBA MEU BOI. (SONORA). NO FINAL TUDO RESULTOU NUMA TROCA DE EXPERIÊNCIAS, CONHECIMENTOS E CULTURAS.**

TEMPO: 1’42”.

Figura 9 – Captura de tela do Globoplay. Dia 11.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

A narrativa apresentada na notícia é a chegada da organização, Cruz Vermelha, na comunidade quilombola maranhense Onça. Visualizamos as objetivações e apontamos que através delas o jornalista apresenta o porquê da visita da entidade: “**levar informações** sobre doenças sexualmente transmissíveis”; “realizaram outras atividades lúdicas também **falaram do trabalho realizado pela cruz vermelha**”.

Barbosa (2006) afirma que, de forma consciente ou não, a televisão reproduz estereótipos e, conseqüentemente, o racismo. Para a autora, as populações negras são representadas na televisão por estereótipos negativos.

Acreditamos que há um reforço de estereótipos a partir de dois sentidos. O primeiro corresponde à seguinte leitura: por meio de ações isoladas, alguns sujeitos inseridos em grupos minoritários são “salvos” do contexto de miserabilidade e violência das quais estão inseridos, por outros sujeitos que pertencem as populações hegemônicas. Essa “salvação” é registrada e veiculada no telejornal:

Esse tipo de ação faz com que tenhamos a impressão de que existem ali os “coitados” e as “heroínas ou heróis”. Isso é o que chamamos de “complexo de branco salvador” (do inglês “*white savior complex*”). Quando um branco acredita que pode salvar a miséria do mundo (que seus antepassados ajudaram a construir) e aproveitam dessa situação para expor estes pequenos corpos pretos (...) (BERNARDES, 2020, p.1).

De tal forma, há um reforço das representações sociais das relações raciais, das quais as características positivas, como a bondade, a empatia, a força são atribuídas e consideradas inatas às populações não quilombolas, e as características negativas, como miserabilidade e pobreza, as populações quilombolas. Nesse sentido, os estereótipos visam constituir uma imagem inferiorizada do quilombola, constituindo e delimitando os lugares sociais e institucionais, que quilombolas e os não quilombolas podem ocupar, “a

mídia, que tem alto potencial democrático, não utiliza o seu poder de influência para quebrar os estereótipos, mas para reforçá-los” (ALBUQUERQUE, 2016, p.3).

A partir da segunda leitura visualizamos a reprodução de outro estereótipo, o quilombola como sujeito que supera a pobreza. A partir da notícia, lemos que as populações quilombolas são um grupo social que necessita de informações, mas que ao mesmo tempo, “se juntaram rapidinho **para apresentar a cultura local. Dança de terreiro e bumba meu boi**”. Albuquerque (2016), apresenta que no telejornalismo as populações negras tendem a ser representadas como os sujeitos em temas que envolvem pessoas criminosas, pobres ou que superaram a pobreza. Esta representação da superação da pobreza invisibiliza os mecanismos que acentuam as desigualdades socioraciais, sem expor, por exemplo, as causas, origens e consequências. Ao mesmo tempo afasta dos quilombolas o acesso a mecanismos que colaborariam para a superação das desigualdades, como por exemplo, o acesso a políticas públicas de saúde.

### 5.3.5 Violência

Araújo (2016) afirma que o racismo influencia os índices de violência no país e decisivamente contribui para que a população negra seja a maior vítima da violência, uma vez que “os grupos menos favorecidos socioeconomicamente, principalmente a população negra, são os mais vitimados pela violência que acomete a sociedade brasileira” (ARAÚJO, 2016, p.463).

As diversas faces do racismo pelos diferentes mecanismos têm sido aplicadas as populações quilombolas retroalimentando as violências: a contaminação das águas das comunidades devido ao uso de agrotóxicos por latifundiários, acarretando ameaças à saúde dos povos, danos à flora e fauna, como também o risco de desagregação social, cultural e econômica do próprio território; os processos de tomada de território por agentes privados, e a não intervenção de órgãos públicos responsáveis pela adoção de medidas para retomada de sua posse, assegurando o direito constitucional quilombola ao território, são exemplos de violência que costumam cotidianamente provocar fragmentação do território e das relações sociais, constituindo-se como ameaça à própria sobrevivência dessas populações (TERRA DE DIREITOS; CONAQ, 2018).

A região Nordeste foi a que mais concentrou assassinatos de quilombolas, 29, registrando 76,3%, de todo o quantitativo. Segundo os dados do relatório, a região fica à frente das demais: Norte (13,1%) com cinco; dois no Sul (5,3 %); dois no Sudeste (5,3%),

0 no Centro Oeste. Da região Nordeste, os estados onde ocorreram mais assassinatos são a Bahia com 13 casos, seguido do Maranhão, com dez casos. Ainda segundo o relatório, esses dados indicam provável subnotificação das ocorrências. Assim, é importante pensarmos que as violências sofridas pelas populações quilombolas são maiores do que as catalogadas e que há vários ciclos que se retroalimentam.

E como a mídia apresenta a violência? Segundo Araújo (2016), a mídia brasileira é um dos principais meios da banalização da violência e da re(produção) do racismo, bem como do preconceito e discriminação dos sujeitos historicamente estigmatizados, aqui destacamos as populações quilombolas. Ainda segundo o autor, cotidianamente os objetos de mídia (televisão, internet, jornais) reproduzem situações de extrema violência para com esses sujeitos (ARAÚJO, 2016).

Segundo o autor, a mídia tem apresentado duas posturas de tratamento diferente aos grupos: “tem se mostrado acrítica quando a violência acomete os indivíduos dos grupos mais favorecidos e altamente crítica quando envolve os sujeitos dos grupos menos favorecidos, às vezes os colocando na condição de réus, culpados, antes mesmo de uma averiguação condizente com os fatos” (ARAÚJO, 2016, p.470).

Nas nossas análises identificamos violências, como agressão intencional que foi direcionada a um quilombola ou a um grupo quilombola por contato físico direto. Mas quando olhamos para os telejornais analisados observamos que a representação da **violência** ocorre de uma forma banalizada com as populações quilombolas e através da representação há uma legitimação dos comportamentos que reproduz a naturalização da violência. Os telejornais representam os assassinatos como se fosse um dado “normal” das relações sociais.

## Reportagem 8

ASSASSINADO/QUILOMBOLA

NOTA SIMPLES

CABEÇA: SEIS TRABALHADORES RURAIS DE UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE LENÇÓIS, NA CHAPADA DIAMANTINA, **FORAM ASSASSINADOS**. SEGUNDO A POLÍCIA QUATRO DELES **FORAM MORTOS** DENTRO DE UMA CASA E OS OUTROS DOIS EM UMA SEGUNDA CASA, MAS AS **MORTES TERIAM LIGAÇÃO**. A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DISSE QUE

**OS CRIMES** QUE ACONTECERAM NO DOMINGO FORAM COMUNICADOS A DELEGACIA AGRÁRIA QUE DEVE ENVIAR A DELEGADA GIOVANA BONFIM ATÉ LENÇÓIS NO PRÓXIMO DIA 14 PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES. O INCRA NÃO ACREDITA QUE **AS MORTES ESTEJAM LIGADAS A DISPUTA DE TERRAS**. NO MÊS PASSADO EM JULHO, OUTRO TRABALHADOR RURAL, TAMBÉM DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE IÚNA, FOI MORTO A TIROS.

TEMPO: 40”.

Figura 10 – Captura de tela do *Globoplay*. Dia 14.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

A notícia apresentada narra a chacina dos quilombolas. A jornalista utiliza as objetivações “**foram assassinados**” para a construir a representação social **violência**, construída pelo tipo de crime ocorrido, apresentando valores e interpretações do acontecimento, “quatro deles **foram mortos** dentro de uma casa e os outros dois em uma segunda casa, mas as **mortes teriam ligação**”; “**os crimes** que aconteceram no domingo”.

Na notícia veiculada algumas informações não são apresentadas: os nomes dos sujeitos, as idades, profissões, os rostos. Pela representação da **violência** há um apagamento dos sujeitos mediante uma leitura homogênea. A partir de um único elemento, a morte, a chacina dos quilombolas foi reduzida e transformada na nota “seis trabalhadores rurais de um território quilombola, localizado no município de Lençóis, na Chapada Diamantina, **foram assassinados**”. Outro ponto, a partir desse olhar, é que para o telejornal, além de desconhecer que esses homens possuem identidade, ainda não reservam espaço na notícia para as vozes dos familiares. Contudo, é dado o espaço para duas fontes oficiais: a polícia e o Incra. Neste processo, há desumanização dos sujeitos quilombolas.

Há também a naturalização da violência, “o Incra não acredita que as **mortes** estejam ligadas a **disputa de terras**”. Para o telejornal, o Incra representa a

institucionalização de poder e tem autoridade para falar em nome do assunto pautado, sendo o único capaz de oferecer informações fidedignas. Não há um contraponto na narrativa apresentada. Não se explica o porquê da morte dos quilombolas. Se não há disputa pela terra, fato que dá margem para a reprodução da violência, logo esses sujeitos assassinados são bandidos. É nesse viés que a morte é validada.

Os assassinatos presentes nos territórios quilombolas possuem uma relação direta com sua defesa e com a garantia de permanência. Ao longo das suas existências, defender o território e os modos de vida são ações realizadas por estas populações e que são negadas pelas estruturas fundiárias, econômicas e políticas do Brasil. “O colonizado sempre esteve inserido em um processo em que o poder exercido pelos setores de dominação pautava-se em sua eliminação, uma vez que a política de vida só era (e é ainda nos dias atuais) atribuída àqueles historicamente considerados humanos. Aos tidos como não humanos, a morte, a eliminação, era a ordem vigente” (SILVA, *et al*, 2020, p.1).

É importante ressaltar que o racismo é o elemento central e estruturante dessas violências. Seja a partir da institucionalização que nega o acesso à terra para as populações quilombolas, seja pelos poderes econômicos e políticos que desumanizam essas populações e mantém um sistema de riquezas e privilégios reforçando o não acesso às políticas e recursos, ou até mesmo pela invisibilidade da violência da qual o Estado não leva para si a responsabilidade. “A falha estrutural da política pública é também responsável pelo aumento da violência contra quilombolas” (TERRA DE DIREITOS; CONAQ, 2018, p.18). Entendemos que há um apagamento do telejornal a não relacionar a morte dos quilombolas aos conflitos fundiários. A partir dos relatos das fontes, o telejornal tende a isolar o fato em um episódio solitário. Não faz também a relação entre a consequência – a morte das populações quilombolas, as ameaças e ataques sofridos – as causas estruturais – que são cíclicas e que atingem os territórios quilombolas em todo o país.

Outro processo que destacamos é o formato da notícia. É feito uma nota simples. O que isso significa? Segundo Siqueira (2013), as diferenças entre os formatos das notícias estão na maneira como as informações são recolhidas, organizadas, estruturadas e apresentadas. Para a autora, a nota simples é utilizada para falar de alguma notícia da qual não se tem imagens. Já a reportagem possui recursos gráficos e é construída com imagens e a fala das pessoas envolvidas no momento dos acontecimentos. Para Siqueira (2013), a reportagem é mais complexa que uma nota coberta “pois reúne uma série de elementos e um trabalho exaustivo de apuração para uni-los” (SIQUEIRA, 2013, p.67).

A partir desse entendimento questionamos, por que o telejornal apresentou a chacina de seis trabalhadores rurais quilombolas em uma nota simples? Acreditamos que fato ocorrido poderia proporcionar elementos que possibilitaria a construção de uma reportagem. No ano de 2017, o estado Bahia concentrou o maior número de assassinatos de populações quilombolas, nove assassinatos, representando 50% dos casos do ano.

Dois desses casos, o assassinato de José Raimundo Mota de Souza Junior, morto a tiros enquanto trabalhava no campo ao lado do irmão e sobrinhos, na comunidade de Jiboia, situada na cidade de Antônio Gonçalves e o assassinato de Lindomar Fernandes Martins, morto após ter a casa invadida, no Território Quilombola de Iúna, situado no município de Lençóis, aconteceram no mês de julho, período anterior à chacina que matou Adeilton Brito de Souza, Gildasio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição. Chacina veiculada pelo telejornal (CPT, 2017).

## **Reportagem 9**

### ASSASSINADO/QUILOMBOLA

**CABEÇA:** A POLÍCIA INVESTIGA O ASSASSINATO DO LÍDER QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER NA BAIXADA MARANHENSE. RAIMUNDO SILVA ERA MORADOR DO POVOADO CHARCO, NUMA REGIÃO MARCADA POR CONFLITOS PELA POSSE DE TERRAS. O CORPO DELE FOI TRAZIDO PARA O INSTITUTO MÉDICO LEGAL EM SÃO LUÍS. A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB ACOMPANHA O CASO. O REPÓRTER DOUGLAS PINTO TEM MAIS DETALHES.

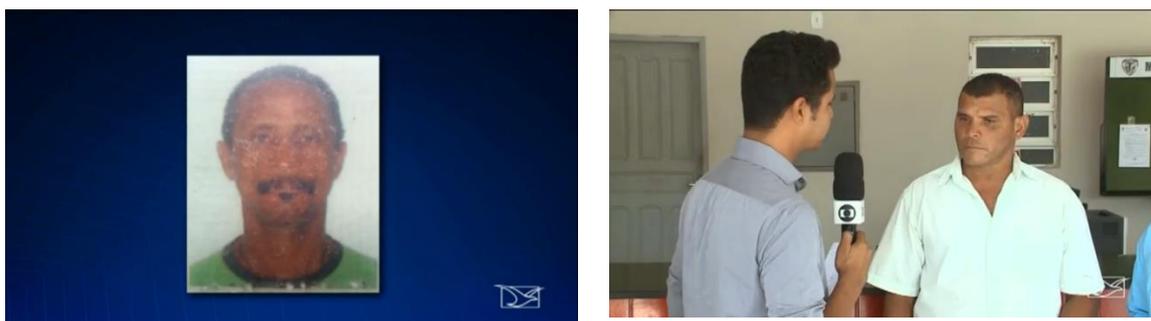
**PASSAGEM:** O CRIME FOI ONTEM POR VOLTA DE SETE E MEIA DA MANHÃ, MAS O CORPO SÓ FOI ENCONTRADO DEPOIS DO MEIO DIA. RAIMUNDO SILVA TINHA CINQUENTA E SETE ANOS DE IDADE E ERA UMA LIDERANÇA DO POVOADO QUILOMBOLA CHARCO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DE FÉRRER. ELE SAIU DE CASA ONTEM CEDO E IA BUSCAR A APOSENTADORIA DA MÃE, MAS QUANDO RETORNAVA PARA CASA, JÁ DO POVOADO VIZINHO, ELE FOI ATACADO. LEVOU UM TIRO DE ESPINGARDA PELAS COSTAS E MORREU NO LOCAL. VOCÊS ACREDITAM QUE ESSE CRIME TENHA SIDO UMA EXECUÇÃO PORQUE O DINHEIRO DA APOSENTADORIA DA MÃE DELE FOI ENCONTRADO AINDA NO BOLSO DELE. (SONORA). SUSPEITA DE VOCÊS O ALMIRANDIR COSTA

É PRIMO DO RAIMUNDO SILVA JUNTAMENTE COM OS OUTROS PARENTES DELE QUE ESTÃO AQUI NO IML O CORPO PERMANECE AQUI NO LOCAL JÁ FOI FEITO O LAUDO E A GENTE VAI CONVERSAR AGORA COM O RAFAEL SILVA QUE É INTEGRANTE DOS DIREITOS HUMANOS DA OAB. VOCÊS ESTÃO ACOMPANHANDO ESSE CASO ATÉ PORQUE ESSE POVOADO TEM UM **HISTÓRICO DE CONFLITOS. JÁ TEVE UM OUTRO QUILOMBOLA QUE FOI ASSASSINADO** LÁ NA REGIÃO. (SONORA). VOCÊS ESTÃO SUSPEITANDO NA VERDADE QUE TENHA SIDO **UMA EXECUÇÃO EXATAMENTE PORQUE AQUELA REGIÃO É UMA ÁREA DE CONFLITOS DE TERRAS, NÉ?! TEM GENTE INTERESSADA EM OCUPAR ESSA ÁREA QUE TÁ SENDO DESAPROPRIADA PARA OS QUILOMBOLAS.** (SONORA). E A COMUNIDADE ELA TÁ MUITO ASSUSTADA COM MAIS ESSE CRIME. (SONORA) **OKAY.** MUITO OBRIGADO PELAS INFORMAÇÕES. A FAMÍLIA DO RAIMUNDO SILVA ESTÁ AQUI NO IML JÁ AGUARDANDO A LIBERAÇÃO DO CORPO, JÁ QUE O LAUDO FOI CONCLUÍDO. DOUGLAS PINTO PARA O JMTV 1ª EDIÇÃO.

NOTA: EM NOTA O GOVERNO DO ESTADO LAMENTOU A MORTE DO LÍDER QUILOMBOLA E INFORMOU QUE A SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA TOMOU TODAS AS PROVIDÊNCIAS PARA APURAR O CRIME.

TEMPO:4'4".

Figura 11 – Captura de tela do *Globoplay*. Dia 20.12.2020



Fonte: elaboração feita pelo autor.

A representação social da violência é objetivada pelas seguintes expressões: “**assassinato do líder quilombola**”; “**o crime** foi ontem por volta de sete e meia da manhã”; “[...] **foi atacado. Levou um tiro de espingarda pelas costas e morreu no**

**local**”; **“esse crime tenha sido uma execução** porque o dinheiro da aposentadoria da mãe dele foi encontrado ainda no bolso dele”.

A construção desta representação também é feita pelo tipo de violência que ocorreu, o assassinato. A notícia, seguindo suas lógicas da construção, apresenta este fato usando enquadramentos e narrativas específicas. Neste caso é feita a descrição e a interpretação do crime. Os personagens são o líder quilombola (morto), os assassinos (não identificados), quilombolas (as testemunhas), os parentes das vítimas e o estado (polícia, as agentes de segurança, IML).

Diferente da notícia apresentada pelo BATV, o Jornal JMTV 1ª Edição, mostra os sujeitos da notícia. Pelo processo de ancoragem visualizamos que morte é apresentada como algo violento, porém é naturalizada, “até porque esse povoado tem **um histórico de conflitos. Já teve um outro quilombola que foi assassinado**”. Isso fica evidenciado na pergunta do repórter: “você estão suspeitando na verdade que tenha sido uma execução exatamente **porque aquela região é uma área de conflitos de terras, né?!?**”; “E a comunidade ela tá muito **assustada com mais esse crime**. Okay”.

Assertamos que há uma confluência na leitura da morte quilombola. De um lado, acredita-se que o corpo foi alvo por estar em ambiente cuja violência se faz presente, portanto a morte é lida pelo olhar da naturalização. Essa naturalização enquadra a morte do quilombola como familiar decorrente das violências encontradas no cotidiano. Por outro lado, embora seja encarado como um crime, pois houve um assassinato de um quilombola, percebe-se a culpabilização que direciona para o próprio quilombola por “escolher” estar em zonas de conflito e representar um grupo que luta pelo direito à terra.

Diferentes conflitos envolvem as populações quilombolas e os territórios pertencentes a essas populações. Por uma intervenção de terceiros, a partir da especulação imobiliária, podem ser gerados conflitos para a construção de resorts, condomínios de luxo, loteamentos, desenvolvimento de megaprojetos-socioambientais, como a mineração, agronegócio, construção de portos, estradas, duplicação de rodovia, usinas hidrelétricas. Centro de lançamento de foguetes, nas regiões quilombolas também ocasionam conflitos. Há também a prática do racismo institucional e ambiental, que se reafirma pela discriminação racial perpetrada por instituições públicas, produzido indiretamente ou diretamente. Em resumo, cada conflito apresenta em sua centralidade uma violação de direitos nas áreas socioeconômicas, fundiárias, políticas e ambientais, podendo resultar em assassinatos (TERRA DE DIREITOS; CONAQ, 2018, P.18).

A partir desse pressuposto evidenciamos que o fato noticiado não identifica o contexto de conflito vivido pelas populações quilombolas e nem o(s) sujeito(s) que viola(m) os direitos. **“Tem gente interessada em ocupar essa área que tá sendo desapropriada para os quilombolas”**. Quem estaria interessado em ocupar? Essa omissão de informação apresentada no noticiário relaciona-se com uma estratégia jornalística de encobrir grupos econômicos e políticos responsáveis pela violação de direitos das populações quilombolas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa dissertação afirmando que falar das populações quilombolas é falar de diferentes processos de existências e resistências. Concluimos este trabalho reforçando essas afirmações.

O que é ser quilombola na visão de dois grupos de mídia existentes em regiões de grande presença dessa população? Antes de respondermos essa questão precisamos pontuar diferenças significativas nos dois telejornais. Embora ambos tenham apresentando um quantitativo pequeno de conteúdos jornalísticos sobre a temática quilombola, em comparação com notícias de outras temáticas veiculadas nos mesmos telejornais, percebemos que o JMTV 1ª Edição noticiou as populações quilombolas 20 vezes mais que o BATV.

Outra diferença é em relação aos formatos dos conteúdos jornalísticos, que são bastante variáveis nos dois telejornais. Enquanto o JMTV 1ª Edição produziu 17 reportagens com a temática quilombola, o BATV apresentou apenas uma notícia no formato reportagem. Consequentemente o tempo destinado a temática também foi bastante diferente nos telejornais citados. Se de um lado, o JMTV 1ª Edição destinou 54 minutos e 38 segundos para as populações quilombolas, o BATV deixou apenas 4min40 para a temática.

Vimos um certo “cuidado” no telejornal JMTV 1ª Edição na cobertura das populações quilombolas. Nas notícias veiculadas sobre assassinatos, por exemplo, o telejornal apresenta características da vítima, como o nome, profissão, local onde vive. Bem diferente do telejornal BATV, que mesmo no caso de uma chacina, invisibiliza essas populações, o que corrobora para uma desumanização como prática de violência.

Em ambos os telejornais percebemos que as notícias sobre os atos reivindicatórios são apresentadas pela palavra “protesto”, que nos orienta para a legalidade do ato realizado, diferentemente da palavra “invasão”, que tem um sentido construído em torno da ilegalidade que é comumente compartilhado nas notícias sobre ocupações.

Mesmo com essas diferenciações entre os telejornais JMTV 1ª Edição e BATV, as populações quilombolas são representadas como negros, descendentes de escravos, pobres, subversivos, criminosos, sem lugar de pertencimento, sujeitos sem direitos, desinformados e que necessitam de informações e ajuda. Representações feitas pelos telejornais, que levam a população a um entendimento distorcido dessa população, uma vez que o telejornalismo contribui para a construção da realidade social.

Pereira Junior; Correia (2008) ressaltam que os telejornais influenciam na agenda pública. Para Alsina (2009), a notícia se manifesta na construção de um mundo possível e é a própria representação social da realidade cotidiana. No processo de busca de informações sobre o mundo que as cerca, as pessoas constroem uma relação de confiança com os noticiários que passam, de certa forma, a ser uma espécie de lugar de referência num mundo cada vez mais inseguro (PEREIRA JUNIOR; CORREIA, 2008).

Moscovici (2009) apresenta que as Representações Sociais são um conjunto de explicações resultantes da interação social cuja intenção é “construir e interpretar o real” (OLIVEIRA; WERBA, 2012, p.91). Acreditamos que as representações sociais possuem uma função similar atribuída ao telejornalismo, a de construir uma interpretação da realidade (MARTINS, 2012). O Jornalismo, como as representações sociais, pode contribuir para a redução de complexidades através da sua influência na mudança das nossas opiniões e atitudes (MARTINS, 2017).

Destacamos que a imagem das populações quilombolas são criadas também pelos telejornais, com (re)produções de estigmas e estereótipos, como no caso da criminalização de seus atos reivindicatórios; ao enquadrá-las como sujeitos que só pertencem aos espaços rurais; a invisibilidade da não escolha como fontes nas notícias e a banalização da violência sofrida pelos quilombolas.

Como afirmamos anteriormente, a construção da sociedade foi baseada em hierarquias raciais (MOORE, 2007; SANTOS, 2015; SILVÉRIO, 2020). A produção de conhecimento se estruturou nessa lógica. Em resultado, a formação de profissionais da área de Comunicação se deu por este fluxo, que se faz contínuo com a inserção desses profissionais no cotidiano das redações e na sociedade. Consideramos que na prática jornalística há a (re)produção desses sentidos.

As discussões e disputas sobre as populações quilombolas não podem ser construídas sem trazer para o centro do debate referências do passado desse grupo, como exemplo, a escravidão dos africanos e dos povos originários em solo brasileiro. Destacamos que as experiências das populações quilombolas são seculares em toda América, que se construíram a partir de organizações afrodiáspóricas, que aqui no Brasil tomaram grandes considerações na formação dos quilombos (REIS, GOMES, 1996).

Essas referências devem ser aplicadas para questionarmos as assimetrias que são apresentadas na sociedade atual. E é o que não vemos nas representações. O tema da escravidão é introduzido nas notícias, mas não é problematizado, “desde ontem representantes de comunidades, formadas por descendentes de escravos em várias regiões

do estado, ocupam a sede do órgão em São Luís”; “tradições que remontam aos tempos da escravidão no Brasil ainda sobrevivem em comunidades quilombolas onde vivem descendentes de escravos”; “as comunidades quilombolas foram formadas por negros, descendentes de escravos [...]”.

Outro sentido produzido pelas representações feitas pelos telejornais é a falta de discussão sobre a diversidade dos modos de organização das populações quilombolas. Afirmamos que essas populações se organizam em ocupações agrárias, urbanas e periurbanas e que continuam construindo os seus territórios nas mais variadas formas de existências e resistências. De todas as notícias, há apenas uma que aponta um quilombo urbano, o bairro da Liberdade, “uma missa para marcar o cem anos de um dos maiores quilombos do Brasil, o bairro da Liberdade, em São Luís é a missa dos quilombos celebrada uma vez por ano aqui na capital”. Mesmo assim, não há uma discussão a partir desse viés. Também não vemos discussões sobre as formas dinâmicas das organizações quilombolas. Identificamos um reducionismo temático nas notícias, construídas como se fosse possível uma homogeneidade das comunidades de regiões, que são múltiplas e diversas. As representações sociais apresentadas pelos telejornais insistem em construir a imagem de um quilombo localizado em um espaço rural com poucos recursos tecnológicos, aparentemente abandonado e isolado.

Há alterações, mesmo que pequenas, nas comunidades quilombolas entre os anos de 2012 – 2019, recorte temporal utilizado para as veiculações das notícias. Entretanto, alguns elementos permanecem inalteráveis nas produções jornalísticas. Esses enquadramentos evidenciam os interesses dos grupos políticos e econômicos nos quais os telejornais estão inseridos, refletindo o posicionamento ideológico por parte dessas empresas que ainda alimentam um sistema racista que conduz à exclusão, a criminalização e a violência dessas populações.

Atentamos ainda para o processo de invisibilidade e de não representação das populações quilombolas nos telejornais. Encontramos reportagens que enquadram as populações quilombolas em plano de fundo, elas não aparecem como tema central, nem tampouco como protagonistas dessas narrativas.

É a partir desse contexto que ressaltamos e corroboramos com os teóricos apresentados que as populações quilombolas são populações subalternas e que vivenciam diferentes aspectos de violência. As instituições governamentais, as instituições sociais, diferentes sujeitos (grileiros, latifundiários) produzem e reproduzem violências para com este grupo. As representações sociais nos ajudam a entender a forma como essas

populações são apresentadas pelos jornalistas, que em alguns casos, contribuem para uma (re)produção do racismo.

Não pretendemos criar afirmações apontando que os jornalistas se utilizam conscientemente das hierarquias raciais e que são racistas, mas é notável o desconhecimento destes profissionais por questões mais profundas que direcionem para a discussão da promoção de equidades raciais e esclareçam a sociedade sobre questões referentes às populações quilombolas.

Não podemos ser ingênuos em achar que cabe só ao jornalista a responsabilidade pela forma como essas populações são representadas. Mas como nossa pesquisa está num programa de pós-graduação em Comunicação optamos por deixar uma reflexão/proposta para que os jornalistas, ao reconhecer as diferenças raciais existentes na sociedade brasileira, os inúmeros preconceitos instalados e reproduzidos que reforçam a marginalização das populações quilombolas, possam repensar a cobertura sobre as populações quilombolas.

Como propostas apresentamos algumas considerações-guia para um Jornalismo antirracista<sup>54</sup>. A primeira delas é a necessidade, no primeiro momento, de ficarmos atentos aos termos de caráter racista, como por exemplo, “descendentes de escravos”, que não devem ser utilizados nos conteúdos jornalísticos. “Descendentes de escravos” é um termo racista e limitante, pois nega a identidade desses povos. Os termos que podem ser usados para referir-se a este coletivo são: populações quilombolas; quilombos; quilombolas.

Outro ponto importante: as coberturas de atos, mobilizações, ocupações devem ser pautadas a partir da reivindicação de direitos, ou seja, a partir dos motivos que ocasionaram as ações e não criminalizando o movimento quilombola, como fazem os telejornais ao enquadrar o acontecimento, a partir de transtornos no trânsito, por exemplo.

A violência contra essas, como outras populações não podem ser naturalizadas e banalizadas. Os corpos quilombolas têm nome, endereço, idade, como qualquer outro e não podem aparecer nos telejornais, com essa humanidade retirada. Levando a uma leitura de um não indivíduo. A desumanização é uma prática de violência com as populações

---

54 Sinalizamos anteriormente que existem discussões acerca da temática mídia e racismo. Alguns teóricos já pontuaram exemplos de práticas para combater o racismo no exercício profissional (Pellin; Moares; Cabral, 2020). O site *Think Olga* desenvolveu um “Minimanual do Jornalismo Humanizado”, com sugestões para o exercício de um jornalismo humanizado. Na edição III, foi elaborado um guia que vai além de evidenciar palavras que não devem ser utilizadas, mas também dá orientações para o fazer jornalístico, no compromisso de combater o racismo.

quilombolas e pode reforçar nos telespectadores uma falta de criticidade e até mesmo uma insensibilidade para com essas populações.

Acreditamos que é possível construir notícias humanizadas, por isso, aos jornalistas sugerimos que ao noticiar os assassinatos e chacinas que envolvem as populações quilombolas utilizem-se de elementos que vão além da narração do crime: incorporando também pessoas da comunidade, com nome, endereço, profissão, e não somente as fontes institucionais.

Para que a cobertura das populações quilombolas não seja feita apenas de uma forma estereotipada sugerimos duas ações: a primeira é a construção de notícias com outras temáticas, que podem surgir, sobretudo, a partir de um diálogo com as comunidades quilombolas. Os jornalistas podem construir notícias evidenciando os aspectos culturais, religiosos, econômicos, linguísticos e sociais das comunidades. A segunda ação corresponde à escolha das fontes. As principais escolhas imagéticas nos noticiários são pessoas de pele clara. As populações negras continuam ligadas a estereótipos (ALBUQUERQUE, 2016; FERRO, 2012). O racismo não está ligado à ignorância e sim à disputa de território, ocupação de espaço. Ou seja, é necessário desterritorializar e oferecer ao afrodescendente um lugar que contribua para a sua valorização na sociedade. É pensando nesse sentido que sugerimos aos jornalistas que escolham fontes quilombolas para os mais variados assuntos, como por exemplo, economia, cultura, política, educação.

Como apresentou Jodelet (1989), precisamos conhecer sobre o mundo e é a partir desses conhecimentos que nos ajustamos e conduzimos. Apropriando-nos da linguagem de Jodelet (1989), afirmamos que necessitamos conhecer sobre o mundo quilombola para que o produto do nosso conhecimento, a notícia, seja construída a partir do diálogo e desta localização. Por fim, como sugestão de futuros trabalhos propomos olhares para produções sobre populações quilombolas em outras localidades; para a existência ou não critérios de noticiabilidade próprios para as populações quilombolas, além pesquisas que se voltem para as condições e práticas jornalísticas dos profissionais envolvidos nas edições e reportagens dos telejornais para entender suas visões sobre populações quilombolas.

## REFERÊNCIAS

AJZENBERG, B. O racismo subliminar. In: RAMOS, S. **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ALBUQUERQUE, C. A representação do negro no telejornalismo brasileiro. (2016). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11422/6492>>. Acesso em: 23.dez. 2020.

ALMEIDA, A. **Abordagem societal das representações sociais**. (2009). Disponível em: <<https://bit.ly/2VNZHfr>>. Acesso em: 10.set.2019.

ALMEIDA, A. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.

AMARANTE, C. O que é ser quilombola: Nego Bispo – São João do Pia **Provando comidas bizarras**. 2020. (18m08s). Disponível em: <<https://youtu.be/3XvnaonCOU8>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

ALSINA, M. **Construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33108>>. Acesso em: 20.out 2020.

ALVES, K. **Audiências ativas no Brasil e Espanha: telejornalismo e colaboração**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33108>>. Acesso em: 20.out 2020.

AMORIN, I. GERMANI, G. **Quilombos da Bahia: Presença incontestável**. (2005). Disponível em: <<https://bit.ly/3f1CfTo>>. Acesso em: 20.out 2017.

ARAGÃO, R. **Telejornalismo transmídia: modos de endereçamento e estratégias enunciativas no Jornal Nacional**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35884>>. Acesso em: 20.out 2020.

ARAÚJO, D. **Narrativas fotoetnográficas**: A construção coletiva da memória imagética de comunidades quilombolas de Juazeiro (BA). (2015). Disponível em: <<https://bit.ly/3dZgORG>>. Acesso em 19.set.2020.

ARAÚJO, D. **Vozes negras**: o (dis)curso quilombola do Alagadiço-BA. Juazeiro, 2017.

ARRUTI, J. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru, 2006.

ARRUTI, J. Quilombos. In: **Raça**: Perspectivas Antropológicas. (2008). Disponível em <<https://bit.ly/2VJ3JWf>>. Acesso em: 11.maio.2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Comunicação sobre o cumprimento pelo estado brasileiro da convenção 169 sobre povos indígenas e tribais da OIT**. (2018). Disponível em: < <https://bit.ly/2NWy9A8>> Acesso em: 16.out.2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **NOTA TÉCNICA DA ABA E SEU COMITÊ QUILOMBOS PELA CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 4.887/2003 A ADI 32329/2003 E AS AMEAÇAS AO DIREITO QUILOMBOLA DIANTE DA APLICAÇÃO DO ‘MARCO TEMPORAL**. Disponível em:< <https://bit.ly/3f0DTEN>>.16.out.2019.

ASSUNÇÃO, M. Quilombos maranhenses. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ATLAS DA NOTÍCIA, MAPEANDO O JORNALISMO LOCAL NO BRASIL. Disponível em: < <https://bit.ly/3dXrJLS>>. Acesso em: 03.dez.2019.

BADIOU, A. In: AGAMBEN, G. et al, **Sopa de Wuhan**. Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio). 2020.

BARBALHO, A. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, R; BARBALHO, A. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3e1nUVI>>. Acesso em: 02.jul.2020.

BAUER, W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M; GASKELL, G (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e sim**. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2Z1TUVL>>. Acesso em: 02.jul.2020.

BENETTI, M. **Análise do Discurso em jornalismo**: estudo de vozes e sentidos. In: LOGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs). Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

**BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS CORONAVÍRUS - COVID 19**, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZDQyqN>> Acesso em: 04.jan.2020.

BORDIEU, P. **Sobre a televisão**. Seguindo de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Tradução, Maria Lúcia Machado, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BORGES, P. Coronavírus: “**se dependermos do governo, iremos morrer**”, dizem **quilombolas**. (2020). Disponível em: <<https://bit.ly/2AsFUL0>>. Acesso em: 23.abr.2020.

BORGES, R. Mídia, racismo e representações do outro: Ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, et al. **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: Dp et Alii; Brasília, DF: ABNP, 2012.

BRASIL. (2003). Lei nº. 10.639. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Disponível em: <<https://bit.ly/2YZUCm9>>. Acesso em: 30.maio.2019.

BRASIL. (2010) **Lei nº 12.288.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em:<<https://bit.ly/2ZFyQDg>>. Acesso em: 20.ago. 2019.

BRASIL. (2016) **Decreto nº 8.780.** Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:<<https://bit.ly/2Z3GB7j>>. Acesso em: 20.ago.2019.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 11, DE 26 DE MARÇO DE 2020.** Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária. BRASILIA: DOU Diário Oficial da União. Publicado no D.O.U de 27 de março de 2020.

CAPUTO, S. **Aprendendo yorubá nas redes educativas dos terreiros:** história, culturas africanas e enfrentamento da intolerância nas escolas. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n62/1413-2478-rbedu-20-62-0773.pdf>>. Acesso em:09.fev.2021.

CARDOSO, L. **A constituição do local:** Direito e Território quilombola na comunidade de Bairro Alto, na ilha de Marajó – Pará, 2008.

CARVALHO, J. Encontro de saberes e decolonização: para uma refundação étnica, racial, e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

CARVALHO, M. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

**CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.** Disponível em: <<https://bit.ly/3e3Ld1g>>. Acesso em: 29.nov.2019.

CAVALCANTI, G. **Televisão e redes sociais:** configurações de TV Social em Malhação. 2016. Disponível em:< <https://bit.ly/2NX3v9W>>. Acesso em: 27.dez.2019.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. CPT NACIONAL, 2020. **Conflitos no campo:** Brasil 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3gspP7E>>. Acesso em: 23.abr.2020.

CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA- COE-nCoV. **Boletim epidemiológico n 3.** Disponível em:<<https://bit.ly/2AuX5M9>>. Acesso em: 22.abr.2020.

CERQUEIRA, C. PEREIRA JÚNIOR, A. O “lugar de referência” do telejornalismo local. O papel dos saberes, dos dispositivos didáticos e da temporalidade. **Telejornalismo local:** teorias, conceitos e reflexões. Coleção Jornalismo Audiovisual. V. 8 Florianópolis: Insular. 2019.

CERQUEIRA, L; VIZEU, A. Telejornalismo: efeitos para o bem e para o mal. Disponível em:<<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-29251.pdf>>. Acesso em:14.10.2020.

COELHO, G. **Representação e interpretação:** caminhos para inclusão de crianças com deficiências no jornalismo. Disponível em <<https://bit.ly/3eZCILB>>. Acesso em: 11.nov.2019.

COLLINS, P. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Direitos ameaçados: orçamento do Incra inviabiliza titulação de terras quilombolas.** (2017). Disponível em: <<https://bit.ly/3ixdOj6>>. Acesso em: 09.jan.2020.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Observatório terras quilombolas.** (2020). Disponível em: <<https://bit.ly/3dZ0EYF>>. Acesso em: 04.jul.2020.

COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO, **RESOLUÇÃO Nº 11, DE 26 DE MARÇO DE 2020.** (2020). Disponível em: <<https://bit.ly/3e3LtGK>> em: 22.abr.2020.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Disponível em: <<https://bit.ly/3gpdqBg>> Acesso em: 09. jan.2020.

CRISÓSTOMO, M. **Coronavírus chega aos quilombos e CONAQ denuncia a falta de efetividade de ações preventivas do poder público nos quilombos.** Disponível em: <<https://bit.ly/2NZ7K4A>>. Acesso em: 23.abr.2020.

**DECRETO Nº 3.912, DE 10 DE SETEMBRO DE 2001.** Disponível em: <<https://bit.ly/31LXapJ>>. Acesso em: 09.jan.2020.

**DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.** Disponível em: <<https://bit.ly/2Cu8cFG>>. Acesso em: 09.jan.2020.

**DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.** Disponível em: <<https://bit.ly/2AydiAc>>. Acesso em: 20.mar.2020.

DELADINA, S; et al. **Como os quilombolas estão atravessando a pandemia no Brasil.** Disponível em: <[encurtador.com.br/pruG4](https://encurtador.com.br/pruG4) >>. Acesso em: 10.dez.2020.

DUARTE, E. Por uma epistemologia da Comunicação. In: **Epistemologia da Comunicação.** São Paulo: Loyola, 2003.

DUPRAT, D. **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DECRETO 3.912/011.** (2003). Disponível em: <<https://bit.ly/2ZGZmME>>. Acesso em: 08.jan.2020.

DURKHEIM, E. "O que é fato social?" In: *As Regras do Método Sociológico*. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

DRUM, M; PICCIANIN, F. **Um lugar para o telespectador na narrativa jornalística: Imersões para autenticar o real em Fukushima, vidas contaminadas.** Disponível em: <<https://bit.ly/3ivJOUJ>>. Acesso em: 02.12.2019.

DUTRA, M. **Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica.** Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

ECO, U. **La estrategia de la ilusion.** Lumen, 1999.

ELTIS, D. **Brief Overview of the Trans-Atlantic Slave Trade.** Disponível em: <<https://bit.ly/2D2CNua>>. Acesso em: 30.jul 2019.

ELTIS, D. **A Diáspora dos Falantes de Iorubá, 1650-1865: Dimensões e Implicações. (2006).** Disponível em: <<https://bit.ly/2NTqLWe>>. Acesso em: 30.jul 2019.

ELTIS, D; RICHARDSON, D. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade.** New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

EMERIM, C. **Coberturas em Telejornalismo.** (2011). Disponível em: <<https://bit.ly/31NvKQq>>. Acesso em: 30.mar.2020.

EMERIM, C. *Telejornal, tecnologia e narrativa no Brasil para os próximos 65 anos.* In: VIZEU, A.et al. **Telejornal e praça pública: 65 anos de telejornalismo.** Florianópolis: Insular, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3f3mpHW>> Acesso em: 30.mar.2020.

EMERIM, C. **Telejornalismo ou jornalismo para telas: a proposta de um campo de estudos.** Disponível em: <<https://bit.ly/31LXswP>>. Acesso em: 04.12.2019.

EMERIM, C; COUTINHO, I. Lugares, espaços, telas e reconhecimento: O local do telejornalismo na contemporaneidade. In: EMERIM, C; COUTINHO, I. (orgs) **Telejornalismo Local: Temas e Conceitos**. Coleção Jornalismo Audiovisual V. Florianópolis, 2019.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. In: Levy, M.; Gurevitch, M. (Ed.). **Defining media studies**. New York: Oxford University Press, 1994. p. 293-300. Disponível em: <<https://bit.ly/2NWDd7D>>. Acesso em: 03.jul.2020.

FARR, R. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (orgs) **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Disponível em:<<https://bit.ly/3ixeEwg>> Acesso em: 24.dez.2019.

FERREIRA, M. **Em meio à pandemia, quilombolas do RS denunciam abandono das comunidades**. (2020). Disponível em: <<https://bit.ly/3gsTBsY>>. Acesso em: 23.abr.2020.

FERRO, Rogério. O negro sem cor no telejornalismo brasileiro. In: BORGES, R; BORGES, R (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

FIGUEIREDO, C; BOLAÑO, C. **Do Profissional ao Trabalhador: A identidade do Jornalista nas Teorias Brasileiras**. Disponível em: <<https://bit.ly/2NVA6wP>>. Acesso em: 02.dez.2019.

FILHO, J. Mídia, estereótipo e representação das minorias. ECO-PÓS, vol. 7, nº 2, p. 45-71, 2004

FILHO, J. O sentimento de local na sociedade contemporânea: Reflexões no (tele)jornalismo. In: EMERIM, C; COUTINHO, I. **Telejornalismo Local: Temas e Conceitos** (orgs). Coleção Jornalismo Audiovisual V. Florianópolis, 2019.

FINGER, C. **Telejornalismo em outras telas: os canais de notícias brasileiras no YouTube**. Disponível em: <<https://bit.ly/3dUOiR7>>. Acesso em: 02.dez.2019.

FINGER, C; EMERIM, C. Telejornalismo: ensino e pesquisa. In: STORCH, L et al (orgs). **Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2018.

FONSECA JÚNIOR, W. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRANÇA, V. A Televisão Porosa Traços e Tendências. In: FILHO, J (Org.). **A TV em Transição: tendências de programação no Brasil e no mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, G. **A expropriações e os quilombos no Brasil: entraves o reconhecimento e a titulação**. (2019). Disponível em:<<https://bit.ly/38teHoj>> Acesso em: 08.jan.2020.

FUNARI, P. A arqueologia de Palmares. Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro Geral por Estados e Regiões: Certidões expedidas** (Dados atualizados até a Portaria nº 96/2020 de 12/05/2020). Disponível em: <<https://bit.ly/2NUti2t>>. Acesso em: 07.ago.2019.

FUNES, E. Nasci nas matas, nunca tive senhor – História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3e0rBLF>>. Acesso em: 09.jan.2020.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, F. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social.** São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, F. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, I. **Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise.** Disponível em: <<https://bit.ly/2VJ6eI7>>. Acesso em: 10.jun. 2019.

GOMES, N. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.;

GONÇALVES, T. **A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo.** Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura. (2011). Disponível em: <<https://bit.ly/2C7He6q>>. Acesso em: 03.jul.2020.

GRIJÓ, W. (2016). **A questão quilombola na pesquisa em comunicação.** Disponível em:< [encurtador.com.br/rKOZ9](http://encurtador.com.br/rKOZ9)>. Acesso em: 23.dez. 2020.

GROSGOUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

GROSGOUEL, R; MALDONADO-TORRES, BERNARDINO-COSTA, J. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

GUENA, M. **Perfil da comunidade quilombola do Alagadiço: entre textos e imagens (Juazeiro-Ba).** (2014). Disponível em: <<https://bit.ly/2DaZ3IP>>. Acesso em: 07.jan.2020.

GUENA, M. **A cultura quilombola e sua presença nos espaços urbanos**. Disponível em: <encurtador.com.br/pwEY6>. Acesso em: 07.jan.2021.

GUIMARÃES, C. Mineração, quilombos e Palmares. Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

G1. **Cuba decide deixar programa Mais Médicos no Brasil e cita declarações 'ameaçadoras' de Bolsonaro**. Disponível em:<<https://glo.bo/2ZRpVz5>>. Acesso em 20.abr.2020.

HERSCOVITZ, H. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C; BENETTI, M.(orgs). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HORA1. **"Hora 1" estreia nesta segunda-feira**. Disponível em: <<https://glo.bo/38qmvXE>>. Acesso em: 04.abr.2020.

IBGE. **Base de informações sobre os povos indígenas e quilombolas| indígenas e quilombolas 2019**. (2020). Disponível em:< [encurtador.com.br/adARW](https://encurtador.com.br/adARW)>. Acesso em: 10.dez.2020.

JAMBEIRO, O. **A tv no brasil do século XX**. SALVADOR: EDUFBA, 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZC7m1x>>. Acesso em: 27.dez.2019.

JODELET, D. **Représentations sociales: un domaine en expansion**. Paris, 1989. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZBSnVo>>. Acesso em: 01.jul.2020.

KATAR IBOPE MEDIA. (2021). **Audiência da TV em 15 mercados**. Dados de audiência nas 15 praças regulares com base no ranking consolidado – 04/01 a 1-/01/2021. Disponível em:<[encurtador.com.br/gtBFM](https://encurtador.com.br/gtBFM)>. Acesso em.04.jan.2021.

LARA, S. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEITÃO, M. A imprensa, o trabalho acadêmico e o racismo. In: RAMOS, S. **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

LEITE, I. QUILOMBOS E QUILOMBOLAS: CIDADANIA OU FOLCLORIZAÇÃO? Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10. Disponível em: <<https://bit.ly/2Avp8uN>>. Acesso em: 20.jul.2019.

LEITE, I. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/3fd0uyp>>. Acesso em: 20.jul. 2019.

LIMA, V. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

LORDÊLO, T. Rotinas produtivas flexíveis: As tendências e perspectivas do telejornalismo em redes televisivas no contexto de convergência no Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/2Bvxe7r>> . Acesso em 04.abr.2020.

LOURO, G (Org). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

MACHADO, E. O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 23-34, 2005. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2086/1826>>.Acesso em:14.10.2020.

MACIEL, C. **Presidente da Fundação Palmares chama movimento negro de "escória maldita"**. (2020). Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/03/presidente-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita>>.Acesso em:

MACIEL, C; FIDELIS, N. 30 anos da constituinte. Disponível em: <[encurtador.com.br/MXY67](https://www.brasildefato.com.br/MXY67)>. Acesso em: 03.dez.2020.

MAESTRI, M. Pampa negro – Quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MALDONADO TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GOMÉS, S; GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia Científica**. (2010) Disponível em:< <https://bit.ly/2C9ivyY> >. Acesso em: 14.mar.2020.

MARTINELLI, F. “**Nossos idosos são nossa memória**”: o medo da covid-19 nos quilombos. (2020). Disponível em:<<https://bit.ly/2CaKJsP>>. Acesso em 23.abr.2020.

MARTINS, R. **As Representações Sociais do Nordeste no Jornal Nacional**. (2017). Disponível em: <<https://bit.ly/38qX7kw> >. Acesso em 02.jul.2020.

MEDEIROS, H. Pautas de ação. In: RAMOS, S. **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL (MOM-BRASIL). Proprietários da mídia. Disponível em:<<http://brazil.mom-rsf.org/fileadmin/rogmom/output/brazil.mom-rsf.org/brazil.mom-rsf.org-pt.pdf>>. Acesso em: 13.nov.2020.

MEDITSCH, E. **Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência Universidade de Verão, Setembro de 1997. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em 15.out.2020.

MEDITSCH, E. **Paulo Freire e o estudo da mídia: uma matriz da mídia abortada.** Disponível em: < <https://bit.ly/31Jzvqb>>. Acesso em: 05.jan.2020.

MENDONÇA, R; SIMÕES, P. **ENQUADRAMENTO Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, p. 187-201, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2NXK9BC>>. Acesso em: 03.jul.2020.

MEMORIA OGLOBO. **Perfis e depoimentos.** (2013). Disponível em:<[encurtador.com.br/bhDQU](http://encurtador.com.br/bhDQU)>. Acesso em: 10.dez.2020.

MESQUITA, G. **Intervenho, logo existo: a audiência potente e as novas relações no jornalismo.** 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3eYnuB2>>. Acesso em 27. dez. 2019.

MESQUITA, G; VIZEU, A. Em tempos de coronavírus nos telejornais: o “lugar de referência” e a “audiência potente” na produção da notícia. In: COUTINHO, et al. (orgs). **A (re)invenção do Telejornalismo em tempos de pandemia.** Disponível em:<[encurtador.com.br/gqxGM](http://encurtador.com.br/gqxGM)>. Acesso em: 08.jan. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença.** (2020). Disponível em:<<https://bit.ly/31NxuJs>>. Acesso em: 04.jul.2020

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (MDH). **Quilombos e Quilombolas: indicadores e propostas de monitoramento de políticas.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 51 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2DbBPvV>>. Acesso em: 20.ago.2019.

MOORE, C. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico.** Rio de Janeiro: Reven, 2007.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis su imagen y su público**. Argentina: Colección temas básicos, Editorial Huemul, 1979. Disponível em: <<https://bit.ly/3dZ5ZiK>>. Acesso em: 12.nov.2020.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: **Textos em representações sociais**. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo, Editora Ática, 1987.

MOURA, C. Mídia e opinião pública. In: RAMOS, S. **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

MUNANGA, K. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?** Revista ABPN, 2012.

NETO, A. **A pesquisa vista “dentro de casa”**. In: HOHLFELDT, A. et al (orgs). **Tensões e objetos: da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NETO, G. **O Jornalismo como instituição social**. Disponível em: <<https://bit.ly/2Zvsoic>>. Acesso em: 20. set.2019.

OGLOBO, 2019. **Processo é encerrado, e Bolsonaro é absolvido em acusação de discriminar quilombolas**. Disponível em: <<https://glo.bo/31Lr2CI>>. Acesso em: 08.jan.2020.

OLIVEIRA, F. **Mobilizando oportunidades: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/38roY4c>>. Acesso em 20. Ago.2019.

OLIVEIRA, F. WERBA, G. Representações Sociais. In: JACQUES, Maria da Graça Côrrea. **Psicologia Social Contemporânea**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NETO, A. A pesquisa vista “dentro de casa”. In: HOHLFELDT, A. et al (orgs). **Tensões e objetos: da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PAIVA, R. Narrativas necessárias: novos formatos de jornalismo contra-hegemônico; In: STORCH, L el al (orgs). **Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2018.

PAIVA, R; BARBALHO, A. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo, 2005.

PEREIRA JUNIOR, A. **As cidades do telejornalismo: algumas considerações**. *E-Compós*, 10. 2005a. Disponível em:<<https://bit.ly/3iu4cFG>> . Acesso em: 30. Dez. 2019.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, C. (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1966.

PEREIRA JUNIOR, A. **Telejornalismo: o conhecimento do cotidiano**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. 2005b. Disponível em:<<https://bit.ly/2YZPQFu>>. Acesso em: 02. jul.2020.

PEREIRA JUNIOR, A. **Jornalismo e representações sociais: algumas considerações**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. **2004**. Disponível em:<<https://bit.ly/31QPvXz>>. Acesso em: 30.dez.2019.

PEREIRA JUNIOR, A. **Jornalismo e Paulo Freire: o conhecimento do desvelamento**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 860-877, setembro-dezembro 2014. Disponível em:<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/17810/12567>>.Acesso em:14.10.2020.

PEREIRA JUNIOR, A. **Os jornalistas e a audiência: a hipótese da audiência presumida**. (2005c). Disponível em:<<https://bit.ly/3f1imMq>>. Acesso em 04.jul.2020

PEREIRA JUNIOR, A; CORREIA, J. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência p. 11-28. In: **A sociedade do telejornalismo**. Alfredo Vizeu (org.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PEREIRA JUNIOR, A; ROCHA, H. **Jornalismo construtivista**: algumas considerações epistemológicas. Disponível em: <[encurtador.com.br/BKMW6](http://encurtador.com.br/BKMW6)>. Acesso em: 03.jul.2020.

PERUZZO, C. **Em busca dos objetos de pesquisa em comunicação no Brasil**. In: HOHLFELDT, A. et al. Tensões e objetos: da pesquisa em comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: ALBINO, A; RUBIM, C. (orgs). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/38puqEO>>. Acesso em: 03.jul.2020.

PRICE, R. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PRIOSTE, F; BATISTA, J. **STF confirma**: não há marco temporal para a titulação dos territórios quilombolas. Instituto Socioambiental. (2020). Disponível em:<<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-confirma-nao-ha-marco-temporal-para-a-titulacao-dos-territorios-quilombolas>>. Acesso em: 30.out.2020.

RAMOS, D. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REDE BAHIA. **Antônio Carlos Magalhães Junior recebe medalha Ordem do Mérito Industrial da CNI**. (2019). Disponível em:<[encurtador.com.br/jnAC9](http://encurtador.com.br/jnAC9)>. Acesso em: 10.dez.2020.

REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**RELATÓRIO DIGITAL NEWS REPORT**. Disponível: <<https://bit.ly/2BmTAIa>>. Acesso em: 03.dez.2019.

REZENDE, G. **Telejornalismo no Brasil: Um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

REZENDE, G. 60 anos de jornalismo na Tv brasileira: percalços e conquistas. In: VIZEU, A; PORCELLO, F; COUTINHO, I. **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

RIOS, M. **Território quilombola: uma propriedade especial**. Publicado na Revista da Escola Superior Dom Helder Câmara – Veredas do Direito Vol. 4 - Nº 7 - jan. a jun. – 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3f1FWZg>>. Acesso em:19.set.2020.

ROSSY, E. **Contra-agendamento: o Terceiro Setor pautando a mídia**. Belo Horizonte: Compolítica, 2007.

RUMOR, V. O mais do mesmo no telejornalismo diário: o processo de repetição em reportagens de TV sobre datas comemorativas e temas recorrentes. Disponível em: <[encurtador.com.br/v4789](http://encurtador.com.br/v4789)>. Acesso em: 02 jan. 2020.

SANTOS, A. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, C; Et al. **Terras Quilombolas: Um abismo entre os certificados e os títulos**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 11, pp. 121-147. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959

SANTOS, M. **A cultura quilombola e sua presença nos espaços urbanos.** Studium Educationis. Pensa MultiMedia Editore srl. (2016). Disponível em <<https://ojs.pensamultimedia.it/index.php/studium/article/view/2224/2032>>. Acesso em 28.out.2020.

SCHMITZ, A. Classificação das fontes de notícias. (2011). Disponível em: <[encurtador.com.br/PVWX8](http://encurtador.com.br/PVWX8)>. Acesso em: 23.dez. 2020.

SCHÜTZ, A. **Fenomenología del mundo social:** introducción a la sociología comprensiva. Buenos Aires: Paidós, 1972.

SCHWARTZ, S. Canos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCOLARI, Carlos. **Hacer Clic. Hacia una sociosemiótica de las interacciones digitales.** Barcelona: Gedisa, 2004.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ASSESSORIA DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA (SECOM). **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016.** Disponível em: <<https://bit.ly/2AlcOgL>>. Acesso em: 09.jan. 2020.

SILVA, B. Invisibilidade como instrumento de exclusão. In: RAMOS, S. **Mídia e racismo.** Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

SILVA, G; ANDRADE, P. **fora de cena:** a invisibilidade dos territórios quilombolas capixabas na imprensa capixaba. Disponível em: <<https://bit.ly/38pROly>>. Acesso em: 21.abr.2020.

SILVA, L. **Saberes, linguagem e dispositivos didáticos:** as dimensões da função pedagógica do telejornalismo. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018. Recife, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32107>>. Acesso em: 14.10.2020.

SILVA, M. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. In: FERNANDES, et al. **Crítérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, V. **Religião e identidade cultural negra: afro-brasileiros, católicos e evangélicos** (2017). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i56.22524>>. Acesso em: 23.dez. 2020.

SILVA, L; VIEIRA, S. **Transformações na estratégia do @jornalnacional no twitter: um panorama comparativo do perfil em 2014 e em 2016**. Revista de Comunicação e Cultura. 2018. Disponível em:<<https://bit.ly/3eYofKo>>. Acesso em 29.mar.2020.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2010.

SILVÉRIO, V. Quem negro foi e quem negro é? Anotações para uma sociologia política transnacional negra. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

SILVERSTONE, R. **Televisión y vida cotidiana**. Buenos Aires: Amorortu, 1969.

SIQUEIRA, F. **Representações sociais de família por diferentes gerações e sua relação com a memória social**. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2C9jf7e>> Acesso em: 01.dez.2019.

SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de. **O efeito de participação do real representado e o surgimento de um novo valor-notícia: o flagrante único de coprodução no telejornalismo**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Comunicação, 2013.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R; BARBALHO, A. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo, 2005.

SOUSA, R. B. R.Ontologia do jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação

em Comunicação.E-compós, Brasília, v.20, n.3, set./dez. 2017. Disponível em:<<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1414>>.Acesso em:14.10.2020.

SOUZA, L. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas – Minas Gerais, 1769. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, M. **Denúncias de intolerância religiosa aumentaram 56% no Brasil em 2019**. (2020). Disponível em: < [encurtador.com.br/InvxZ](http://encurtador.com.br/InvxZ)>. Acesso em: 23.dez. 2020.

SQUIRRA, S. **Aprender telejornalismo: produção técnica**. [S.l: s.n.], 1990.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018 (STF). **STF garante posse de terras às comunidades quilombolas**. Disponível em:<<https://bit.ly/3e1r1gm>>. Acesso em: 08.jan. 2020.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRINDADE, Z. et l. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, M; et al (Orgs.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014.

TUCHMAN, G. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

VAINFAS, R. Deus contra Palmares. Representações senhoriais e idéias jesuíticas. In: REIS, J; GOMES, F.(Orgs.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VALA, J. Representações Sociais: Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social. In: VALA, J; MONTEIRO, M. (Org.). **Psicologia Social**. 6.ed.: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

VIZEU, A. **Decidindo o que é notícia**: os bastidores do telejornalismo. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

VIZEU, A. O newsmaking e o trabalho de campo. In: LAGO, C; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIZEU, A; CORREIA, J. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A. (Org). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

WACHELKE, J. **Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento**. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology. 2007. Disponível <<https://bit.ly/2NZ9Jpy>> Acesso em: 20.set.2019.

WEBER, M; STUMPF, I. **Comunicação e Informação**: conflitos e convergências. In: IMMACOLATA, M (org). Epistemologia da Comunicação. São Paulo, 2003.

WINNICOTT, D. **O brincar & a realidade**. Imago Editora LTDA. Rio de Janeiro, 1975.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. Martins Fontes, 2005.

WOLTON, D. **Elogio do Grande Público**. Uma Teoria Crítica da TV. São Paulo: Ática,1996

WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS). **Q&A on coronaviruses (COVID-19)**. Disponível em:<<https://bit.ly/38DMX0l>>. Acesso em: 04.jul.2020.

**Veja como enviar sugestões de pauta pelo WhatsApp da TV Tribuna**. Disponível em:<<https://glo.bo/2NVBW0H>>. Acesso em: 31.03.2020.

ZAGO, G; BELOCHIO, V. **Mapeando os caminhos do jornalismo transmídia:** a morte de teori zavascki em zero hora e nas interações dos leitores. Revista de Comunicação e Cultura. 2017. Disponível em:<<https://bit.ly/2ZBOHCZ>>. Acesso em: 29.mar.2020.

STADLER, H; PERES, F. (2010). **Identidade étnica e poder:** os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Disponível em<<https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100016>>. Acesso em 28.out.2020.

**ANEXO A - NOTÍCIAS ENCONTRADAS NO TELEJORNAL JMTV 1ª  
EDIÇÃO E BATV ENTRE OS ANOS DE 2012 AO PRIMEIRO SEMESTRE DE  
2019**

JMTV 1ª EDIÇÃO - 5 min - Em 4 Abr 2019

Quilombolas reclamam sobre despejos por causa de ampliação de centro em Alcântara

JMTV 1ª EDIÇÃO - 3 min - Em 15 Abr 2019

Cotidiano de comunidades quilombolas é retratado em exposição em São Luís

JMTV 1ª EDIÇÃO - 3 min - Em 16 Nov 2018

Missa dos quilombos é realizada em São Luís

JMTV 1ª EDIÇÃO - 4 min - Em 21 Dez 2018

Procuradoria Geral e SSP denunciam PM's de invadirem comunidade quilombola em Mirinzal

JMTV 1ª EDIÇÃO – 3.56 min - Em 18 Set 2018

Lideranças quilombolas cobram processos de regularização na sede do Incra

JMTV 1ª EDIÇÃO - 4 min - Em 16 Nov 2017

Missa dos Quilombos é realizada em São Luís

JMTV 1ª EDIÇÃO - 4 min - Em 13 Abr 2017

Polícia investiga o assassinato de líder quilombola no Maranhão

JMTV 1ª EDIÇÃO - 1 min - Em 12 Abr 2016

Quilombolas do município Serrano do Maranhão ocupam sede do Incra em São Luís

JMTV 1ª EDIÇÃO – 3 min – Em 3 Ago 2015

Encontro para discussão sobre posse de terras reúne remanescentes de quilombos no Maranhão

JMTV 1ª EDIÇÃO - 1 min - Em 18 Jun 2015

Quilombolas ainda aguardam presença de representante do Incra em São Luís

JMTV 1ª EDIÇÃO - 4 min - Em 1 Set 2015

Experiência entre estudiosos rende livro e filme sobre a vida em uma comunidade quilombola

JMTV 1ª EDIÇÃO - 1.42 min - Em 31 Jul 2015

Equipe da Cruz Vermelha visita comunidade quilombola em Santa Inês

JMTV 1ª EDIÇÃO - 3 min - Em 11 Jun 2015

Comunidades quilombolas acampadas na sede do Incra continuam em greve de fome

JMTV 1ª EDIÇÃO - 3 min - Em 10 Jun 2015

INCRA admite problemas para emitir a documentação de terras a centenas de quilombolas

JMTV 1ª EDIÇÃO - 2 min - Em 5 Nov 2014

Estudantes participam de atividade de valorização do negro em quilombo de Bacabal, MA

JMTV 1ª EDIÇÃO - 2 min - Em 26 Set 2014

Centenas de quilombolas mantêm interdição da Estrada de Ferro Carajás

JMTV 1ª EDIÇÃO - 1 min - Em 16 Jul 2014

Suspensas pela Justiça Federal as licenças ambientais de empresas

JMTV 1ª EDIÇÃO - 3 min - Em 27 Fev 2013

Projeto sobre quilombos entre os finalistas do 3º concurso nacional aprender e ensinar

JMTV 1ª EDIÇÃO - 2 min - Em 21 Mai 2013

Moradores de comunidades quilombolas fazem um protesto nas ruas de Codó

JMTV 1ª EDIÇÃO - 3 min - Em 20 Nov 2012

Tradições dos tempos da escravidão ainda sobrevivem em comunidades quilombolas

BATV – SALVADOR - 3 min – Em 7 Nov 2018

Comissão Interamericana de Direitos Humanos visita quilombo em Simões Filho

BATV – SALVADOR - 1 min - Em 3 Out 2018

Destaques: quilombolas se manifestam a favor de demarcação territorial em Lauro de Freitas

BATV – SALVADOR - 40 seg - Em 8 Ago 2017

Polícia investiga morte de seis trabalhadores rurais em território quilombola